

PLANO DIRETOR DE PETRÓPOLIS

VOL. 01

DIAGNÓSTICO



INTRODUÇÃO

O presente Diagnóstico, primeira etapa do Plano Diretor de Petrópolis (PDP), foi elaborado por uma equipe da Secretaria de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Petrópolis, utilizando-se de estudos anteriormente realizados, dos dados estatísticos disponíveis (apurações parciais do Censo de 2010) e da cartografia elaborada pela PROSPEC em 1996.

Contou-se ainda com a participação pontual de técnicos de outras Secretarias e consultores especializados, bem como com extratos de diversos documentos técnicos desenvolvidos no âmbito da Prefeitura de Petrópolis.

Nesse enfoque, o Diagnóstico se constitui num “inventário” dos levantamentos estudos e projetos realizados no Município.

O trabalho foi enriquecido pelo profundo conhecimento sobre o Município dos técnicos envolvidos, da SPU, de outras Secretarias e da sempre presente participação popular, através do exame de documentos elaborados no âmbito dos Conselhos Temáticos e do diálogo com as lideranças articulada à COMCIDADE.

Considerando as defasagens temporais e as limitações redundantes da própria metodologia do Censo do IBGE, do ponto de vista estritamente técnico, foram realizados 3 tipos de análise:

1. Uma análise regional, situando Petrópolis no Estado e na Região Serrana;
2. Uma análise sincrônica intra-municipal, onde foram comparados os distritos, entre si, o que permite informar diretrizes do PDP e políticas públicas para distribuição equânime de equipamentos e serviços públicos, bem como programas sociais;
3. Uma análise diacrônica, onde foram registradas as mudanças ocorridas no Município, observadas por Distrito, alimentando um entendimento das dinâmicas e processos de transformações físicas, sociais e econômicas ocorridas nas últimas décadas, como base para proposições futuras.

Uma nova abordagem resultou da observação sobre os investimentos em estrutura logística e arranjos industriais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que abrem consistentes oportunidades para o fortalecimento da base econômica metropolitana.

Os aspectos infraestruturais e de serviços públicos mereceram atenção especial, tanto nos aspectos quantitativos quanto locais, por sua importância para o estabelecimento de políticas públicas.

Nesse campo – estabelecimento de políticas públicas – dada a importância da participação popular, são apresentados os mecanismos legais e normativos que regulam a matéria.

A questão ambiental, fundamental na formação da imagem e caráter de Petrópolis, não é tratada isoladamente, dada a sua transversalidade em todos os temas abordados.

Finalizando, do ponto de vista urbanístico, “stricto sensu”, através de “leituras” espaciais, buscou-se a identificação de padrões ou modelos de ocupação territorial recorrentes em Petrópolis, analisando-se os pontos positivos e negativos de cada um, e verificando-se os respectivos potenciais de replique em determinados locais das áreas urbanizadas ou urbanizáveis.

EQUIPE RESPONSÁVEL:

Supervisão Geral:

Secretário de Planejamento e Urbanismo

Diretor de Urbanismo

Arquiteto Sergio Benicio Whatley Dias

Coordenação Técnica

Arquiteto Manoel Ribeiro

Geoprocessamento:

Gestor Ambiental Roberto Justen

Análises Socioeconômicas

Engenheiro Leonard Fernandes

Coordenadora Adjunta

Arquiteta Elisa Menezes Yazbeck

Design, Edição e Diagramação

Arquiteto Mário de Souza Lordeiro

Apoio ao Geoprocessamento

Estagiário de Engenharia Adriano José da Cruz Loureiro

Apoio de Campo

Wanderlei Pereira da Cruz

AGRADECIMENTOS:

Às Secretarias Municipais pela participação e colaboração no fornecimento de dados e documentos.

A Cia. Águas do Imperador, AMPLA, APA Petrópolis, COMCIDADE, CPTRANS, COMDEP, FPP, IBGE, INEA, IPHAN, INEPAC, Defesa Civil, AMA Centro Histórico e Fundação Cultura, pelas imagens e informações gentilmente disponibilizadas.

Arquiteto Mário Lordeiro pelas imagens cedidas e pela colaboração.

PR. Luiz Carlos S. de Paula, Pres. da OMEBE Petrópolis, pelo trabalho de tabulação das cédulas da enquete popular realizada.

Conteúdo

INTRODUÇÃO	2
EQUIPE RESPONSÁVEL.....	3
AGRADECIMENTOS:	4
1. DIAGNÓSTICO	7
1.1. CARACTERIZAÇÃO	7
ACESSIBILIDADE REGIONAL E LOCAL	8
GEOMORFOLOGIA.....	11
HIDROLOGIA.....	11
1.2. BASE ECONÔMICA PETROPOLITANA	17
TURISMO	18
TECNOLOGIA	19
MEIO RURAL	21
1.3. DADOS SOCIOECONÔMICOS:.....	22
1.4. PROCESSOS E PADRÕES DE URBANIZAÇÃO.....	34
Ver Mapa – “Áreas De Preservação”	42
1.5. HABITAÇÃO POPULAR.....	50
1.6 - ASPECTOS INFRAESTRUTURAIIS	51
1.6.1 - LIXO	51
1.6.2.- ABASTECIMENTO DE AGUA.....	55
1.6.3.- ESGOTAMENTO SANITARIO	57
1.6.4.- ENERGIA ELETRICA	59
1.6.5.- EDUCAÇÃO	60
Ver Mapa - Escolas	62
1.6.6.- SAÚDE	62
1.6.7.- ASSISTENCIA SOCIAL	65
1.6.8.- SEGURANÇA PÚBLICA	66
1.7. DINÂMICA HISTÓRICA.....	69
2. VISÃO COMUNITÁRIA	72
Mecanismos de Participação:	77
3. CONCLUSÕES	81
Referencias Bibliográficas.....	88
Anexos	89
Mapa - Abairramento Informal.....	89
Mapa - Sistema Viário Estruturante Local	89
Mapa -Tombamentos	89

Mapa - Mananciais de Abastecimento	89
Mapa - Distribuição de Energia	89
Mapa - ETEs.....	89
Mapa - Escolas.....	89
Mapa - (CRAS) Assistência Social.....	89
Mapa - Segurança Pública (Postos Policiais).....	89
Mapa - Áreas Rurais e Urbanas (IBGE)	89
Mapa - Dinâmica de Ocupação	89
Mapa - Áreas De Preservação	89

1. DIAGNÓSTICO

1.1. CARACTERIZAÇÃO

Petrópolis está localizado no topo da Serra da Estrela, pertencente ao conjunto montanhoso da Serra dos Órgãos, a 845 metros de altitude média, com sua sede a 810 do nível do mar Segundo os Decretos-Lei nº 1.056/43 e 1.255/87, o Município tem como limites: ao Norte, com São José do Vale do Rio Preto; a Leste, com Teresópolis, Guapimirim e Magé; ao Sul, com Duque de Caxias e Miguel Pereira; e a Oeste, com Paty de Alferes, Paraíba do Sul e Areal.

Representando 1,8 % da área do Estado do Rio de Janeiro e 11,5% da Região Serrana, Petrópolis possui 797,1 Km², distribuídos em cinco Distritos:

Distrito	Área
1º Petrópolis (Sede)	143 Km ²
2º Cascatinha	274 Km ²
3º Itaipava	121 Km ²
4º Pedro do Rio	210 Km ²
5º Posse	63 Km ²

Fonte: Prefeitura de Petrópolis



Embora não exista um abairramento com limites formalmente estabelecidos, existe um sentimento de pertencimento territorial que os define da seguinte maneira:

Alto da Serra; Araras; Bingen; Bonsucesso; Carangola; Cascatinha; Centro; Itaipava; Quitandinha; Retiro; São Sebastião; Siméria; Valparaíso; Samambaia, dentre outros.

[Ver Mapa “ABAIRRAMENTO INFORMAL”](#)

ACESSIBILIDADE REGIONAL E LOCAL

O Município encontra-se às margens de uma das principais rodovias do país, a BR 040, que liga o Rio de Janeiro ao Distrito Federal, passando por Juiz de Fora e Belo Horizonte.

Outra rodovia federal, esta de importância mais turístico/paisagística que econômica, é a BR 495, que liga o distrito de Itaipava a Teresópolis, denominada Philúvio Cerqueira.

Ao nordeste do Centro de Petrópolis, encontra-se a histórica Estrada União Indústria que em Itaipava se junta à RJ134, conhecida como Estrada Silveira da Mota, seguindo para São José do Vale do Rio Preto.

Em direção da Baixada Fluminense temos a RJ107 que desce a serra conectando-se a Magé.

Imagem aérea do Sistema Viário Regional



Essas articulações viárias regionais atribuem à Petrópolis uma situação logística excepcional, em especial por sua proximidade com o Centro da Cidade do Rio de Janeiro, da qual distam apenas 65 quilômetros. Considerando apenas a distância ao Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão) teremos 53 quilômetros, separando o município daquele Aeroporto. Já para o Aeroporto Santo Dumont, a distância é de 69 quilômetros.

A economia do município tende a se beneficiar desta condição privilegiada em termos locais e logísticos, pois num raio de 500 km, com ligações rodoviárias de qualidade, encontra-se cerca de 43% do PIB e 70% da movimentação de cargas do país.

Quando concretizados os investimentos da CONCOR - Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio, na duplicação da BR 040 e no túnel previsto, a viagem Rio/Petrópolis será encurtada em cerca de vinte minutos, o que, provavelmente, aumentará a atratividade do Município quanto a visitantes e novos moradores, fenômeno que já vem ocorrendo.

A reativação do modal ferroviário, ligando a Estação da Leopoldina, no Rio de Janeiro, às proximidades do Centro de Petrópolis (Alto da Serra), além de reforçar a tendência provocada pelas melhorias rodoviárias, dinamizará sobremaneira o turismo, pelo caráter pitoresco da viagem e pelos panoramas oferecidos na subida da Serra. A reativação da ferrovia trará reflexos também no aspecto demográfico, colocando Petrópolis como alternativa residencial para quem trabalha no centro do Rio de Janeiro.

“Cabe ressaltar que esses investimentos em acessibilidade tanto induzirão a chegada de novos moradores, movimentando o mercado imobiliário petropolitano, como esses novos contingentes de moradores virão dar retorno aos investimentos mencionados”.

Rodoviárias Aeroportos e Portos

Rio de Janeiro	65 Km
Aeroporto Internacional Tom Jobim	53 Km
Belo Horizonte	380 Km
Aeroporto do Santos Dumont	69 Km
São Paulo	460 Km
Porto do Rio de Janeiro	60 Km
Vitória	460 Km
Porto de Sepetiba	100 Km
Porto Açu	377 Km

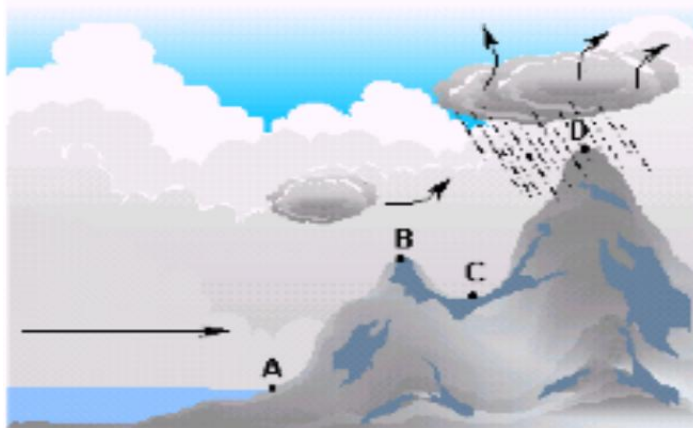


O Município tem três “entradas” principais, que o articulam com o sistema viário regional: pelo Quitandinha, conectada à BR 040; pelo Bingen, também vinculada à BR 040 e à Estrada União Indústria; pela Estrada Velha da Estrela, RJ 107, que liga Petrópolis à Baixada Fluminense. Secundariamente, Petrópolis se articula com os municípios limítrofes através da BR 495, que o liga à Teresópolis e através da RJ 117, ligando-o ao Vale das Videiras e daí a Paty do Alferes, com acesso não calçado até Porto Real e Resende, já na Rodovia Presidente Dutra. Internamente ao Município, a articulação com a rede viária regional se dá conforme o mapa da folha 05.

[Ver mapa “SISTEMA VIÁRIO ESTRUTURANTE”](#)

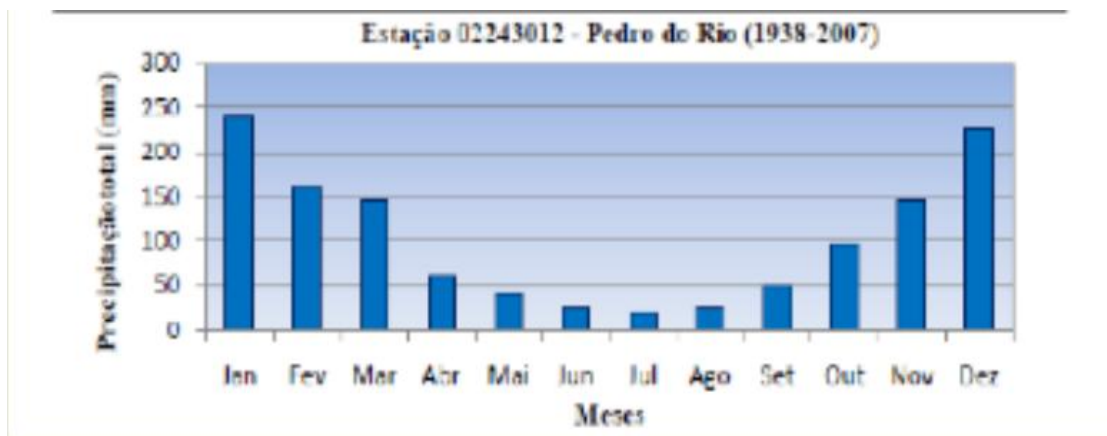
CLIMA

Nas áreas serranas(C), o relevo atua como fator importante no aumento da turbulência do ar (ascendência orográfica), principalmente na passagem de frentes frias e linhas de instabilidade(B), quando o ar se eleva e perde temperatura(D), ocasionando fortes e prolongadas chuvas. A posição geográfica de proximidade com o trópico permite uma forte radiação solar, e a proximidade com a superfície oceânica (A), permite o processo de evaporação, favorecendo a formação de nuvens que irão provocar as precipitações sobre a Região.



O Município de Petrópolis permanece a maior parte do ano sob o domínio da Massa Tropical Atlântica, originada do Anticiclone Semifixo do Atlântico. Essa massa possui como características temperatura e umidades elevadas, e aspectos de homogeneidade e estabilidade em consequência de sua constante subsidência superior e inversão de temperatura. Sua atuação é constante por todo o ano.

A distribuição das precipitações ao longo do ano (cerca de 2.200 mm anuais) está apresentada no gráfico abaixo, podendo-se identificar o período chuvoso de novembro a março. Verifica-se que o mês mais seco é julho, e que as chuvas têm início no mês de agosto.



A temperatura no Município é amena, com média anual em torno dos 19°C. No mês mais quente, a temperatura média pode atingir os 23°C e a média do mês mais frio é de 15°C.

Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia, a menor temperatura historicamente registrada foi 0,7° C, no dia 2 de agosto de 1955, e a maior temperatura registrada foi 36,6°C, no dia 6 de novembro de 2009.

GEOMORFOLOGIA

O Município de Petrópolis faz parte da Região das Escarpas e Reversos da Serra do Mar, inserida em uma das quatro unidades que compõem esta região, a Unidade Geomorfológica da Serra dos Órgãos.

As rochas encontradas na região são predominantemente pertencentes ao complexo granítico-gnáissico-migmatítico de idade Pré-Cambriana. Nessas rochas encontram-se freqüentes fraturas e falhas de extensão regional, com fortes conseqüências na topografia, pois toda região de abrangência destas unidades foi submetida aos mesmos eventos tectônicos, durante a era de sua formação.

Em decorrência desse fato, as características gerais do seu relevo são determinadas por um mesmo padrão de fraturamento e posição em relação à escarpa principal (limite meridional do domínio serrano).

Essas estruturas geológicas regionais desempenham um importante papel na organização da rede de drenagem e na formação do relevo Municipal. Dessas características resultaram solos objetos de sucessivas fases erosionais, com intensa remobilização de blocos graníticos, agravadas pela presença de vales alongados, segmentos de drenagem retilíneos, maciços graníticos circundados por camadas de solo, relativamente pouco espessas. Por conta do descrito, as encostas de toda a região são afeitas a movimentos de massa, especialmente escorregamentos, o que recomenda especial atenção aos processos de ocupação antrópica, desmatamento e localização de culturas agrárias.

A Secretaria Municipal de Habitação em colaboração com a Defesa Civil do Município vem elaborando o Plano de contenção de Riscos, relativamente às encostas suscetíveis de deslizamentos, conforme o estipulado na Lei 12608/12.



Desmatamentos

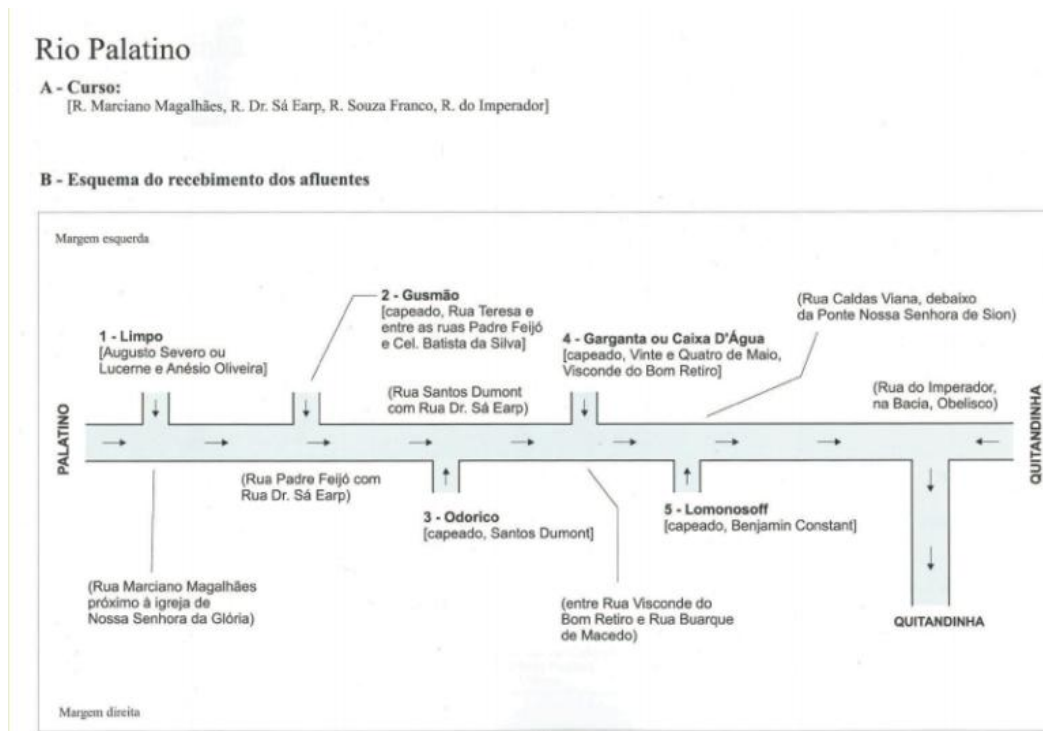
HIDROLOGIA

Dentro desse quadro geomorfológico, a rede hídrica que banha Petrópolis, corre encaixada nos fundos dos vales e é estruturada pelo Rio Piabanha, que nasce na Serra da Estrela, na fralda ocidental do penhasco do Retiro.

Já dentro da Cidade de Petrópolis, em seu 1º Distrito, mais precisamente na Praça da Confluência / antiga Praça Koblenz, onde foi construído o Palácio de Cristal, o Piabanha recebe a contribuição do rio Quitandinha, após receber as águas do rio Palatino, que com ele conflui nas proximidades do Monumento dos Colonizadores / Obelisco.

- 7) O Limpo, que corta em parte o Quarteirão Palatinado Superior, conflui na margem esquerda do Palatino, no início da Rua Augusto Severo;
- 8) O Gusmão, conflui no Palatino no local onde foi projetada a Praça de Woerstadt, no início da Rua Marciano Magalhães;
- 9) O Ribeiro, atravessa a parte alta do Quarteirão Castelânea, conflui no rio Aureliano, pouco acima da barra do Verna;
- 10) O Verna, que conflui na margem esquerda do rio Aureliano;
- 11) O Aureliano, que conflui na margem direita do Quitandinha, corre ao longo das Ruas Sargento Boening, Cardoso Fontes e Saldanha Marinho, desaguando no local conhecido por Duas Pontes;
- 12) O Theremin, afluente da margem direita do Saturnino;
- 13) O Saturnino, afluente da margem direita do rio Quitandinha;
- 14) O Cavalcanti, correndo inteiramente em galeria, que tem confluência na margem esquerda do rio Quitandinha, na projetada Praça de S. Goar, início da Rua Gonçalves Dias.

Para complementar esse apanhado dos afluentes do Piabanha, apresentamos os cursos e esquema geral, na ordem crescente das dimensões da bacia – Rio Palatino; Rio Quitandinha e Rio Piabanha.

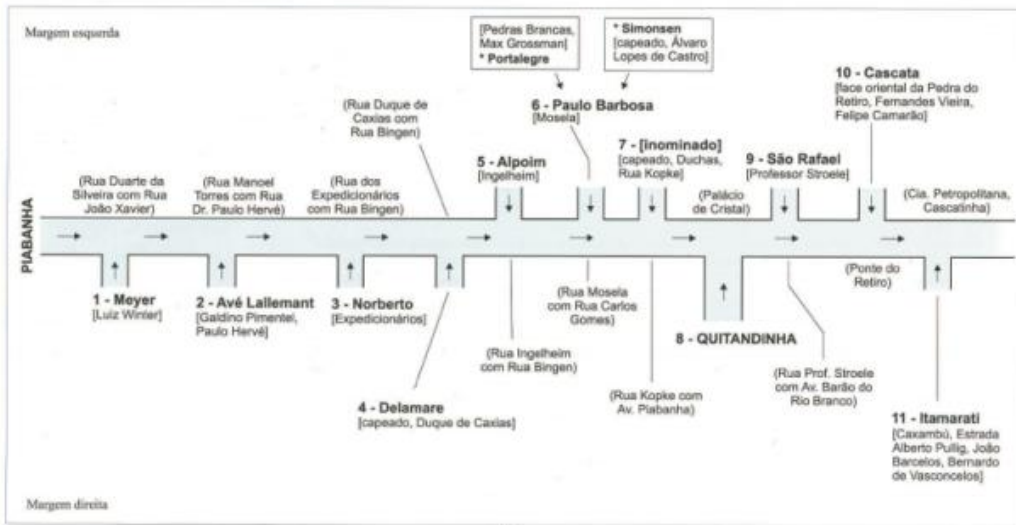


Rio Piabanha

A - Curso:

[face ocidental da Pedra do Retiro, João Xavier, Duarte da Silveira, Bingen, Paulino Afonso, Carlos Gomes-Francisco Manoel, Piabanha, Barão do Rio Branco, Hermogêneo Silva, Cascatinha, Itaipava, Pedro do Rio, Areal, Três Rios - Paraíba do Sul]

B - Esquema do recebimento dos afluentes

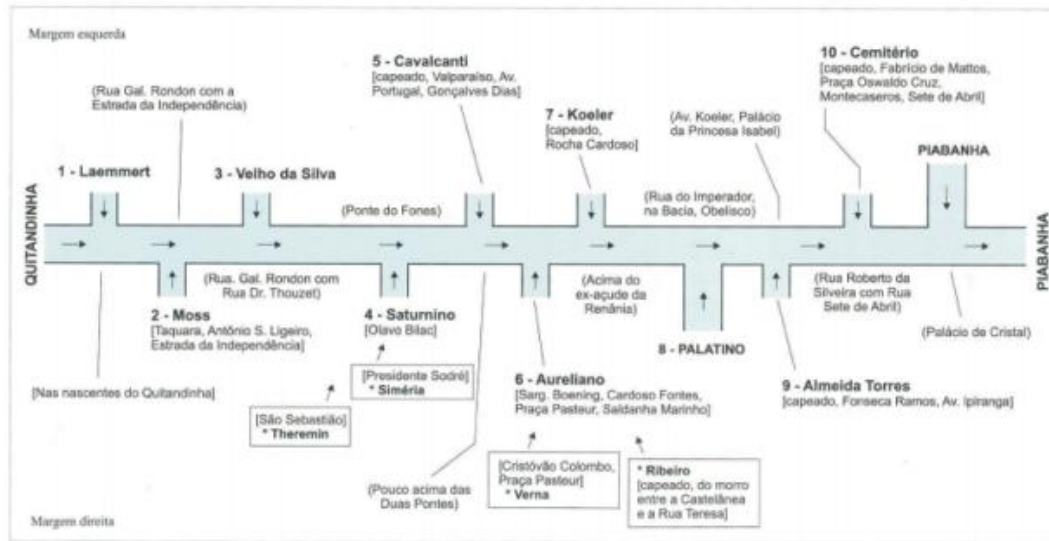


Rio Quitandinha

A - Curso:

[Lago do Quitandinha, Ruas Afrânio Mello Franco, General Rondon, Coronel Veiga, Washington Luis, Imperador, Imperatriz, Tiradentes, Koeler, Roberto Silveira, Padre Siqueira-Alfredo Pachá, Palácio de Cristal]

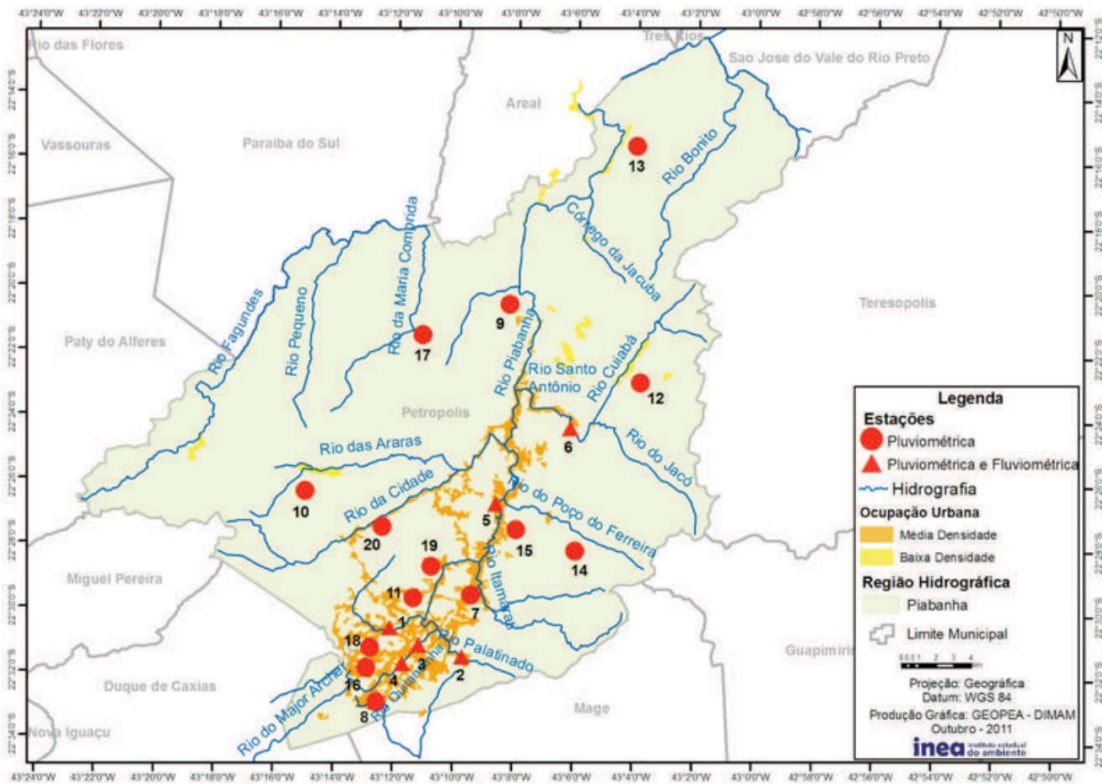
B - Esquema do recebimento dos afluentes



O Instituto Estadual do Ambiente - INEA vem desenvolvendo importantes estudos, projetos e obras, no Distrito de Itaipava, no sentido de mitigar as cheias decorrentes do estreitamento das calhas dos seus rios e da ocupação das respectivas margens. Como podemos visualizar nas imagens a seguir, fornecidas pelo próprio Instituto.

Todavia, essas obras podem ser inócuas caso não se trate convenientemente das encostas desmatadas.

Sistema do Alerta de Cheias do ERJ

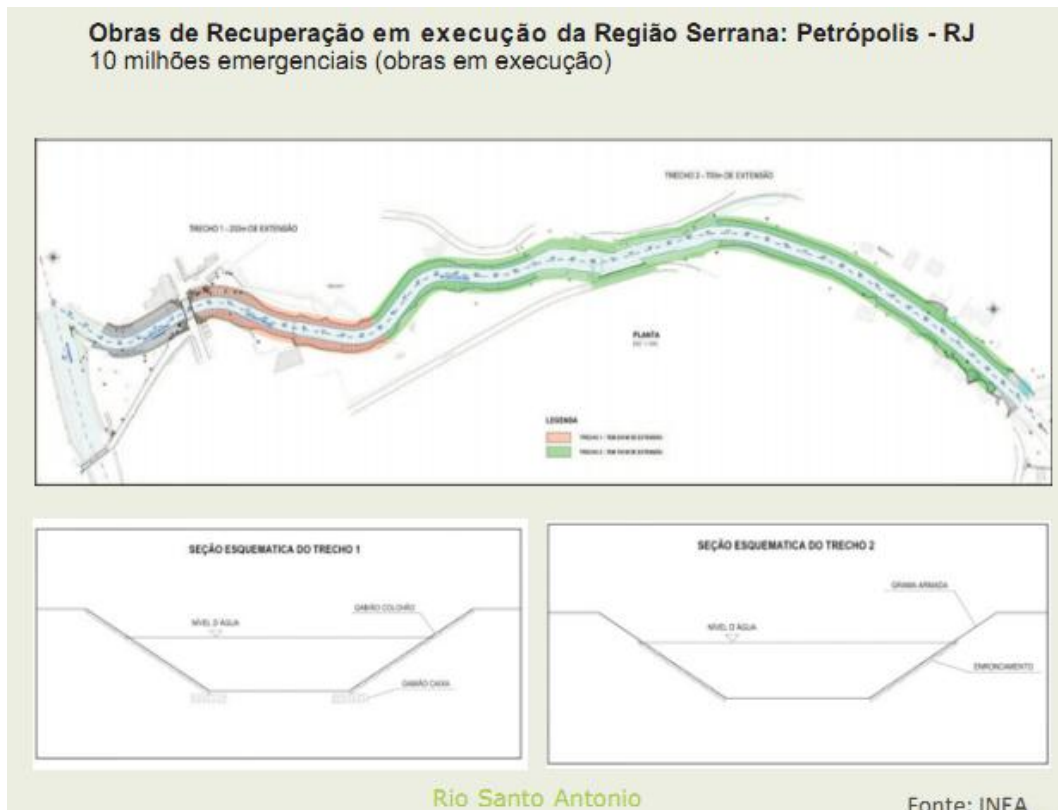


Melhoramento do sistema de monitoramento meteorológico

- Aquisição de 2 radares meteorológicos para o ERJ - Banda S dupla polarização, com abrangência de até 400 km.
- Licitação internacional (padrão BIRD) cerca de 16 milhões de reais, com recursos do BIRD e FECAM.
- Já esta em curso a licitação com previsão de entrega de proposta, lançada no início de agosto.

Obras Programadas de Recuperação da Região Serrana: Petrópolis - RJ





Para o Centro de Petrópolis também foi elaborado um projeto com o mesmo objetivo. Outro trabalho importante para a gestão de risco do Município, desenvolvido pelo INEA, foi à delimitação de faixas de inundação, classificadas por intensidade de risco, preliminarmente para o Distrito de Itaipava. Cabe esclarecer que, segundo o INEA, tal delimitação foi estabelecida para um momento futuro, quando as obras projetadas estiverem concluídas.

Segundo informações do próprio INEA, esse trabalho irá se estender para os outros Distritos, nos locais identificados como críticos.

O Plano Nacional Proteção e Defesa Civil deve integrar as políticas estaduais e municipais de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, meio ambiente, e às demais políticas setoriais, envolvendo as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável do Município.

O PNDEC local conterà, no mínimo:

- I. A identificação dos riscos de desastres nas bacias hidrográficas Município;
- II. As estratégias locais de ação governamental de proteção e defesa civil, em especial quanto à rede de monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico e à produção de alertas antecipados das áreas com risco de desastres.

No campo das áreas sujeitas à cheias, em resposta à suas competências, o Estado do Rio de Janeiro vem apoiando, através do INEA, o Município de Petrópolis na elaboração do Plano de Prevenção e Controle de Cheias, à cargo da Defesa Civil.

Essa colaboração deverá se consubstanciar nos levantamentos e mapeamento das áreas de risco, na elaboração dos Planos de Contingência de Proteção e Defesa Civil e na divulgação de protocolos de prevenção e alerta e de ações emergenciais, conforme estabelecido na Lei Nº 9.433/88.

Quanto às áreas sujeitas a deslizamentos de terras, conforme mencionado anteriormente, a Secretaria Municipal de Habitação, em colaboração com a Defesa Civil de Petrópolis, está elaborando o Plano de Eliminação ou Mitigação de Riscos de Desabamentos. Tal Plano conterà um mapeamento das áreas sujeitas à instabilidade e estudos de custo benefício que instruem as decisões sobre obras de contenção ou estabelecimento de áreas "nos edificandi".

1.2. BASE ECONÔMICA PETROPOLITANA

Petrópolis é a grande exportadora de serviços, nas áreas de tecnologia e mecânica leve, com faturamento superior a US\$ 1 bilhão/ano. Esse setor, além de gerar empregos, vem reativando galpões que estavam sem utilização na cidade.

Outro segmento que retoma seu dinamismo é o de bebidas, com a reforma da antiga Fábrica da Bohemia, primeira cervejaria do Brasil. Nesse projeto a AmBev está investindo na criação do Museu da Cerveja, um Centro de Tradições Petropolitanas, o Empório Bohemia, um Espaço de Exposições Temporárias, a Sala do Mestre Cervejeiro e Bar do Mestre, gerando 120 empregos diretos e 600 indiretos, neste empreendimento.

“Fortalecendo o caráter de cidade cervejeira, destacam-se ainda: a Cervejaria Itaipava, com produção que redunde em significativa parcela da arrecadação tributária do Município, e a Cervejaria Imperial, atualmente localizada na Mosela. Em paralelo, uma série de cervejarias artesanais amplia a diversificação da oferta, agregando sabores e tipos diferenciados dessa bebida.”

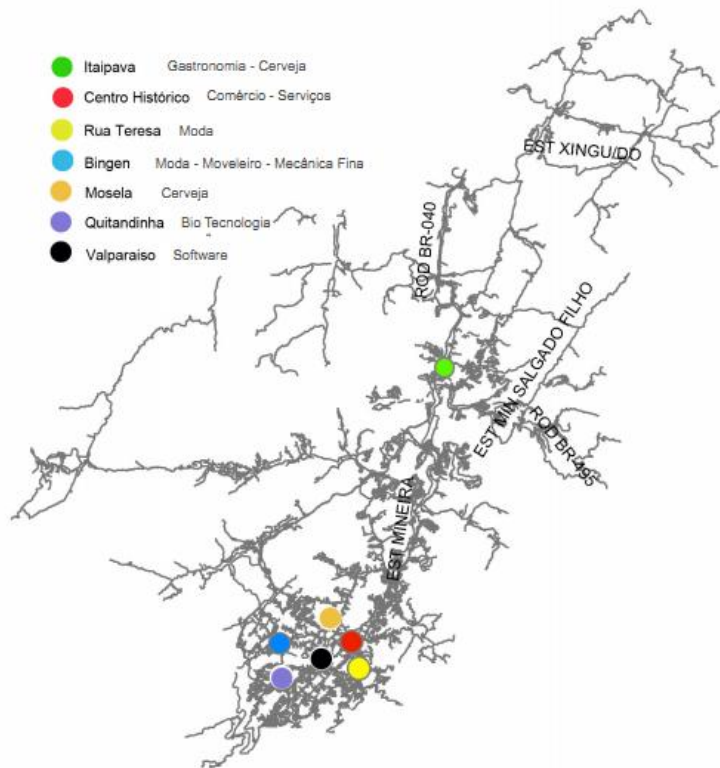
“Ainda no campo das bebidas, embora não alcoólica, as água mineral Petrópolis, de propriedade da NESTLE, aparece como uma marca que divulga o Município em territórios mais amplos.

O setor têxtil vem mantendo sua presença, com as fábricas de tecido e os Pólos de Moda da Rua Teresa e do Bingen, além das lojas em Itaipava e no Centro. Somente na Rua Tereza existe mais de 900 lojas em seus dois quilômetros de extensão, cujo movimento corresponde a 14% do PIB do Município.

O Município conta atualmente com cerca de 700 confecções que, em todo o processo da produção à comercialização, é responsável pela geração de aproximadamente 40 mil empregos.

O dinamismo econômico de Petrópolis, como um todo, distribui-se espacialmente da seguinte maneira:

- Rua Teresa conhecida nacionalmente como um shopping a céu aberto, constituindo-se como área de comércio de roupas e acessórios de moda.
- Bingen bairro localizado a 10 quilômetros do Centro Histórico destaca-se no comércio de móveis, tecidos para decoração, roupas e acessórios de moda.
- Itaipava, 3º distrito do município de Petrópolis, a 15 Km do Centro Histórico, destacando-se o comércio de cerâmica, móveis, decoração, antiquários, artesanato, roupas e acessórios de moda e gastronomia.
- Além destes pólos, a Rua do Imperador e a Rua 16 de Março, localizadas no Centro, possuem comércio diversificado e grande concentração do setor de serviços.
- O Pólo de Móveis de Petrópolis, criado há mais de 100 anos, destaca-se como um dos principais pólos industriais e comerciais de movelaria do país. Constituído por mais de 70 indústrias formais e informais, o Pólo é formado principalmente por micro e pequenas empresas que atuam na fabricação e comercialização de móveis prontos e de montagem, esquadrias, tecidos e outros artigos para decoração. As lojas do Pólo Moveleiro estão concentradas em grande número no Bingen e Itaipava.



TURISMO

O Turismo Histórico e o Ecoturismo estão cada vez mais em expansão. O setor é responsável por 8.500 postos de trabalho direto e indireto. Por ano, o Município recebe 1,8 milhões de turistas e visitantes. Somente o circuito no Centro Histórico conta com: Museu Imperial (o mais visitado do Brasil) construído em estilo neoclássico está localizado no antigo Palácio Imperial, residência de veraneio de D. Pedro II. O Palácio de Cristal (estrutura em aço, ferro, metal nobre precursor do moderno aço, foi transportado peça por peça da França para o Rio de Janeiro) o Museu Casa de Santos Dumont a Avenida Koeler, ladeada por belos casarões, por onde se pode transitar de vitórias e onde se localiza o Palácio Rio Negro a Catedral São Pedro de Alcântara, construída em estilo neo- gótico, que abriga um dos maiores órgãos da América Latina e os mausoléus com os restos mortais do imperador Pedro II e D. Teresa Cristina, da Princesa Isabel, do Conde D'Eu, além das tumbas do príncipe Pedro de Alcântara de Orleans e Bragança e sua esposa D. Elisabeth.

Com a valorização do ecoturismo, Petrópolis oferece uma série de trilhas, em meio à mata atlântica; oportunidades de montanhismo; banhos de cachoeira; oferta de cavalgadas arvorece, rapel e outros esportes radicais, nos espaços do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Pedra do Açú, Cachoeira Véu da Noiva, Cachoeira Véu das Andorinhas, Pedra Maria Comprida, Gruta do Presidente e outras localidades.

Anualmente, uma programação de eventos mensais atrai turistas do Rio de Janeiro, outros estados e do exterior:

- **Abril:** Petrópolis Rural - atividades agropecuárias, exposições, integração de produtores, leilões;
- **Maião:** Semana Nacional dos Museus - comemoração do Dia Internacional de Museus;
- **Junho/Julho:** Bauernfest (Festa do Colono Alemão) - o segundo maior evento de sua categoria no Brasil; gastronomia típica, apresentações música e dança desfiles.
- **Julho:** Festivais de Inverno da Dellarte e do SESC - festivais culturais com música, teatro, cinema, artes plásticas, literatura e gastronomia
- **Agosto:** BunkaSai Festival Japonês - Serra Noivas – apresentações de profissionais de festas

- **Setembro:** Serra Serata - Festa Italiana com gastronomia típica e apresentações e Serra Wine Week – gastronomia
- **Outubro:** Petrópolis Jazz & Blues Festival – festival musical
- **Novembro:** Petrópolis Gourmet – gastronomia, oficinas, cursos, etc. e Festival de Cinema – exibições de filmes (foco em obras cinematográficas brasileiras) em diversos locais da cidade, oficinas, palestras.
- **Dezembro:** Natal de Luz – corais, teatro, cinema, música e exposições em diversos pontos da cidade, iluminação natalina nas principais ruas "O Plano Diretor de Turismo de Petrópolis, denominado Petrópolis Imperial 2010 – 2019, instituído pela LEI Nº 6771 de 20 de julho de 2010 será elaborado pela Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis, subsidiada pelo COMTUR – Conselho Municipal de Turismo, e deverá seguir as diretrizes estabelecidas no volume Proposições, do presente PDP."

TECNOLOGIA

• Com o olhar voltado para o futuro informacional, o Município vem trabalhando sobre a inclusão digital de sua população, através dos seguintes iniciativas:

• **ECOCENTRO** - É um espaço apropriado, com vistas à coleta e destinação correta dos resíduos eletroeletrônicos. Constituído por uma infraestrutura que recebe, trata e valoriza ou encaminha os EEE produzidos pela população

• **ECOCID** - São laboratórios de informática, contendo computadores remanufaturados pelo Ecocentro, a fim de atender as comunidades carentes, com o objetivo de promover a inclusão digital de suas populações e estimular a responsabilidade social, o empreendedorismo e ampliar as noções de cidadania

• **TELECENTRO** - É um espaço público onde pessoas podem utilizar microcomputadores, a Internet e outras tecnologias digitais que permitem coletar informações, criar, aprender e comunicar-se com outras pessoas, enquanto desenvolvem habilidades digitais essenciais

• **CID (Centro de Inclusão Digital)** - São laboratórios de informática criados para as comunidades carentes, com o objetivo de promover a inclusão digital de suas populações e estimular a responsabilidade social, o empreendedorismo e ampliar as noções de cidadania

• **CTT (Centro de Treinamento Tecnológico)** - Espaços voltados à capacitação em tecnologia em geral

• **CTM (Centro de Treinamento Multiplicador)** - espaços voltados à capacitação de novos monitores, no propósito multiplicar o conhecimento habilitando demais pessoas para serem monitores de centros de inclusão digital

• **Telecentros públicos e comunitários** - são espaços que proporcionem acesso público e gratuito às tecnologias da informação e comunicação, com computadores conectados à Internet, disponíveis para múltiplos usos, incluindo navegação livre e assistida, cursos e outras atividades de promoção do desenvolvimento local.

• A iniciativa RedeComep é parte de uma ação mais ampla do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), e tem como objetivo implantar redes de alta velocidade nas regiões metropolitanas do país atendidas por Pontos de

Presença da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. A iniciativa, coordenada pela RNP, possui como premissa a implantação de uma infraestrutura de fibra óptica própria, interligando instituições de pesquisa e ensino superior.

- O presente projeto visa implantar na cidade de Petrópolis uma rede metropolitana de comunicações em alta velocidade, interligando as principais instituições de ensino e pesquisa, incluindo o LNCC, CEFET, FIOCRUZ, UCP, MUSEU IMPERIAL e a PREFEITURA DE PETROPOLIS, instituições que já estão envolvidas em projetos colaborativos.
- O Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC, é a maior instituição de ensino e pesquisa da região e a de maior abrangência de atividades, atuando em ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e transferência de tecnologias para a sociedade nos mais diversos domínios do conhecimento.
- A Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, instituição vinculada ao Ministério da Saúde que abriga atividades de pesquisa pura e aplicada e de produção conferem à FIOCRUZ um potencial singular para o desenvolvimento de novas tecnologias. A instituição é um dos centros mais capacitados do país em biotecnologia aplicada à saúde e em tecnologia para a área farmacêutica, além de tecnologias de controle da qualidade, de ecologia e meio ambiente, entre outras. O desenvolvimento de tecnologia para produção de insumos para a saúde está associado à produção de medicamentos e de imunobiológicos.
- A Universidade Católica de Petrópolis - UCP, primeira instituição de ensino superior instalada na cidade de Petrópolis. Hoje a UCP, que em seus mais de 50 anos de história já formou mais de 15 mil profissionais em diversas áreas, oferece 29 cursos de graduação, sendo 25 de bacharelado e quatro tecnólogos, além de cursos de pós-graduação e mestrado.
- O MUSEU IMPERIAL - instituição vinculada ao Ministério da Cultura é popularmente conhecido como Palácio Imperial, é um museu histórico temático, localizado no centro histórico da cidade de Petrópolis, instalado no antigo Palácio de Verão de Dom Pedro II.
- Movimento Petrópolis-Tecnópolis que tem como objetivo o desenvolvimento regional sustentável, através da atração, fixação e apoio ao crescimento de instituições e empresas de base tecnológica, promovendo a qualidade de vida da população. O Movimento PetrópolisTecnópolis busca ser o Principal vetor de desenvolvimento sustentável da região serrana, articulando seu passado histórico com um futuro inovador. Em 1987 foi criada a Fundação Parque de Alta Tecnologia de Petrópolis (FUNPAT) objetivando fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico da região.
- Fundação Cultural Dom Manuel Pedro Cunha Cintra que busca desenvolver e aplicar tecnologias, bem como posicionar as já existentes nas diversas áreas do saber, visando o aprimoramento das empresas e da sociedade, na busca do desenvolvimento contínuo.
- Instalação de uma infraestrutura em fibra óptica própria, dedicada, exclusiva para o uso inovador das ações de Ciência e Tecnologia Pesquisa, Desenvolvimento, de modo a viabilizar um salto qualitativo e quantitativo para a comunidade científica da região de Petrópolis.
- REDE METROPOLITANA - Com o crescimento do acesso a internet por celulares, tablets e notebooks, a Prefeitura disponibiliza o acesso de uma extensa rede WIFI de alta velocidade em pontos como a Praça da Liberdade, a Rua do Imperador, o Teatro Municipal, a Rua Teresa e o Palácio de Cristal. “Dentre outros exemplo de empresas de alta tecnologia instaladas em Petrópolis, destacam-se: Microsoft; ORANGE e EXCELION, essas duas últimas instaladas na TECNÓPOLIS.”
- Por tudo isso e segundo o estudo desenvolvido pela FGV “Estudos das Potencialidades Econômicas e Competitividade das regiões do Estado do Rio de Janeiro”, Petrópolis foi apontado como detentor de significativas potencialidades nas áreas do turismo (histórico, lazer e ecológico) e da alta tecnologia.

MEIO RURAL

- No campo da produção rural, a região serrana do Rio de Janeiro é responsável por 70% das frutas, legumes e verduras produzidas no Estado e é uma das regiões que mais cresce na produção de alimentos orgânicos. Por dessa peculiaridade, o acesso à informação e a troca de experiências tornam-se primordiais para qualificar produtores e produtos da região, diante de seus mercados e do próprio núcleo da Região Metropolitana.
- Petrópolis é especialmente dotado das condições locacionais e técnicas para desempenhar um papel fundamental nesse processo. No município, a produção de alimentos orgânicos conta com dois grupos fortes localizados no Brejal e Jacó indicados no mapa abaixo. Seus produtos são comercializados na Feira de Orgânicos do Município, em Itaipava - Hortomercado e em Feiras do Rio.
- “O Município conta ainda com reconhecida atuação na criação e treinamento de equinos para corrida e salto”.

Elencamos algumas ações que trabalham no sentido de fortalecer o setor:

a) Programa de Incentivo à Agricultura Familiar

Apoio ao pequeno produtor familiar de forma sustentável, fomentando sementes, adubos orgânicos entre outros insumos para a produção e abrir canais de comercialização de seus produtos contribuindo para o desenvolvimento local.

b) Censo Agropecuário

Levantamento do Potencial Agropecuário do Município. Unir o potencial agropecuário com as demandas públicas do município contribuindo para o fortalecimento das comunidades e aumentando a qualidade dos produtos consumidos pelos petropolitanos.

c) De Olho no Campo

Apresentar os projetos do governo às comunidades e, ao mesmo tempo, abrir um importante canal de comunicação entre as áreas rurais e o município.

d) Assistência Técnica e Extensão Rural

Convênio com a EMATERRIO visando fomentar e trazer novas técnicas e conhecimentos para os produtores e criadores de nossa região.

e) Hortas Escolares e Comunitárias

Utilizar a horta como elemento pedagógico para desenvolvimento da educação e dos hábitos alimentares saudáveis.

f) Organização das Feiras Livres e do Hortomercado Municipal

Estimular e promover condições para aperfeiçoar o funcionamento dos pontos de venda proporcionando e garantindo a segurança alimentar e um ambiente saudável para o consumidor.

g) Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

O PAA veio ao encontro dos Produtores familiares com a possibilidade de fornecimento de seus produtos através do Programa Fome Zero, tendo como gestor a CONAB.

h) Merenda Escolar

Esse projeto se constitui através da determinação da lei federal 11947 de 16 de junho de 2009 que garante que a cota de no mínimo 30% da verba repassada pelo FNDE seja utilizada para compra de produtos da Agricultura Familiar no fornecimento da Merenda Escolar.

i) Venda Direta

Projeto do atual governo que visa atender aos Produtores Rurais através da venda direta de suas produções, propiciando alcançar uma renda maior sem onerar o preço final dos produtos, por eliminar os atravessadores. Esse projeto tem como objetivo, oferecer esta oportunidade, de um ponto de venda, atualmente nos terminais, para Produtores Familiares, referencialmente que não tenham espaços públicos para venda. Estão sendo estudados novos pontos tal o sucesso do projeto.

k) Projeto Árvore dá vida

Tem como objetivo fornecer mudas de árvores frutíferas com potencial de produção no município, visando o fornecimento para o Merenda Escolar.

1.3. DADOS SOCIOECONÔMICOS:

Em geral, os estudos realizados sobre o Município de Petrópolis tomam por base a totalidade de seu território. Essa linha de trabalho resulta em deformações estatísticas e conseqüentes imprecisões avaliativas.

No caso atual, os levantamentos realizados, sempre que possível, desceram para bases distritais. Essa linha de trabalho ainda mantém, em menor grau, os inconvenientes apontados anteriormente, mas permite uma avaliação ampla, de caráter sincrônico, dos desequilíbrios entre os diversos distritos, podendo instruir diretrizes de planejamento e políticas públicas setoriais.

Nesse sentido, priorizamos dados estatísticos do IBGE (Censo de 2000) sobre população total, número de imóveis, população por faixa etária, analfabetismo, escolaridade e renda.

Tais dados podem ser cruzados entre si e georreferenciados a plantas temáticas que expressem a disponibilidade de escolas públicas, distância dos centros de empregos, áreas de risco, disponibilidade de abastecimento de água e esgotamento sanitário formais, áreas de preservação, trajetos de transportes públicos, zoneamento de uso do solo, Áreas de Especial Interesse Social etc., permitindo análises sócio-espaciais diversas.

Por outro lado, as séries históricas disponíveis, relativas aos Censos de 1980 a 2010, permitem uma visão diacrônica das diferentes dinâmicas distritais, relativamente algumas das variáveis selecionadas.

Em casos especiais, onde dinâmicas de alterações dos usos e ocupação do solo, efetivas ou potenciais, indiquem a necessidade de aprofundar estudos, ganhar precisão e bem instruir as proposições do PDP, mesmo sem contar com dados estatísticos, adotamos “leituras” de porções ainda menores do território Petropolitano, em especial os sub-centros localizados nos bairros e distritos.

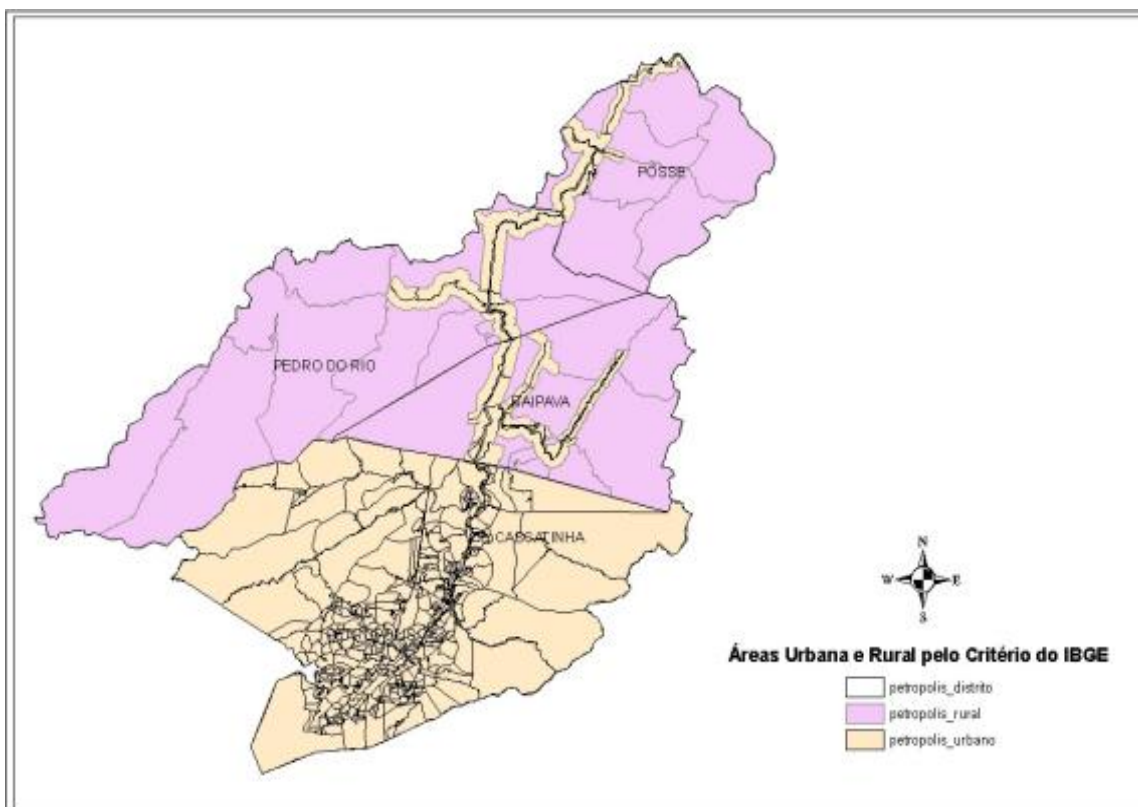
Definidos os indicadores prioritários a serem examinados – população, renda, e escolaridade, apresentamos a seguir as tabelas que os organizam, regionalmente, sobre a base Municipal e sobre seus Distritos.

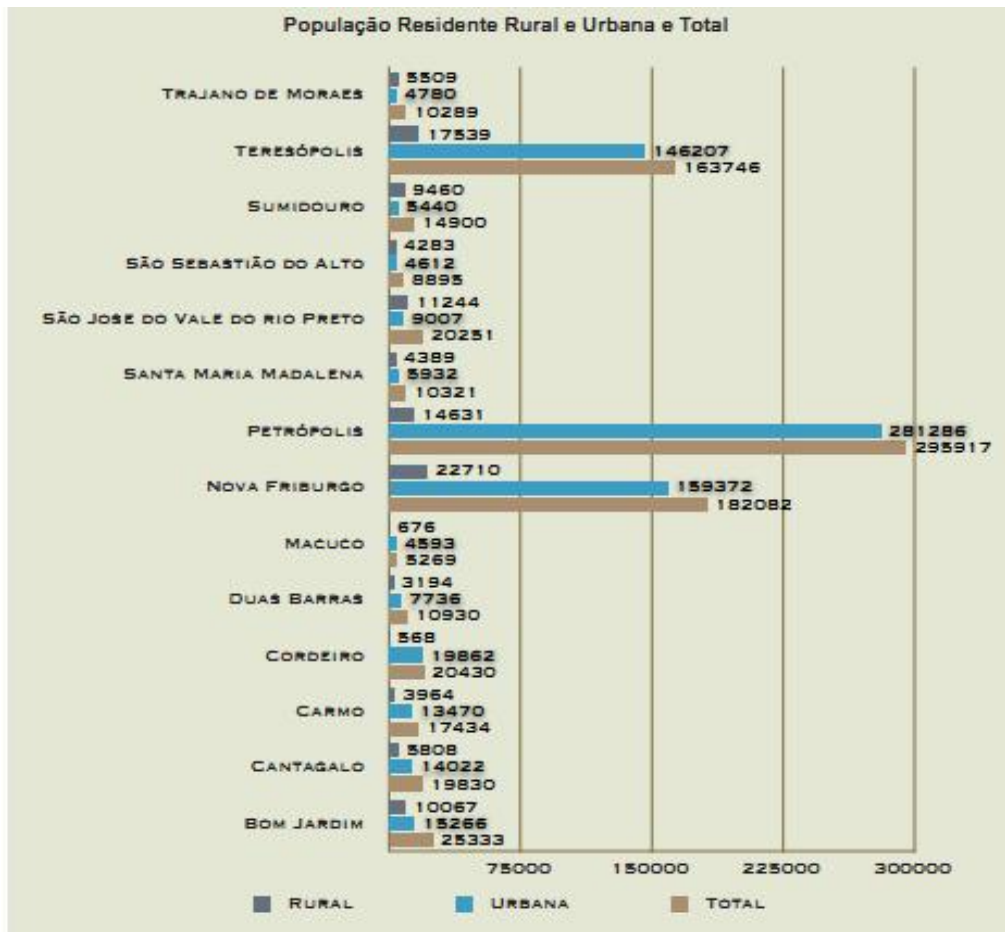
Em conformidade com esse critério, a configuração territorial de Petrópolis, quanto à classificação urbana e rural, assume a seguinte forma.

“Espera-se que, com a formalização de um abairramento para o Município, esses critérios venham ser alterados e seja possível obter do IBGE uma nova definição de zonas censitárias coincidentes com os limites dos bairros, gerando séries históricas mais adequadas ao planejamento”.

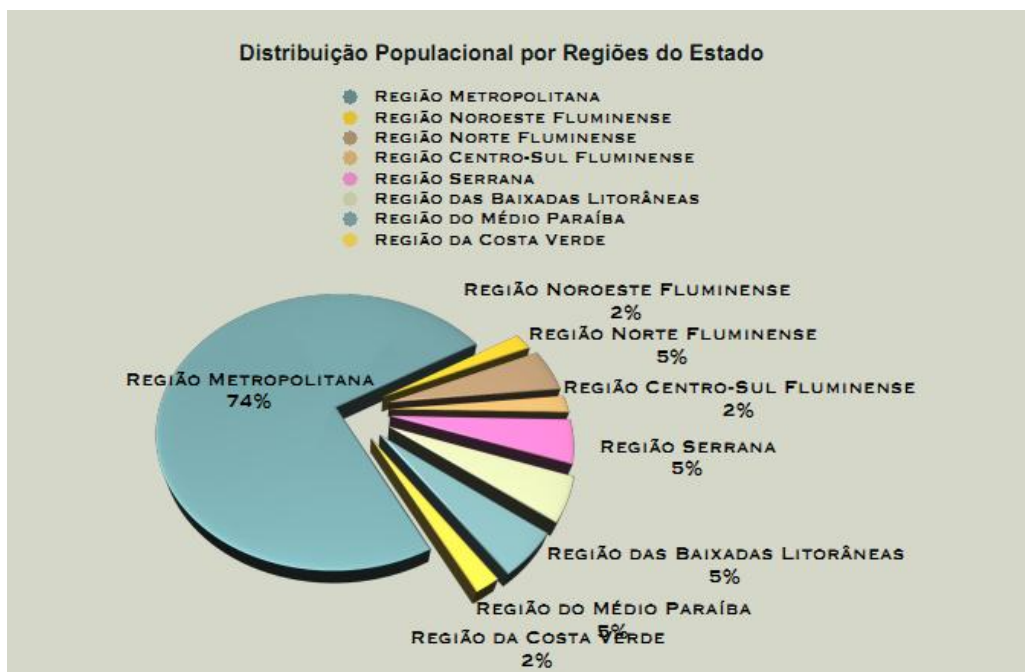
Cabe esclarecer que o IBGE utiliza como critério de caracterização do urbano e do rural, o dispôs na seguinte legislação:

- Decreto-Lei nº 1.056, de 31/12/1943, do Governo do Estado do RJ, que delimita os Municípios seus Distritos do Estado do Rio de Janeiro.
- Deliberação nº 3.005, de 04/05/1971 da Prefeitura Municipal de Petrópolis combinada com a Lei nº 6.526, de 18/06/1971 do Governo do Estado do RJ, que delimita as Zonas Urbanas e Suburbanas as Zonas Rurais de Petrópolis.
- Lei nº 1.255, de 15/12/1987, criação do Município de São José do Vale do Rio Preto, então Sexto Distrito de Petrópolis (denominado de São José do Rio Preto)



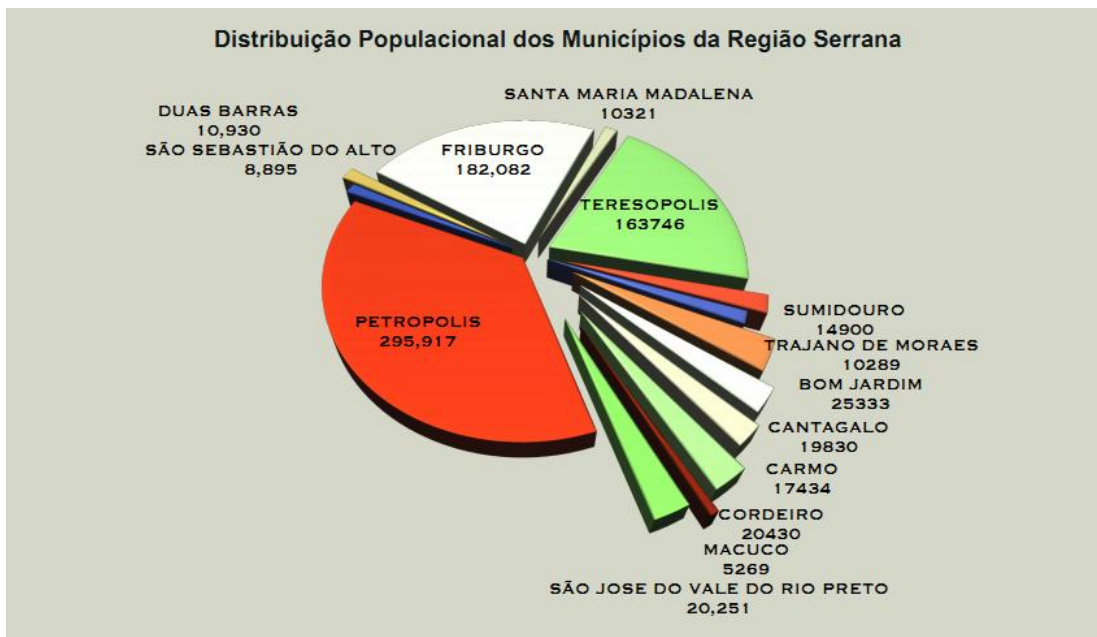


O gráfico anterior demonstra a repercussão dessa predominância dos setores econômico eminentemente urbanos, sobre a distribuição da população petropolitana. Em diversos outros municípios da Região, embora seja notória a população rural, sobretudo dolerículas e leite, a predominância da população também urbana, pela menor quantidade de mão de - obra que esse setor demanda e pelos salários mais atraentes das atividades urbanas.



A Região Serrana tem peso demográfico relativamente pequeno dentro da população total do Estado do Rio de Janeiro. A Região Metropolitana do Rio, a região petroleira do norte do Estado e a região industrial do Vale do Paraíba são aquelas de parcelas populacionais mais significativas.

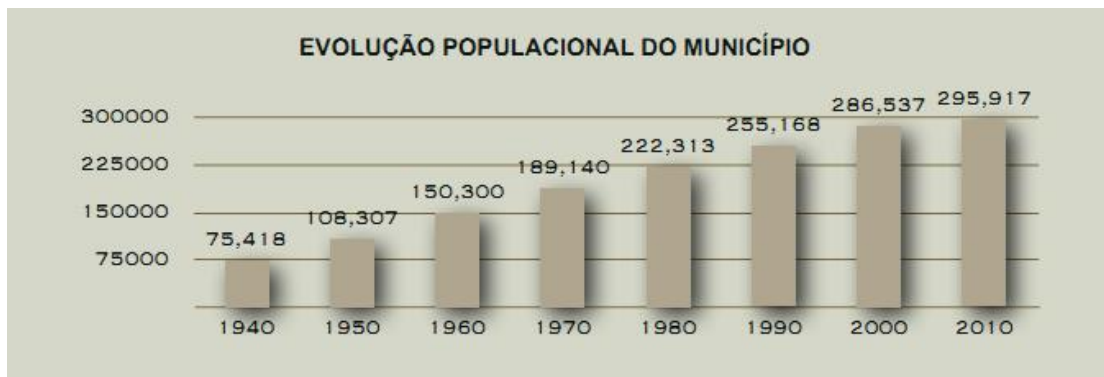
Todavia, a proximidade da Região Serrana com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, atribui-lhe especial importância, tanto pelos serviços mais sofisticados a que pode recorrer, naquele importante centro nacional, e receptivo internacional quanto pelo papel que pode exercer como local de visitação turística e de segunda residência.



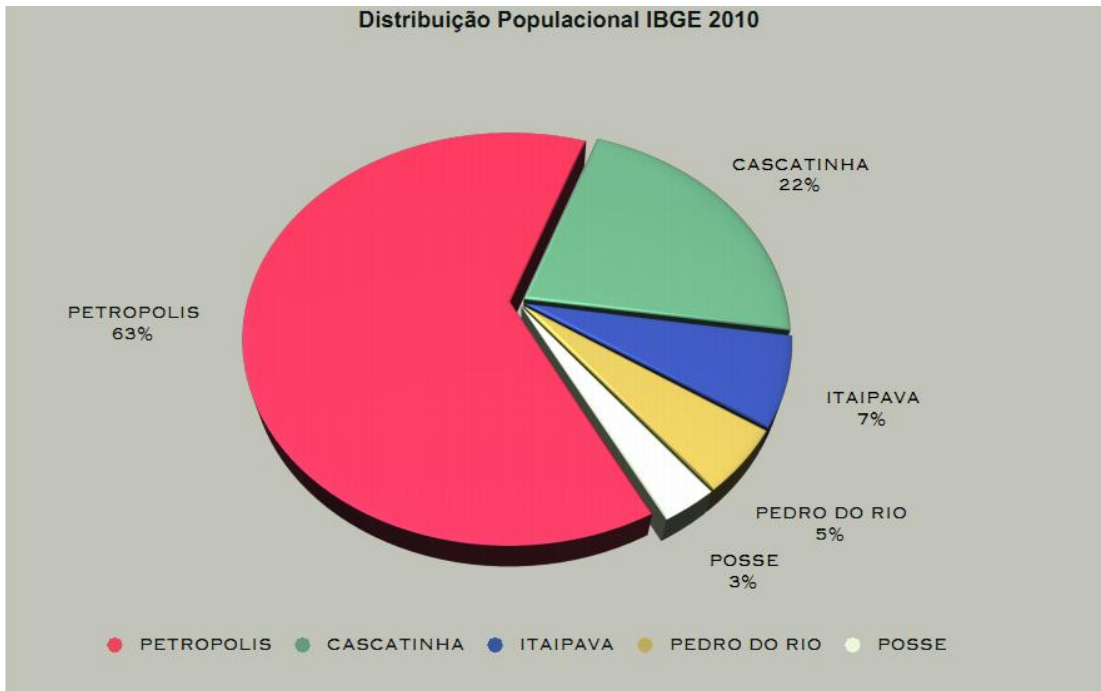
Dentro da Região Serrana, Petrópolis tem a posição demográfica mais destacada, em função de sua base econômica mais dinâmica e diversificada.

Os municípios de Nova Friburgo e Teresópolis são aqueles que em termos demográficos secundam Petrópolis, sendo que Friburgo teve agravado seu processo de desindustrialização por conta do desastre ecológico de 2011, que danificou gravemente algumas instalações fabris.

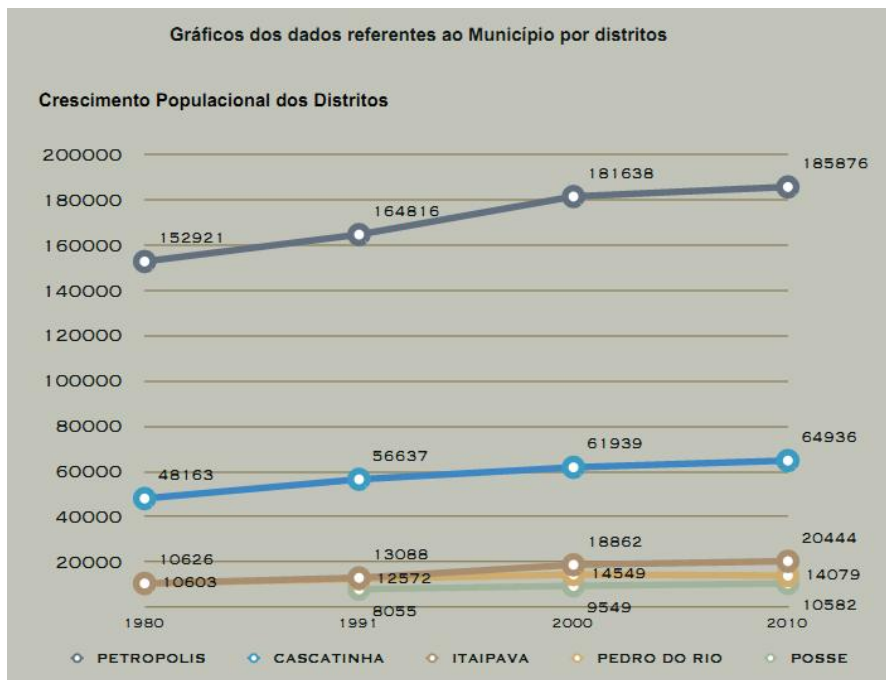
Os demais municípios da Região têm suas economias com predominância nas atividades urbanas de comércio e serviços, com populações jovens que migram em busca de educação superior e maiores oportunidades de empregos urbanos.



O crescimento populacional do Município de Petrópolis manteve-se bastante regular e constante no período entre os Censos de 1940 e 2000, a partir do qual estabeleceu uma inflexão para baixo, acompanhando o mesmo movimento desse indicador relativo à Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

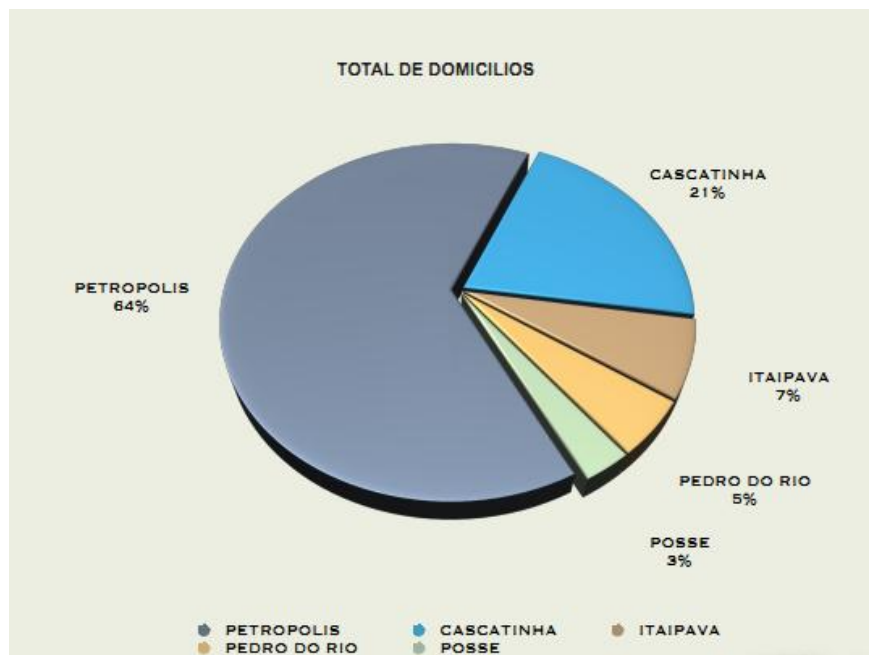


Na distribuição populacional do Município destaca a predominância absoluta do Distrito Sede, atingindo montante maior do que o da soma dos demais distritos. O segundo Distrito - Cascatinha, o maior em superfície, assume o segundo lugar em população, por razões territoriais e de proximidade com o Distrito Sede, principal centro de empregos.



“Do ponto de vista diacrônico, a partir do Censo de 1980, o Crescimento populacional do Distrito Sede foi de 21,55%, inferior aos dos outros distritos, que apresentaram as seguintes taxas de crescimento:

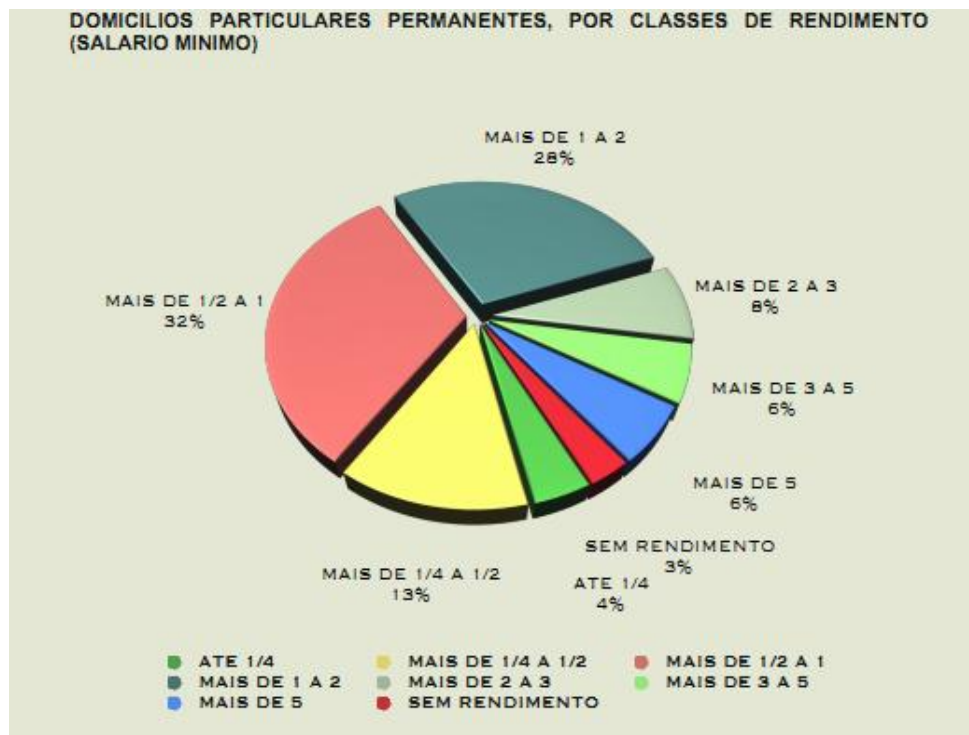
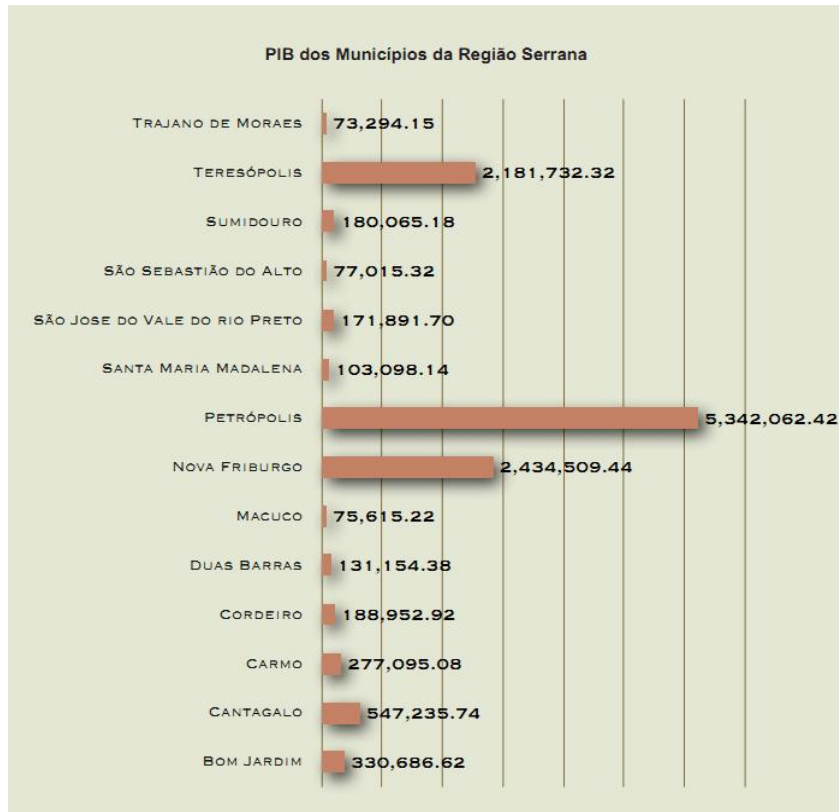
Cascatinha = 34, 82%; Itaipava = 42,39%; Pedro do Rio = 32,28%; Posse = 31,37%. Isso significa que já está havendo uma descentralização do peso populacional, em direção aos outros Distritos, não correspondida em relação ao comércio e aos serviços, ainda majoritariamente concentrados no Distrito Sede.



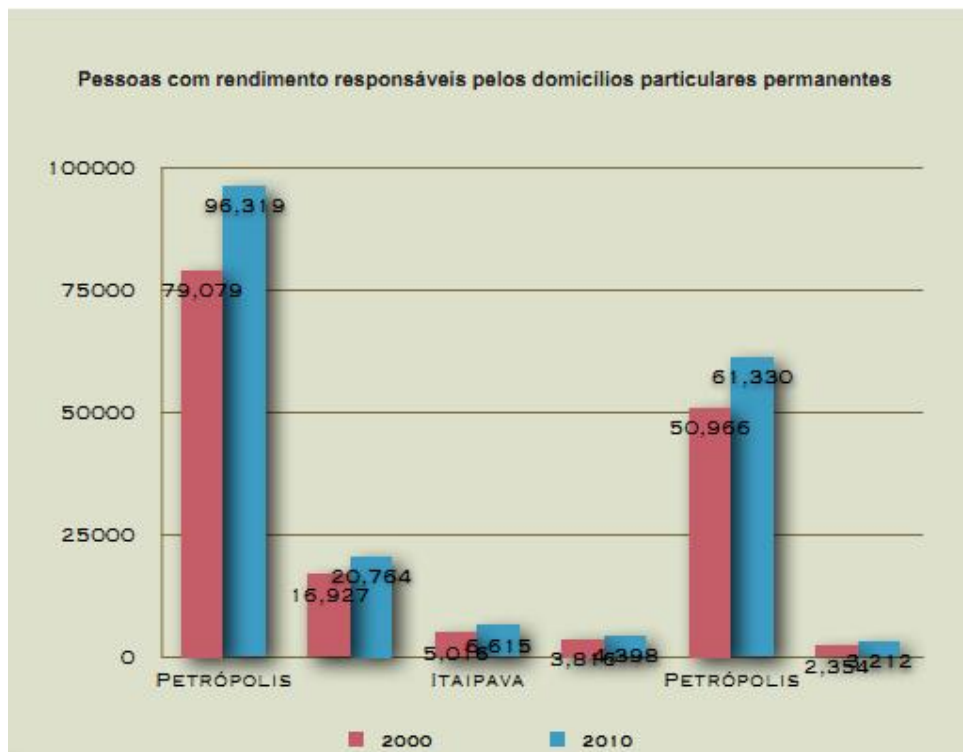
Se considerarmos os distritos, os números de domicílios acompanha a mesma distribuição percentual da população, fortalecendo a idéia da centralidade predominante do Distrito Sede.



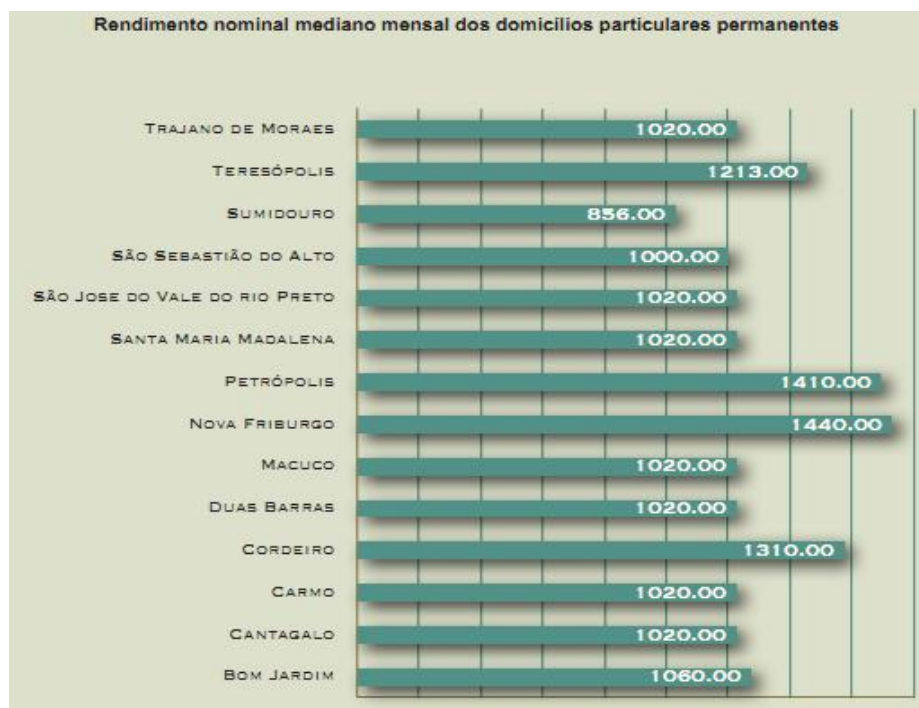
Neste gráfico, nota-se o surpreendentemente alto índice de imóveis próprios, provavelmente relacionado com as numerosas áreas de habitações precárias ou irregulares.

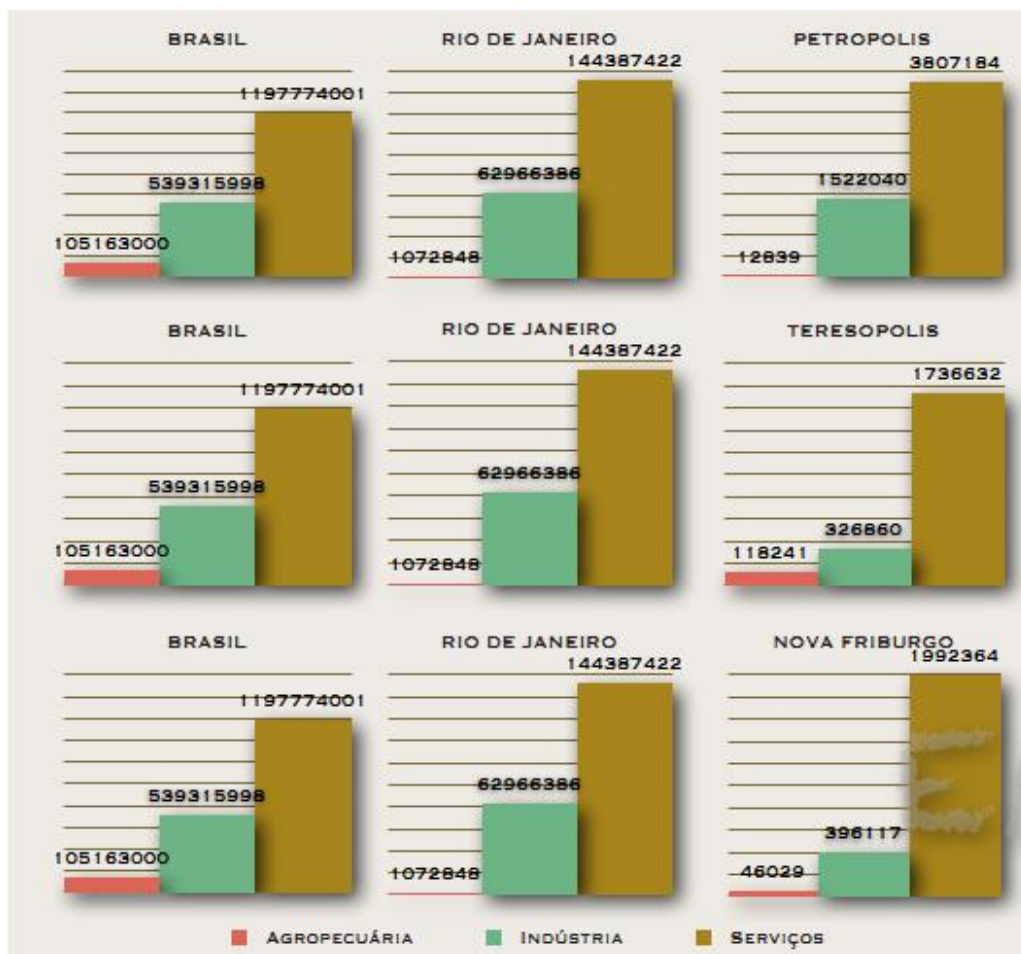


Os indicadores de renda familiar do Município mostram um quadro dramático de pobreza, apontando que mais de 80% dos domicílios têm renda abaixo dos 3 salários mínimos mensais.



Este gráfico mostra a evolução da renda dos chefes de famílias com residências permanente, por distrito, comparativamente ao Município, entre os Censos de 2000 e 2010. Nele verifica-se que o crescimento desse indicador no Município e no Primeiro Distrito são bastante semelhantes, em torno dos 17%, enquanto que em Cascatinha o crescimento foi de 19%; em Itaipava e Posse a renda cresceu respectivamente 25% e 29%.





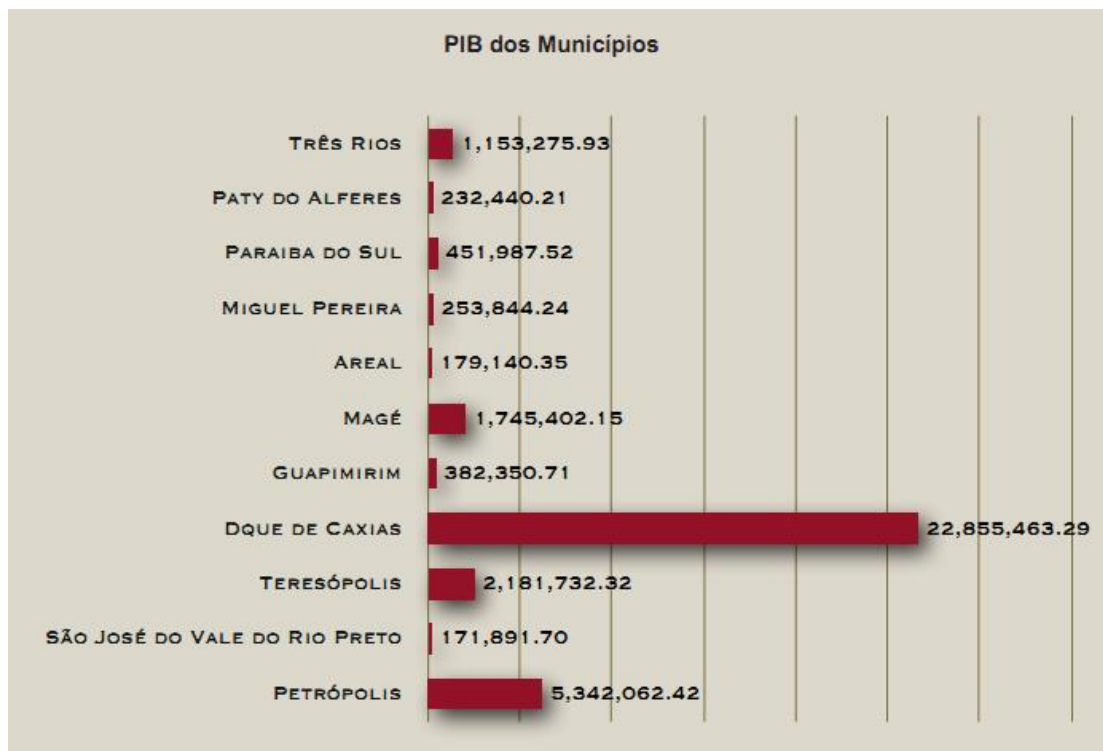
Independentemente das relações mais ou menos fortes de Petrópolis com os municípios da Região de Planejamento, definida pelo Estado - REGIÃO SERRANA, cabe uma análise sucinta das suas possibilidades de integração com o dinamismo econômico do município limítrofe com maior potencial de desenvolvimento – Duque de Caxias. Os demais municípios limítrofes têm posição predominantemente de consumidores de serviços, em relação à Petrópolis, não oferecendo outras possibilidades de agregar renda à economia do Município. Ao contrário, por sua importância econômica, embora não limítrofes, incluímos Itaguaí e Itaboraí nesse contexto avaliativo.

De fato, as novas configurações logísticas metropolitanas, geram novas oportunidades de arranjos produtivos, nas quais Petrópolis pode tirar proveito, dentro de estratégias adequadas de articulação.

O Arco Metropolitano com suas intercessões com a BR 040, sobretudo se considerarmos a sua duplicação, e desta com a BR 116 e a RJ 105, criam novos acessos a importantes centros logísticos e industriais.

Através deles chega-se ao Porto de Itaguaí - primeiro “Hub Port” (Porto concentrador de cargas) do Atlântico Sul, que pode armazenar até 10 milhões de toneladas de mercadoria. Essa mesma estrutura rodoviária dá acesso, nas imediações do Porto, às indústrias já estabelecidas, NUCLEP, VALESUL e COSIGUA.

Partindo de Itaguaí, na direção noroeste, seguindo o Arco Metropolitano alcança-se o Município de Caxias, limítrofe de Petrópolis, onde pontifica a Refinaria Duque de Caxias. Para uma idéia do dinamismo econômico do Município basta observar que entre 1999 e 2002, Duque de Caxias saltou da 15ª para a 6ª posição entre os maiores PIBs do Brasil, deixando para trás capitais importantes como Belo Horizonte e Porto Alegre. Se excluirmos a Cidade do Rio de Janeiro, a participação de Duque de Caxias no PIB da Região Metropolitana passa para 39%.



Dentro desse quadro, destaca-se o setor secundário, fundamentalmente estimulado pela indústria de transformação, que é responsável por 54% do PIB do município, onde tem destaque o segmento químico, que representa 84% do total da indústria de transformação de Caxias.

Mas adiante, na continuidade do Arco Metropolitano, embora não limítrofe com Petrópolis, cabe mencionar o Município de Itaboraí que está recebendo vultosos investimentos na implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ.

O COMPERJ será formado por uma refinaria e unidades geradoras de produtos petroquímicos de 1ª geração como propeno, butadieno, benzeno, entre outros, e com uma capacidade de eteno da ordem de 1,3 milhão de toneladas/ano. Haverá também um conjunto de unidades de 2ª geração petroquímica com produção de estireno, etileno-glicol, polietilenos e polipropileno, entre outros.

Já empresas de 3ª geração, que poderão ser atraídas pelo COMPERJ e se instalar também nos Municípios vizinhos e com acesso ao Arco Metropolitano, que ligará Itaboraí ao Porto de Itaguaí, serão responsáveis por transformar esses produtos petroquímicos de 2ª geração em bens de consumo, tais como: componentes para as indústrias montadoras de automóveis, plásticos injetados, materiais cirúrgicos e linha branca como eletrodomésticos, dentre outros.

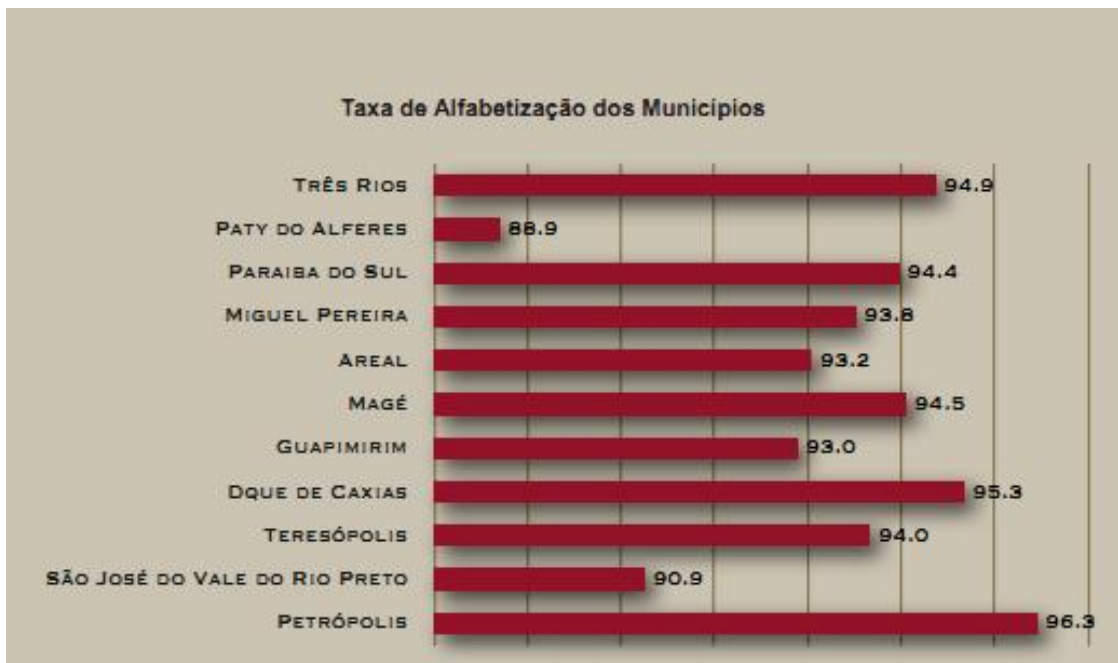
Cabe ressaltar que a atração dessas indústrias depende também de uma hábil e consistente ação estratégica por parte dos governos municipais.

Em função dos campos petrolíferos existentes na costa fluminense, é plausível a hipótese da manutenção, por um longo período, do segmento petrolífero na expansão econômica do Estado, bem como o fortalecimento da integração das economias dos municípios metropolitanos e das periferias próximas, como o caso de Petrópolis, nesse processo.

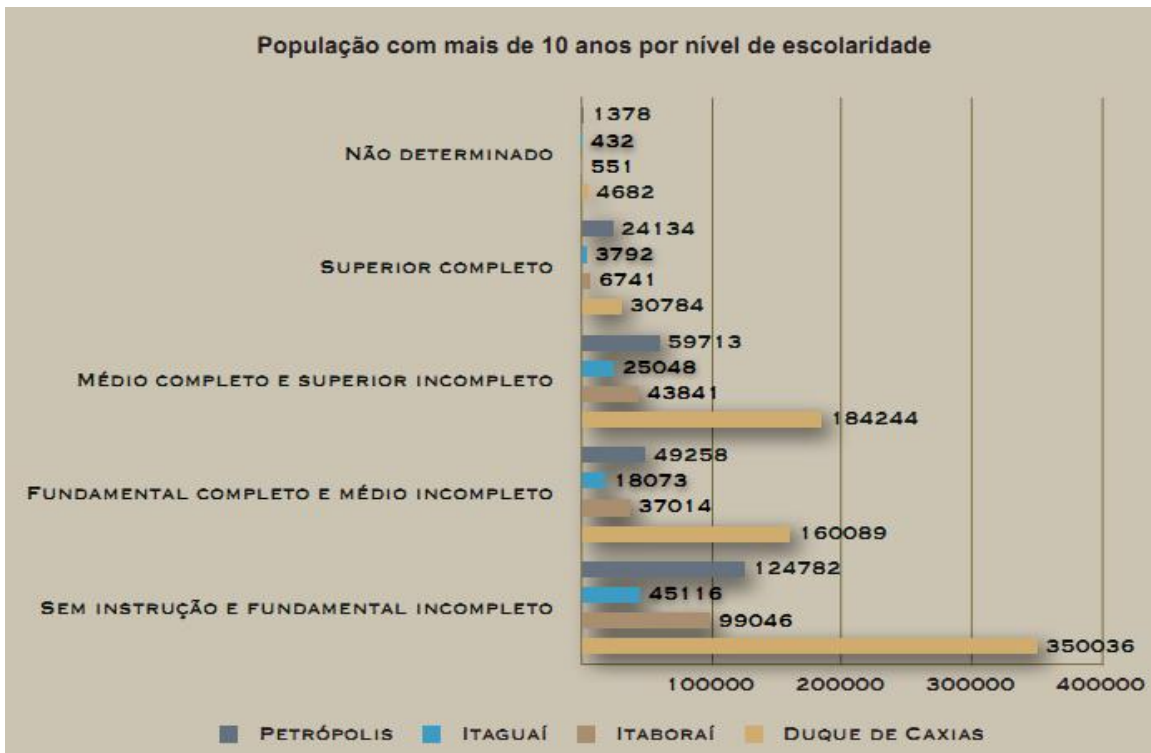
De fato, o Município de Petrópolis tem concretas possibilidades de se integrar a esse fluxo de desenvolvimento tanto no segmento “up-stream”, por conta de sua especialização em mecânica fina, quanto “down stream”, a partir do segmento industrial de plásticos injetados.

Dentro desse cenário, destaca-se a essencialidade da educação e da capacitação para dar continuidade da vocação industrial já estabelecida, criar condições de competitividade ao Município e de empregabilidade a seus habitantes em idade de entrar no mercado de trabalho.

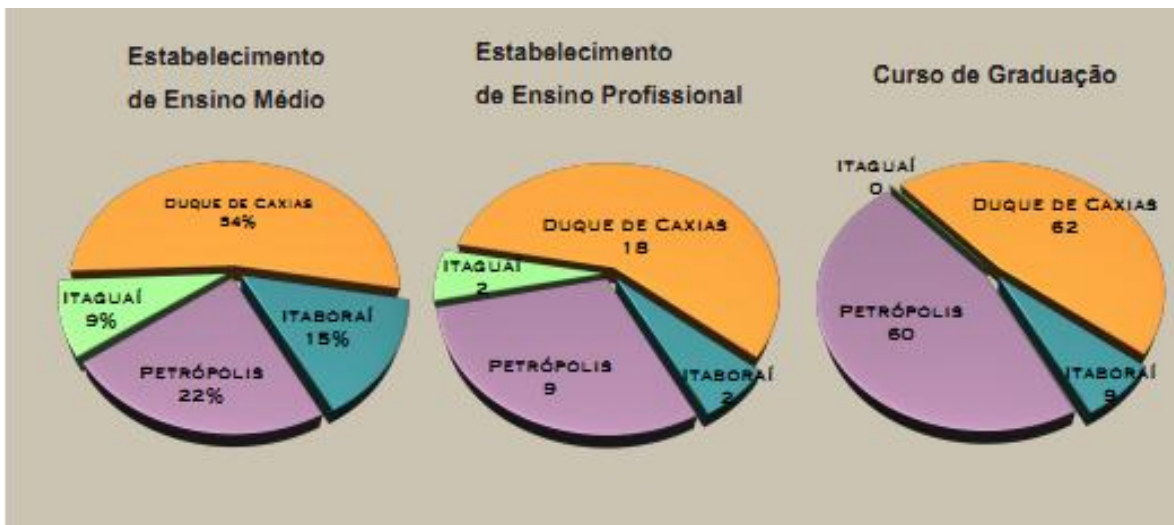
Como um indicador básico para comparar os municípios em questão com Petrópolis, tomamos a taxa de alfabetização, de crianças de 10 ou mais anos.



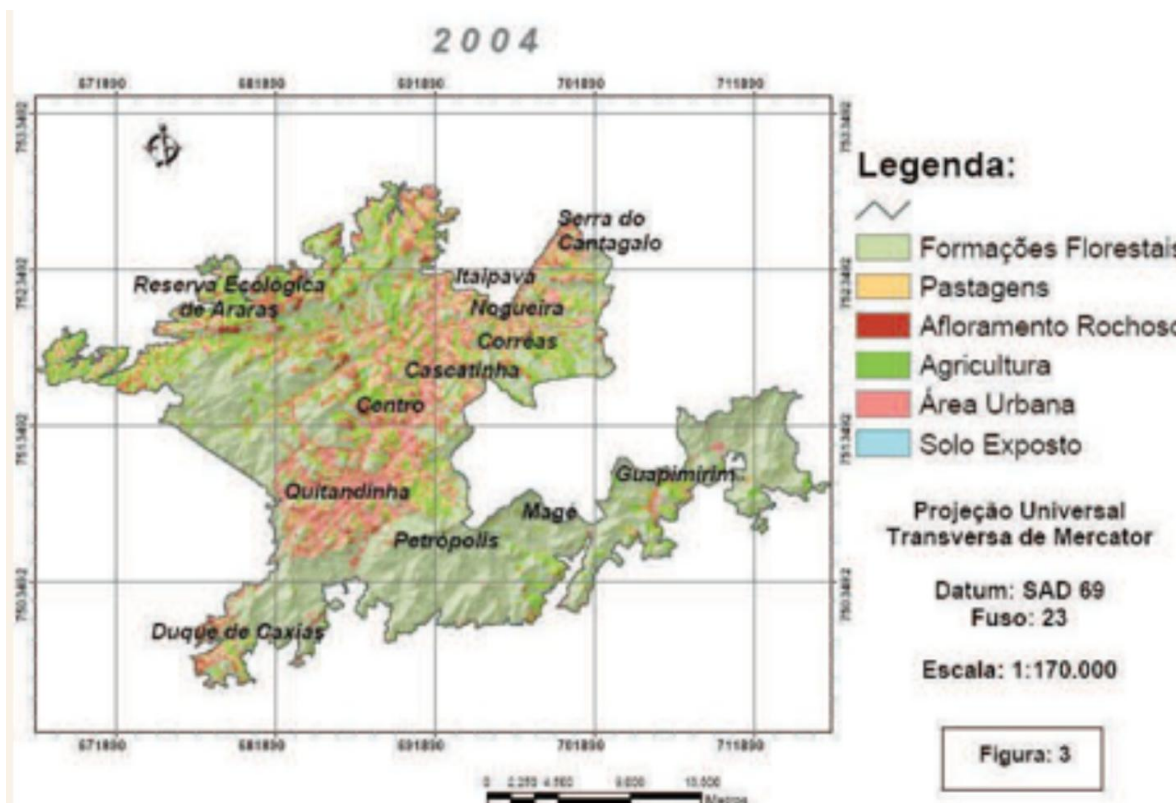
Nesse mesmo campo, Petrópolis dispõe de excepcional infraestrutura acadêmica e de cursos técnicos que o habilita a complementar o papel do Centro de Integração do COMPERJ que tem programada a qualificação de cerca de 30 mil profissionais nos 11 municípios situados na área de influência do empreendimento (Itaboraí, São Gonçalo, Cachoeiras de Macacú, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Niterói, Maricá, Magé, Rio Bonito, Silva Jardim e Tanguá).



Os cursos a serem oferecidos serão ministrado por instituições parceiras da região, abrangendo mais de 60 tipos, sendo que 82% serão em nível básico, 17% em nível técnico e 1% em nível superior.



1.4. PROCESSOS E PADRÕES DE URBANIZAÇÃO



Nos dias de hoje, em face da configuração físico-geográfica do sítio, ainda se verifica que as áreas urbanizadas se estendem ao longo dos vales, margeando rios e riachos.

Porem, desde o plano original de Petrópolis, elaborado, por encomenda de D. Pedro II, pelo engenheiro militar alemão Major Julius Frederico Köeler, tal configuração é observada. Esse trabalho foi desenhado respeitando os condicionantes topográficos e adotando um traçado “Vitruviano”, ao longo dos cursos d’água retificados, margeados por avenidas generosas, ensejando a previsão de edificações monumentais ao fim de suas perspectivas.



Universidade Católica de Petrópolis, UCP - Antigo Hotel Europa



Catedral São Pedro de Alcântara

Embora tivesse a ambição primária de se constituir em um loteamento rural em torno de uma “Vila Imperial” que envolveria o Palácio de Verão do Imperador, o Plano Koeler já trazia traços de um plano urbanístico, condicionado pelas exigências constantes do Contrato de Aforamento das terras da Fazenda do Córrego Seco, firmado com o Major Koeler, estabelecido pelo Decreto Imperial 155 de 16/03/1843.

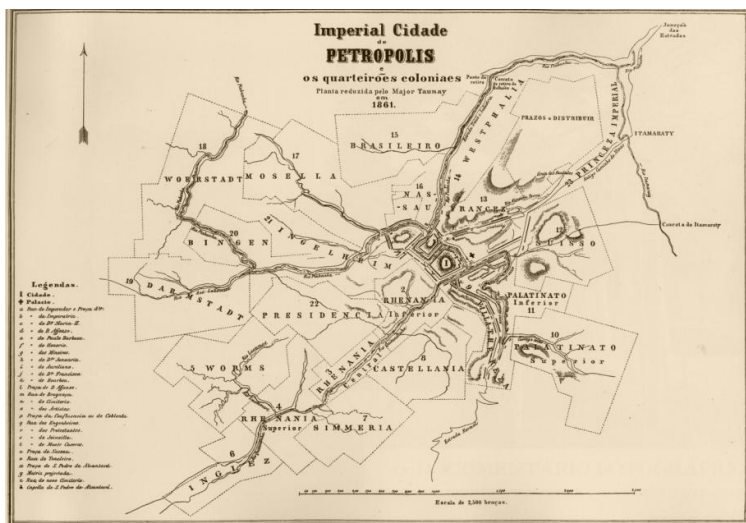
Nos termos desse Decreto, possivelmente sob inspiração do Mordomo Paulo Barbosa, já apareciam indicações de zoneamento, hierarquização do sistema viário, normas de parcelamento da terra, idem de ocupação e construção.

Contrariando a prática colonial portuguesa, o Plano Koeler abandonava o antigo conceito de que os cursos d’água deviam passar nos fundos dos lotes. Os rios, passam então a ser vistos como um complemento da paisagem urbana.



Exemplo: Vale do Paraíba - Paraíba do Sul, RJ: Onde observa-se o modelo tradicional português

Assim, o traçado original rejeitava o tradicional padrão em “tabuleiro de xadrez de costas para os rios”, caracteristicamente colonial, adotando aquele vigente na Europa, que valoriza os rios que correm na frente das residências e proporciona perspectivas surpreendentes.



Numa breve análise das normas estabelecidas pelo Decreto Imperial 155, de 16/03/1843, para a área do atual Primeiro Distrito, verifica-se uma clara preocupação com o meio ambiente, o que fica patenteado no art. 6º das Instruções para efetivação do aforamento das terras imperiais, que preserva a mata no topo dos morros, vistas como necessárias à conservação das fontes e cursos d'água. Essa providência pretendia prevenir ainda os deslizamentos de encostas, previsíveis em terrenos mais íngremes e com afloramentos rochosos, durante as chuvas torrenciais de verão.

Por outro lado, havia também a preocupação pelo conforto ambiental das áreas urbanizadas, como se pode verificar no disposto no §3º do art. 15, que obrigava detentores dos terrenos foreiros "... a velar pela conservação das árvores destinadas ao assombramento das estradas, ruas, caminhos e praças e das matas reservadas para construção, sitas em sua frente".

"Essa situação urbanisticamente regulada, de forma adequada à ocupação pretendida para a área em questão, não foi adaptada para as outras áreas paulatinamente incorporadas à cidade, quais sejam as fazenda Itamaraty, Samambaia, Quissamã e Correias, onde o padrão das avenidas margeando os rios foi inteiramente abandonada."

Com o passar do tempo, em função da pressão da demanda imobiliária e de uma certa perda da consciência ambiental, presente no Decreto Imperial 155 e refletido no Plano Köeler, esses princípios, tão atuais em função dos condicionantes geomorfológicos da região, foram abandonados pouco a pouco.

Historicamente, um primeiro exemplo desse abandono foi a criação do Quarteirão Português em 1858, de caráter rural, cujo Caminho Colonial abriu o precedente para abertura de vias ao longo de níveis médios de encostas que apresentavam elevado grau de inclinação.

Contrariamente a seu antecessor - "Plano Koeler", que tinha por objetivo principal a colonização rural e que transformou-se em loteamento inteiramente urbano, o Quarteirão Português, hoje denominado Caxambú, teve êxito como área de cultivo, ainda hoje produtiva.



Area de cultivo no Caxambú - Quarteirão Português

Todavia, a dinâmica de ocupação da área vem utilizando o avanço da fronteira de plantio, sobre o meio natural, como abertura para a frente de ocupação habitacional, que se desloca progressivamente em sua retaguarda, para cotas mais elevadas.



Foto aérea da região do Caxambú

Essa dinâmica também se manifesta, com intensidade diversa, em outras localidades de produção rural, notadamente Brejal e Bonfim.

O avanço das ocupações em encostas florestadas também é verificado na Serra da Estrela embora segundo dinâmica diferente. Lá, as ocupações ao longo do leito da antiga estrada de ferro e nas margens da Estrada Velha da Estrela, tem se espreado por vias secundárias, estimuladas por melhorias urbanísticas, como calçamento, iluminação, transporte público e localização de estabelecimento de ensino. Esse processo de ocupação, sobre terrenos sem titulação e constituído por construções não licenciadas pela Prefeitura, mostra-se imune à fiscalização e a multas, que mesmo classificadas na Dívida Ativa, não conseguem ser cobradas nem seus responsáveis alvo de ações que visem a demolição de seus imóveis.



Imagem aérea da região da Serra da Estrela

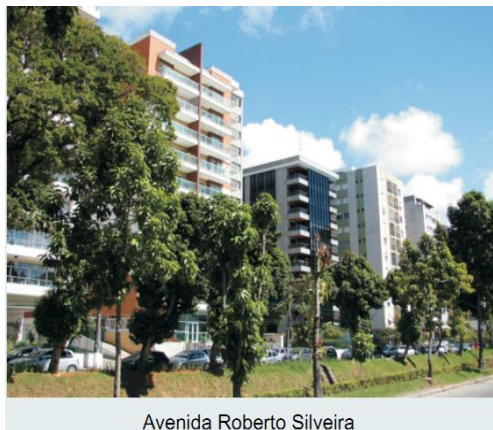
Nesse sítio, o antigo núcleo habitacional operário, ainda se mantém relativamente conservado, nas imediações das ruínas da fábrica Cometa, criando um ambiente urbano acolhedor e pitoresco.



Voltando às alterações do regulado pelo Plano Koeler, já no período 1864 e 1873, a instalação da fábrica de tecidos "Imperial Fábrica de Tecidos da Rhenania", depois denominada "Imperial Fábrica de Tecidos São Pedro de Alcântara", na margem esquerda do Rio Quitandinha, veio trazer outra violação aos princípios originais do Plano, impedindo a continuidade do sistema binário de vias marginais aos rios, o que hoje contribui para o congestionamento do tráfego da principal entrada da cidade.



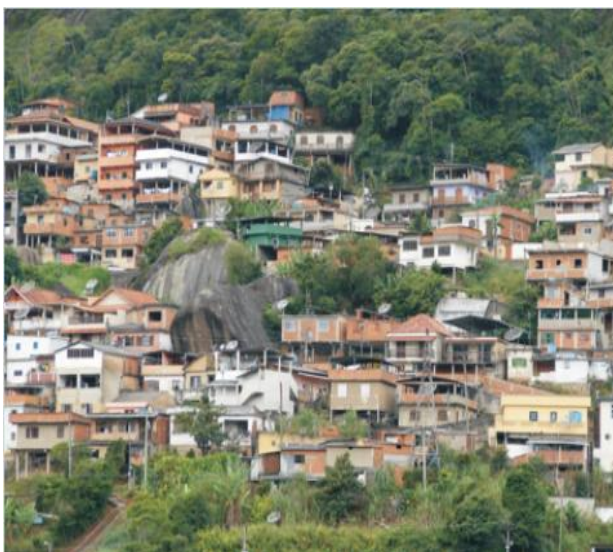
Já na década de 1970, o avanço da especulação imobiliária sobre os quarteirões históricos da área central e vales próximos, alterou em boa parte o cenário urbano encantador criado pela regulamentação Imperial do Plano Köeler, impedindo a visão do arvoredo preservado dos fundos dos lotes.



Na Rua do Imperador e na Rua 16 de Março, no período entre 1976 e 1998, a legislação edilícia propunha edifícios com uma base de 4 andares, encimada por uma lâmina de 10 andares, no estilo do Plano Agache para o Rio de Janeiro, com recuo dos primeiros andares, de modo a resultar em galerias cobertas ao longo das calçadas. Esse modelo, constante do Decreto 143/76, pressupunha uma continuidade dessas galerias, com a conseqüente demolição das preexistências edificadas, incluindo prédios de interesse histórico. “Essa situação foi alterada pelo Decreto 90/81, que restabeleceu o interesse pela preservação dos prédios de interesse histórico e paisagístico, no Centro de Petrópolis”.



A população de menores rendas também contribuiu massivamente para as alterações da paisagem petropolitana, ocupando as encostas e margens de rios, aumentando os riscos naturais oriundos das cheias recorrentes e de deslizamentos. Nas encostas, variam os padrões construtivos, mas os riscos resultantes da instabilidade do solo são constantes, especialmente nas declividades mais acentuadas mo nos talwegues.



Especificamente no caso da beira dos rios, sobretudo em Correias, Prado e Nogueira, os loteamentos regulares aprovados nas décadas de 1940 e 1950, tinham lotes parcelados até as margens do Piabanha. Essa permissividade, redundante da concepção técnica da época, levava ao aterramento e à ocupação das várzeas de espraioamento das águas, por ocasião das chuvas mais intensas.

Esse fato redunda hoje em cheias recorrentes o que pode ser intuído pela observação da acentuada elevação do piso de lojas comerciais, ou da instalação de “comportas” em seus acessos.



Por outro lado, é curioso notar, que mesmo em loteamentos irregulares, dessa época, havia uma concepção de ordenação territorial mais ampla, fazendo as respectivas ruas encontrarem segmento, umas nas outras.



O grave desse processo de ocupação é o avanço de aterros sobre as várzeas de espraioamento das águas, originalmente com sua vegetação característica de áreas alagáveis. Como resultante do desmatamento e do estreitamento das calhas dos rios, durante as chuvas intensas, as cheias se tornam inevitáveis, ou de soluções bastante onerosas e politicamente traumáticas.



Outro padrão de ocupação com certas dificuldades de acessibilidade e eventuais riscos de deslizamentos, é o praticado nas encostas do Primeiro Distrito, onde é comum se encontrar redivisões de lotes, ao longo de uma servidão, que sobe morro acima avançando sobre a mata, perpendicularmente à via formal.



Em alguns locais, esse modelo é extrapolado, com caminhos de acesso onde trafegam carros e até micro-ônibus.



Já um tipologia de ocupação que merece replique, onde a configuração urbana o permitir, é o encontrado no Quarteirão Darnsdtsdt (Capela), onde se desenvolve o comércio na via principal - Dr. Paulo Hervê, produz-se um adensamento habitacional nos fundos dos lotes e um estacionamento aberto.



Essa tipologia pode também utilizar uma passagem térrea, sob os apartamentos dos andares superiores, da fachada para a rua principal.



Tipologia com passagem térrea

Por outro lado, é confortador verificar que, dentro do Centro Histórico, numerosos casarões encontram-se em bom estado de conservação, preservando a paisagem imperial, graças aos esforços de particulares e a autorizações de mudanças de uso que viabilizaram escolas e sedes de empresas, bem com a presença de órgãos públicos Federais e Municipais.

Cabe destacar a quantidade significativa de prédios tombados no Município, pela Prefeitura, pelo IPHAN e pelo INEPAC.

O mapa da página seguinte indica os imóveis e áreas tombadas, com código de cores definidor dos órgãos responsáveis pelo ato de tombamento.

[Ver Mapa – “Áreas De Preservação”](#)



Agencias Bancárias



Justiça Federal



Pousada



Secretarias Municipais



Colégio Fundamental

Merece destaque o padrão ilustrado abaixo, onde uma inserção contemporânea, com cumeeira no mesmo nível do casarão original, abriga escritórios, viabilizando a manutenção da paisagem construída.



Em diversos bairros é utilizado o padrão “via marginando o rio” e pequenas pontes dando acesso aos lotes.



Outro padrão a ser estudado é aquele utilizado em algumas pousadas que construíram pequenos edifícios de habitação provisória nos fundos dos lotes, sem alterar a visão da fachada dos casarões, quando vistos da rua.



Todavia, a grande incidência de escolas no Centro Histórico, costuma contribuir para os engarrafamentos nos horários de pico, agravando os problemas de acessibilidade, naturais na sua configuração, ao longo dos estreitos vales, e na mono-centralidade de Petrópolis.

A reforma da Fábrica de Cerveja Bohemia é outro exemplo de uma iniciativa privada no sentido da recuperação de tradições e revitalização da cidade.



No mercado imobiliário também encontram-se exemplos interessantes de empreendimentos habitacionais, como o mostrado nas fotos abaixo.



Conjunto de prédios residenciais - Avenida Ipiranga



Conjunto de prédios residenciais - Avenida Tiradentes

Mesmo em padrões convencionais, de gabaritos mais baixos, encontram-se padrões de vista agradável e sem maiores impactos paisagísticos.



Nos Distritos, sobretudo em Itaipava condomínios voltados para rendas mais altas vieram recompor a paisagem da área, muitas vezes em padrões compatíveis com a paisagem.

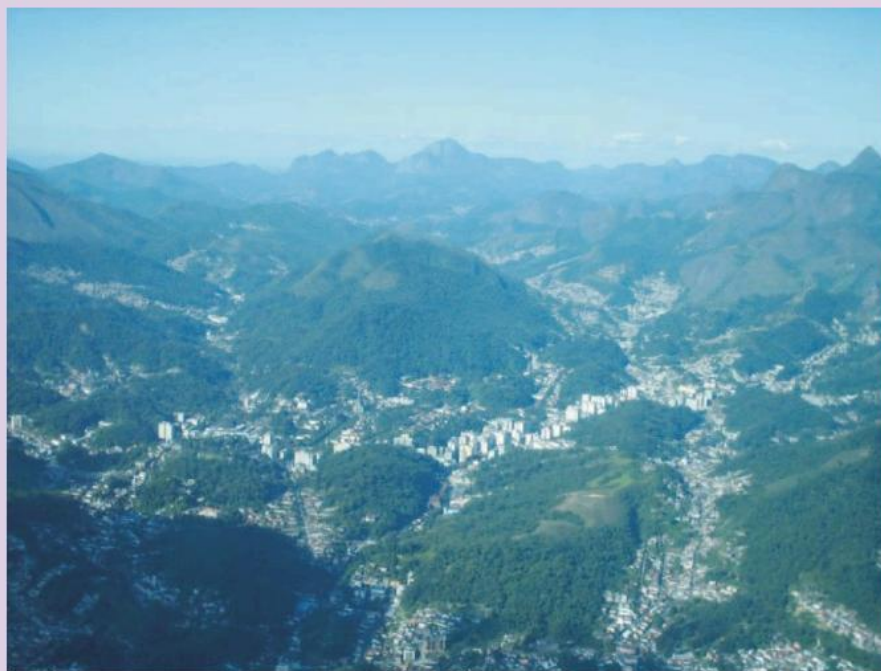


Condomínio na Estrada União e Indústria - Itaipava



Porém, tais condomínios estabelecem um padrão de urbanização excludente, não integrado a malha viária pré-existente do entorno, rompendo com a tradição estabelecida pelos loteamentos mais antigos, que davam continuidade ao sistema viário público.

Contemporaneamente, a maior parte da população está concentrada ao longo das estreitas várzeas aluviais, muitas vezes desestabilizando o equilíbrio do meio construído com a natureza.



Vista panorâmica de ocupação de vale - 2º distrito



Ocupação de beira dos rios - ainda na face da encosta - Bela Vista



1.5. HABITAÇÃO POPULAR

A Secretaria Nacional de Habitação (SNH) recomenda que a elaboração ou revisão do PLHIS seja desenvolvida em três etapas: Proposta Metodológica, Diagnóstico do Setor Habitacional e Estratégias de Ação.

Ainda segundo a SNH, o PLHIS deve ser articulado com outros planos, como o “Plano de Regularização Fundiária Sustentável”, o “Plano de recuperação das APPs urbanas”, o “Plano Municipal de Redução de Risco”, o “Plano Municipal de Saneamento Básico”, o “Plano de Preservação do Patrimônio Histórico” e os “Planos de gestão de Bacias Hidrográficas”.

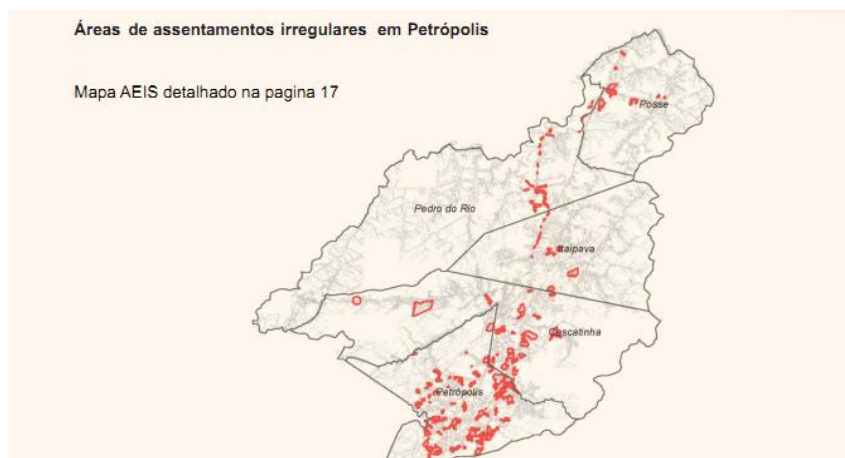
Na etapa de Proposições do Plano Diretor de Petrópolis serão apresentadas as diretrizes gerais a serem seguidas no PLHIS.

Assim sendo, no campo da habitação popular, a Secretaria Municipal de Habitação vem desenvolvendo o Plano Local de Habitações de Interesse Social- PLHIS, do qual transcrevemos algumas informações relevantes, tanto quantitativas quanto qualitativas.

O Município tem um total de 137 assentamentos precários, como tal considerados ocupações, loteamentos irregulares e conjuntos degradados, assim distribuídos pelos distritos.

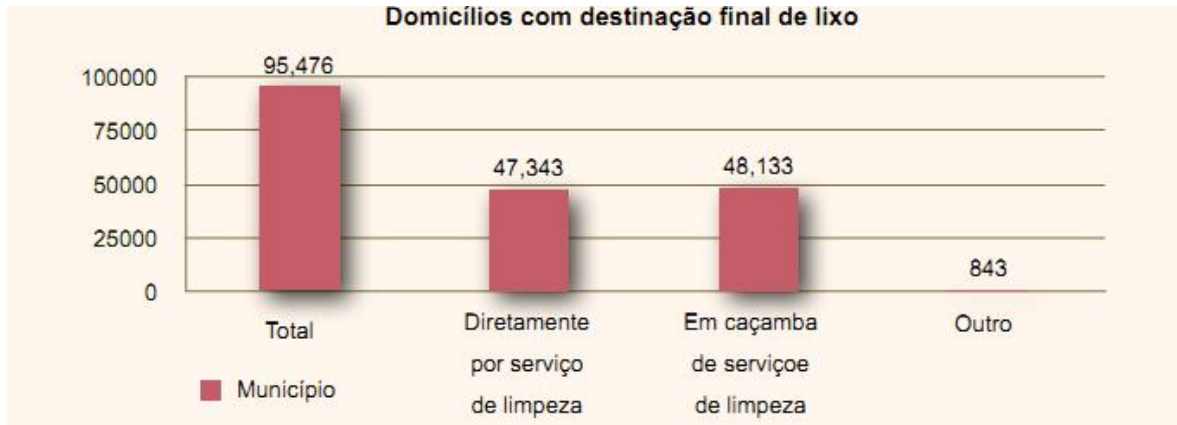
Nesses assentamentos foram contabilizados 28.128 domicílios, assim classificados por tipologia de intervenção requerida.

	CONSOLIDADOS		CONSOLIDÁVEL		NÃO CONSOLIDÁVEIS		NÚMERO TOTAL DE DOMICÍLIOS
	Regularização		Urbanização complexa		Reassentamento e produção de novas unidades		
Distrito	Número de Domicílios	%	Número de Domicílios	%	Número de Domicílios	%	
Sede	270	1	16.330	58	2.901	10	19.501
Cascatinha	859	3	3.664	13	1.507	5	6.030
Pedro do Rio	0		604	2	659	2	1.263
Itaipava	0		408	1	224	1	632
Posse	0		429	2	274	1	703
Total do Município	1.129	4	21.435	76,00	5.565	20	28.129



1.6 - ASPECTOS INFRAESTRUTURAIS

1.6.1 - LIXO



A coleta de lixo regular e de porta em porta atinge 49% dos domicílios do Município. Cerca de 50% dos municípios são atendidos através de caçambas, devido às dificuldades de acesso para o tipo de equipamento utilizado COMDEP.

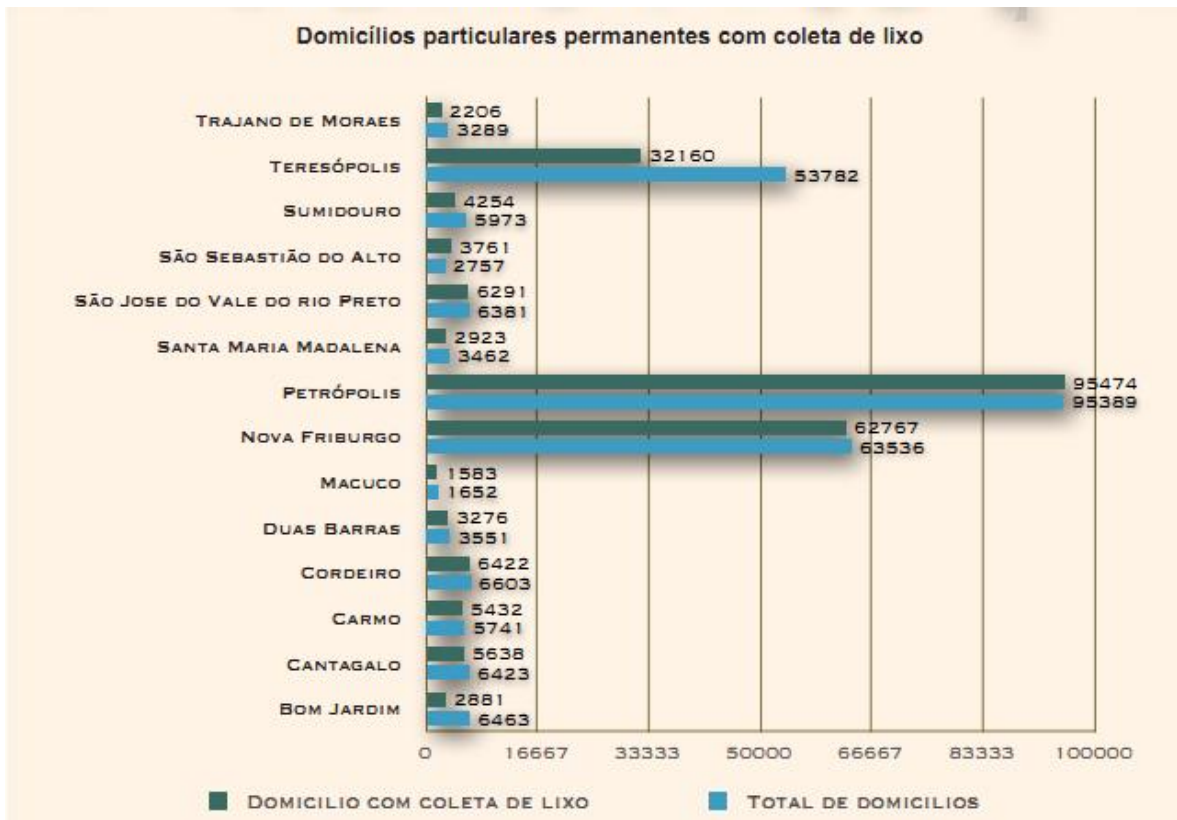


Localização do aterro no Município



Vista aérea do aterro de Pedro do Rio





O sistema de coleta e disposição final dos resíduos sólidos do Município é feito através da COMDEP - Companhia para o Desenvolvimento Municipal de Petrópolis. Atualmente o lixo coletado é disposto no aterro controlado de Pedro do Rio, que possui capacidade para 300 ton/dia, sendo que o município recolhe diariamente 210 toneladas/dia (LIMA, 2005). O site da COMDEP informa que, atualmente, há em torno de 250 toneladas de movimentação diária de resíduos diversos (“lixo residencial, escombros de obra e material de cobertura”). De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, de 2004, este sistema atendia em 2000, segundo dados do IBGE, 94,4% dos domicílios locais nos quais a coleta direta representava 53,1%, e pelo uso de caçambas 43,3% (LIMA, 2005).

O Aterro de Pedro do Rio funciona, atualmente, com estrutura física necessária para recebimento e tratamento dos resíduos sólidos do Município (dreno de fundo, armazenamento e tratamento primário de chorume, drenos de gases, sistema de exaustão e queima, monitoramento ambiental, etc...), entretanto, são notadas a obsolescência e inadequação de algumas estruturas e condições; também a aparente proximidade do limite de sua vida útil.

A ativação de aterro sanitário intermunicipal, em Três Rios, previsto na formação do Consórcio Serrana II, permitiria a desativação do aterro de Pedro do Rio e de seu adequado tratamento de recomposição do terreno, respeitando os requisitos pré-estabelecidos para tal fim, em um plano de encerramento, para minimização de impactos ou danos ambientais.

Petrópolis é uma das seis cidades incluídas no Consórcio Serrana II - Consórcio Público de Gestão Associada e Integrada de Manejo de Resíduos Sólidos constituído pelos municípios Três Rios, Petrópolis, Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul e Sapucaia.

A lei municipal nº 6.717 de 23 de dezembro de 2009 autoriza o Município de Petrópolis a integrar o Consórcio Público de Gestão Associada e Integrada de Manejo de Resíduos Sólidos, da Região Serrana II, ratificando o Protocolo de Intenção assinado em 25/09/09 com a interveniência da Secretaria de Estado do Ambiente.

A solução regionalizada é proposta no Protocolo de Intenção do consórcio como melhor indicada por critérios técnicos, ambientais e custo x benefício; o Protocolo considera também normas estabelecidas na Lei Estadual nº4.191/03, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos - notadamente prazos para eliminação dos "lixões" e implantação de aterros sanitários.

O Consórcio Serrana II tem como objetivo primordial a gestão associada e integrada do serviço de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos.

Podem ser promovidas, a partir disso, diversas ações previstas em seu Protocolo de Intenções como suporte técnico para elaboração de planejamento municipal setorial do serviço de limpeza urbana e manejo dos resíduos, sob responsabilidade do município consorciado; atuação, de forma consensual, com os Municípios consorciados na elaboração do planejamento regional setorial do serviço sob responsabilidade do consórcio; convênios de cooperação; fiscalização sobre os serviços, de forma consensual com a entidade reguladora; fomento, suporte e concretização do controle social; programa regional de coleta seletiva, observando o disposto no plano regional sob responsabilidade do consórcio; dentre outras previstas no protocolo e no estatuto social.

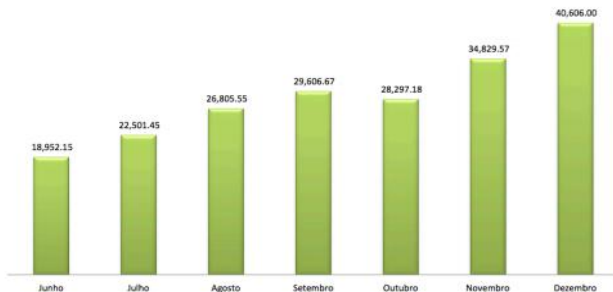
A previsão atual do governo estadual é a completa erradicação de lixões até 2014 e outros consórcios similares estão em andamento no estado. Existe ainda, um projeto de lei de outubro de 2012 para Alerj, que uma vez aprovado, autoriza o governo do estado a fazer parte de sete consórcios municipais de coleta e tratamento de resíduos sólidos. Na prática, a proposta permite que o estado destine recursos não só para a construção, mas também para a manutenção dos aterros sanitários.

Paralelamente às ações de adequação dos aterros, não se deve excluir a importância de medidas gerais de conscientização, por parte dos cidadãos, indústrias e demais instituições, visando redução do volume do lixo produzido, ampliação da coleta seletiva, reaproveitamento e reciclagem.

Quanto à coleta domiciliar de lixo, os gráficos a seguir demonstram qual a situação do município.



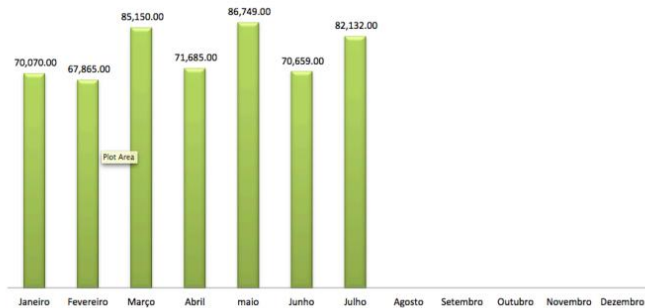
Coleta Seletiva Porta a Porta
Período Junho a Dezembro 2010



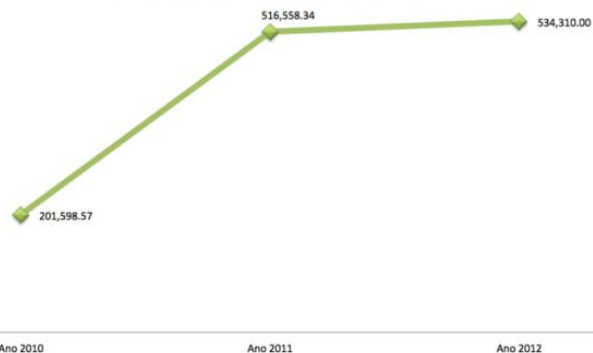
Coleta Seletiva Porta a Porta
Período Janeiro a Dezembro 2011



Coleta Seletiva Porta a Porta
Janeiro a Dezembro de 2012

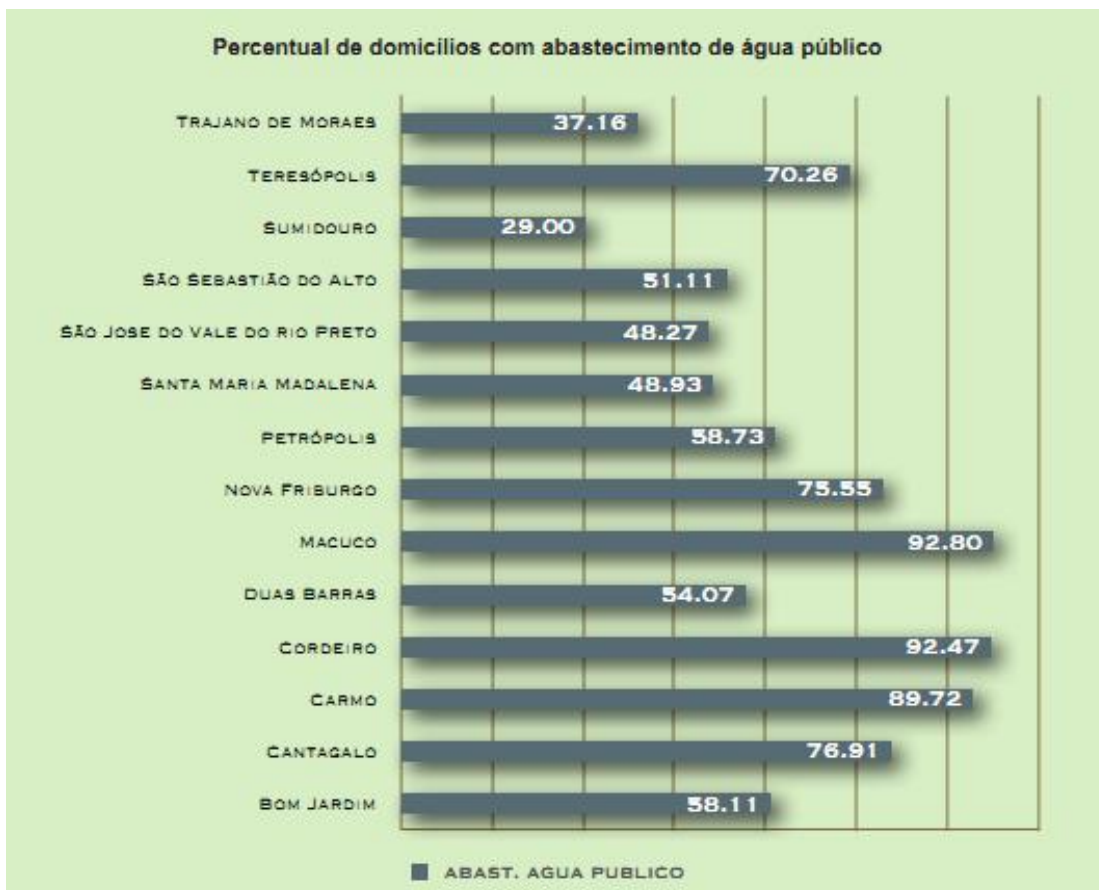


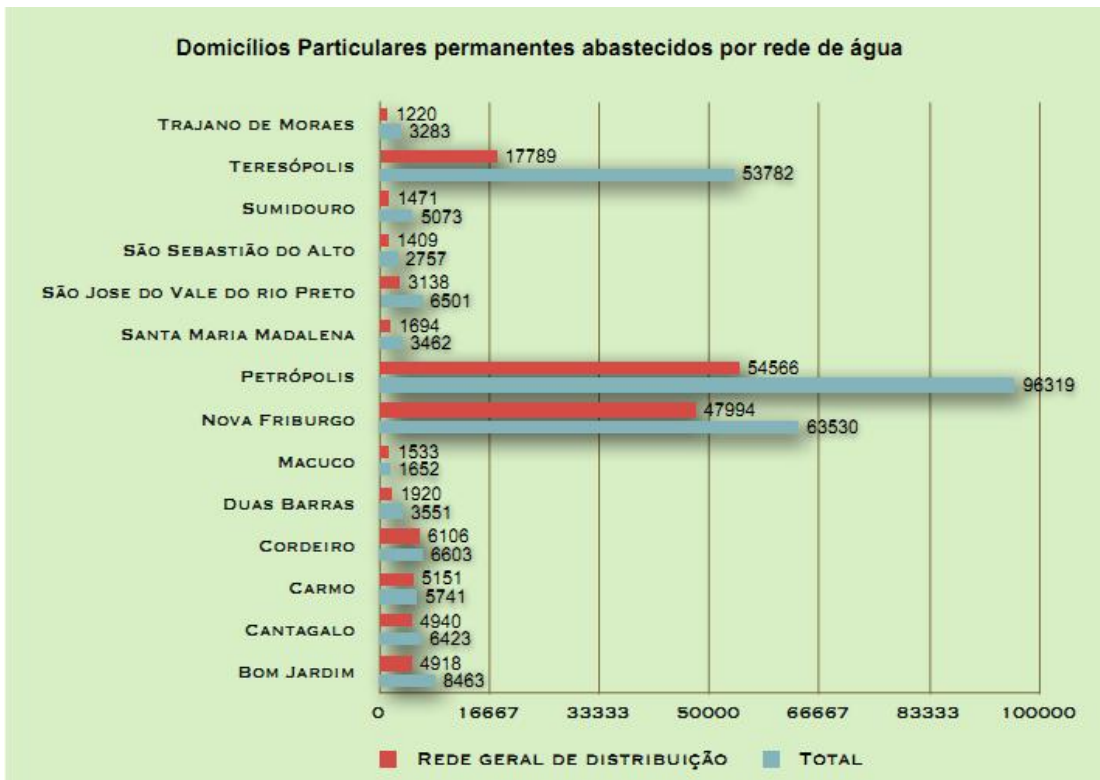
Coleta Seletiva - Comparativo Anual



1.6.2.- ABASTECIMENTO DE AGUA

Expressando em números o mostrado no mapa de cobertura de abastecimento de água, o índice de atendimento pela rede de abastecimento da Águas do Imperador atinge apenas 59% dos domicílios petropolitanos. Esses números, podem ser atribuídos, em parte, por a região ser fartamente irrigada, ensejando soluções alternativas de abastecimento, embora com riscos para a saúde pública, pela ausência de tratamento e falta de controle sanitário das fontes.



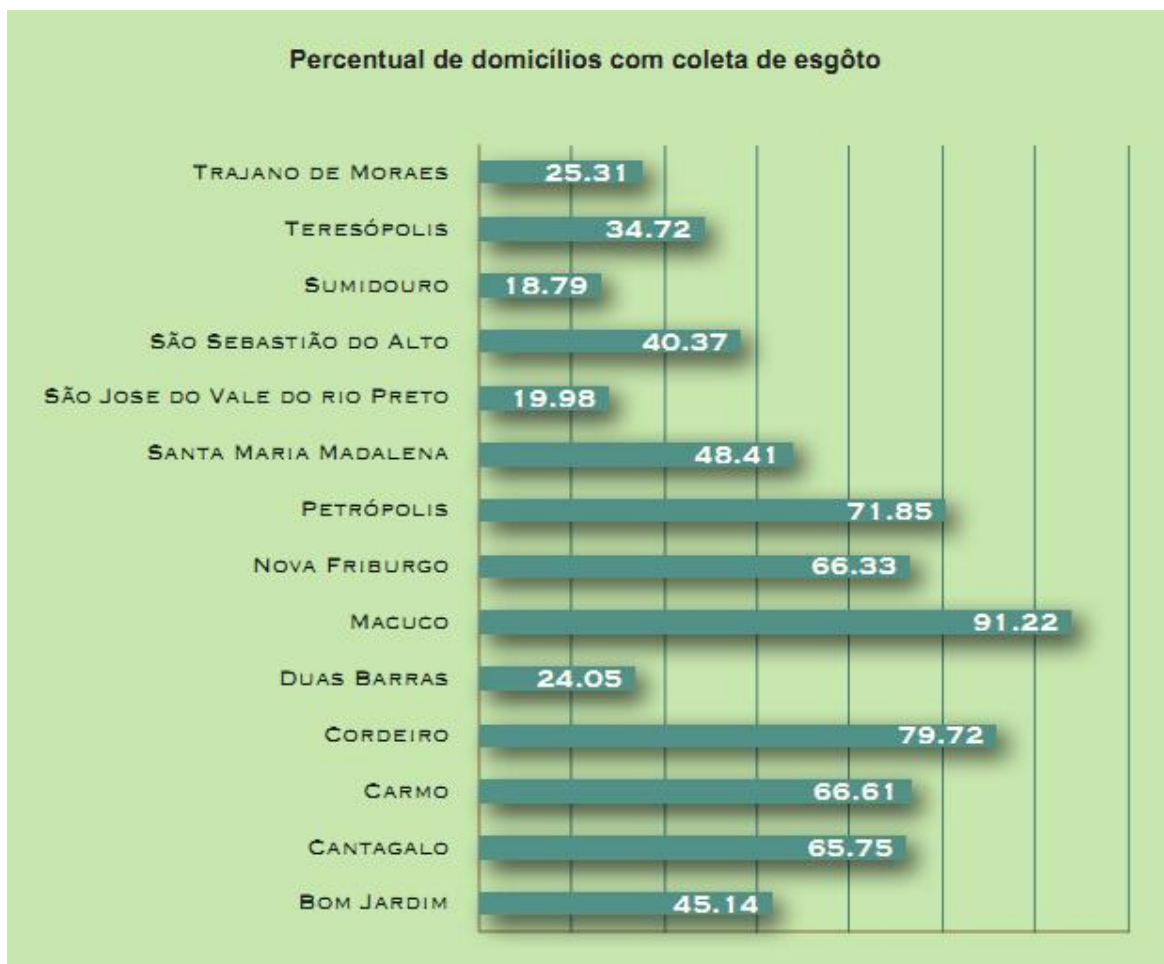


No que se refere à infraestrutura de abastecimento de água, através das redes da concessionária, ainda há muito que avançar, alcançando apenas 58,73% da sua população total. Essa discrepância entre número de domicílios e ligações domiciliares à rede de distribuição explica-se, em parte, pela facilidade de acesso à fontes naturais para o abastecimento. Todavia, o próprio processo de urbanização está contaminando tais fontes, o que torna de todo recomendável um esforço da universalização do serviço regular de abastecimento da água tratada.

Em outros pequenos municípios da região, o abastecimento de água formal atinge quase a totalidade de suas respectivas populações, como: Macuco - 92,8%, Cordeiro - 92,4% e Carmo - 89,7%.

"A Concessionária Águas do Imperador, em observância ao disposto na Lei 11.445/2007, deverá elaborar o Plano Municipal de Saneamento, contendo os objetivos e metas da universalização do abastecimento de água e de esgotamento sanitário, no Município de Petrópolis, observadas as diretrizes do Plano Diretor de Petrópolis e de maneira compatibilizada com os demais planos setoriais e Leis Complementares."

1.6.3.- ESGOTAMENTO SANITARIO

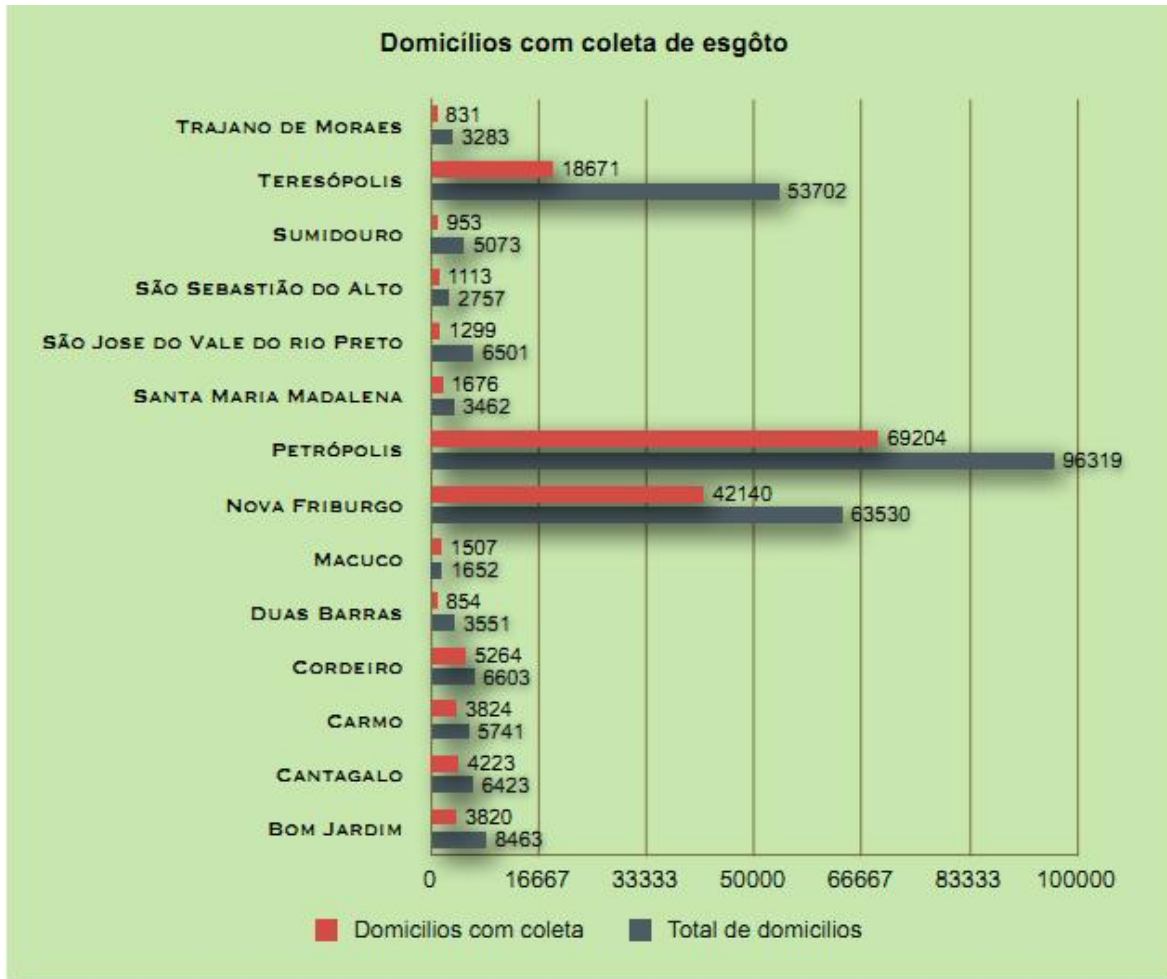


Já no tocante ao esgotamento sanitário, Petrópolis se encontra em melhor situação que os municípios de Nova Friburgo e, especialmente, Teresópolis. Petrópolis tem 71,8% de seus domicílios ligados à rede de esgoto; Nova Friburgo, 66,3% e Teresópolis, apenas 34,3%.

Cabe destacar que a grande maioria dos domicílios de Petrópolis é servida por rede coletora de esgotos em sistema unitário, vinculadas a estações de tratamento em tempo seco, o que contribui para a poluição de seu sistema hidrológico em tempo de chuvas mais intensas.

Comparativamente a municípios menores da Região Serrana, verifica-se uma distribuição de índices de atendimento, tendencialmente diferentes daqueles de abastecimento de água.

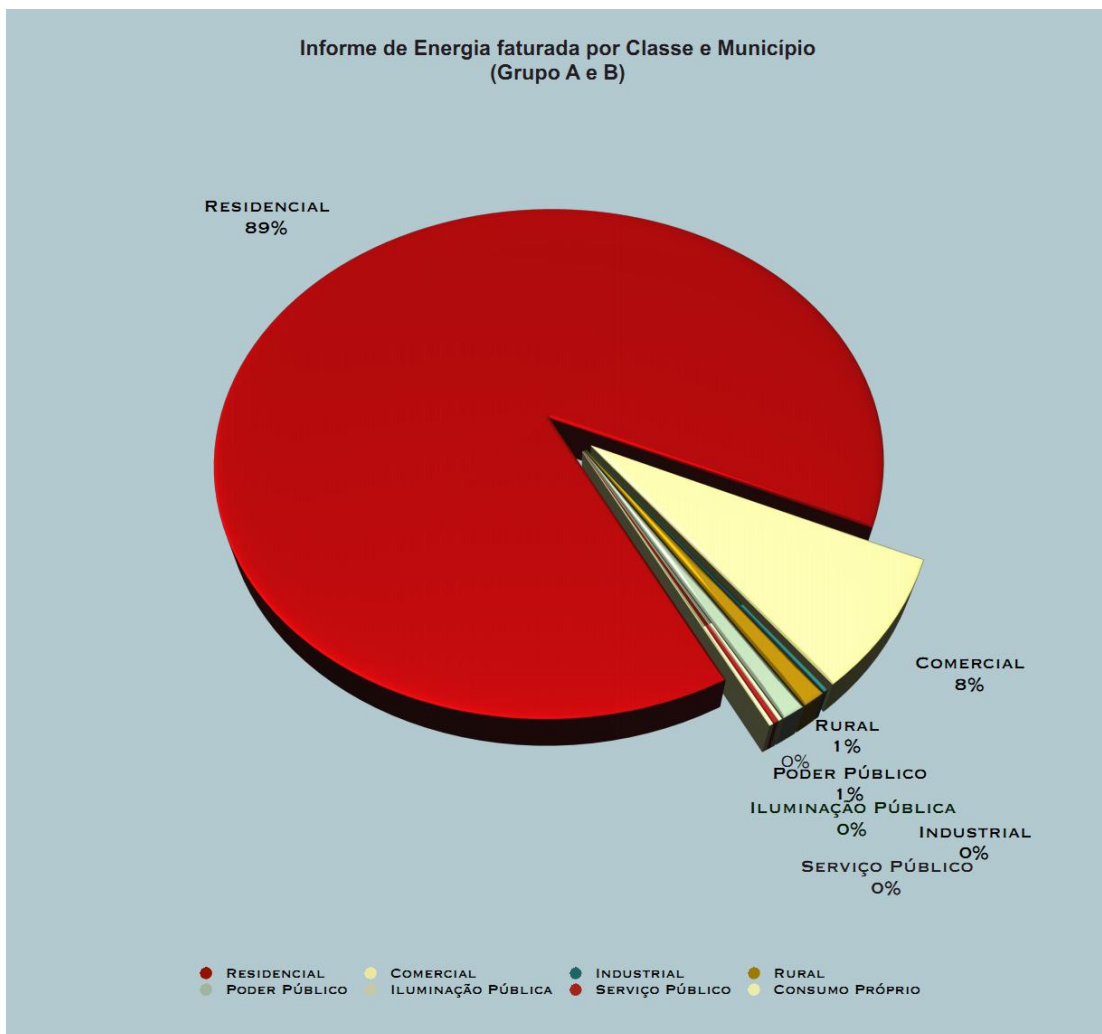
Carmo, tem um percentual de atendimento de 66,6%, quase idêntico ao de Nova Friburgo; Cordeiro conta com 79,7%, pouco superior ao de Petrópolis e Macuco reina absoluto com 91,2% dos seus domicílios atendidos por rede coletora de esgotos.



1.6.4.- ENERGIA ELETRICA

A energia elétrica de Petrópolis é fornecida pela Concessionária AMPLA, a partir de 6 sub-estações no Município e 2 próximas, conforme localizadas no mapa anexo.

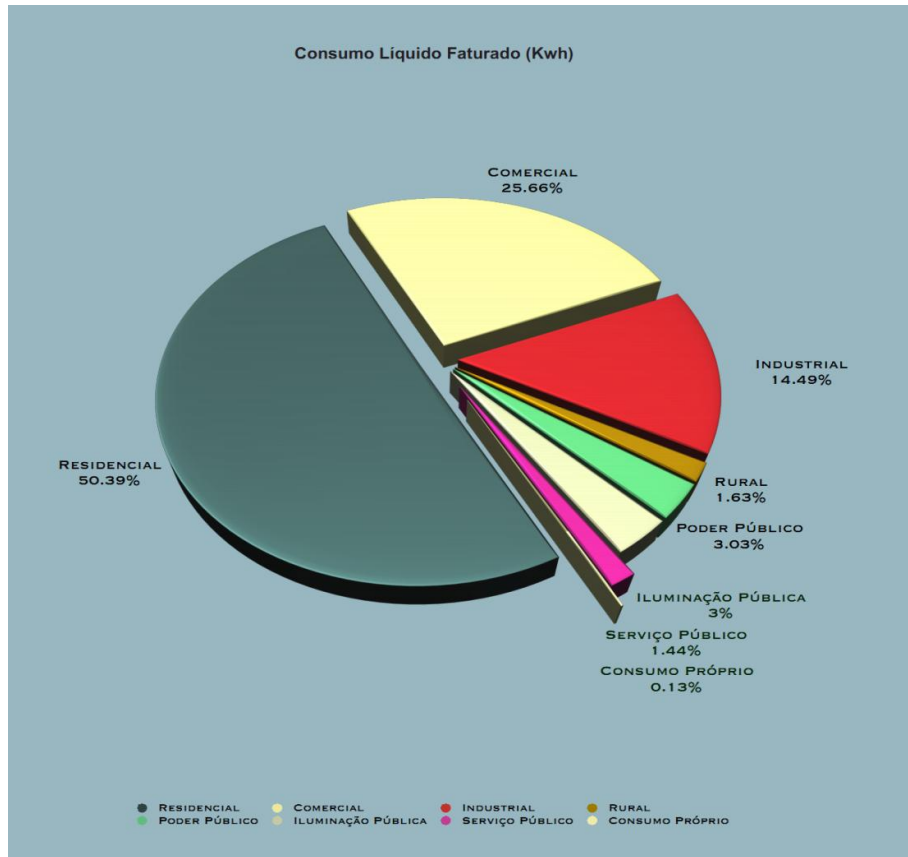
Nesse mapa são também assinalados os rumos das linhas de transmissão de alta tensão, com faixas de domínio de 20 metros para cada eixo das linhas, onde não devem ser permitidas construções e estadias permanentes, bem como as áreas dotadas de fornecimento regular.



Analisando o número de clientes residenciais, o valor é bem maior comparado ao de outras classes de consumidores, o que se reflete no gráfico de potência fornecida, ficando a Iluminação Pública e a Indústria como os outros principais consumidores respectivamente.

Ressaltamos que o período em questão vai de janeiro a outubro de 2012, e o indicador necessita de um acompanhamento constante dos órgãos públicos em especial a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para que seja feita uma análise temporal, a partir deste marco 0, do comportamento dos setores da economia do Município.

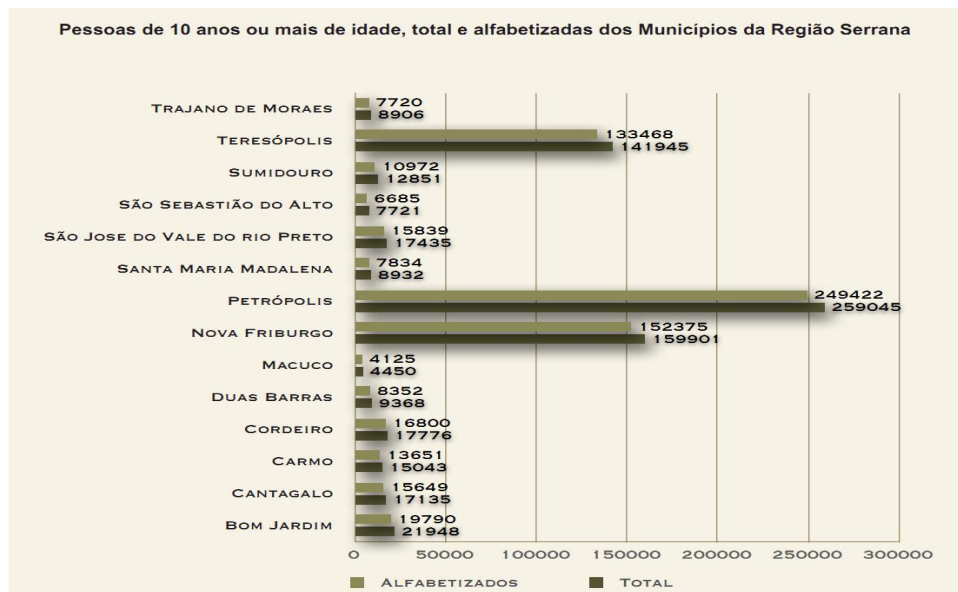
As sub-estações devem ser circundadas por áreas protegidas, assim como ao longo das redes de alta, que devem ter faixas de domínio, com 20 metros de largura a partir de seu eixo, definidas como “non edificandi” e consideradas por ocasião da elaboração da LUPOS.

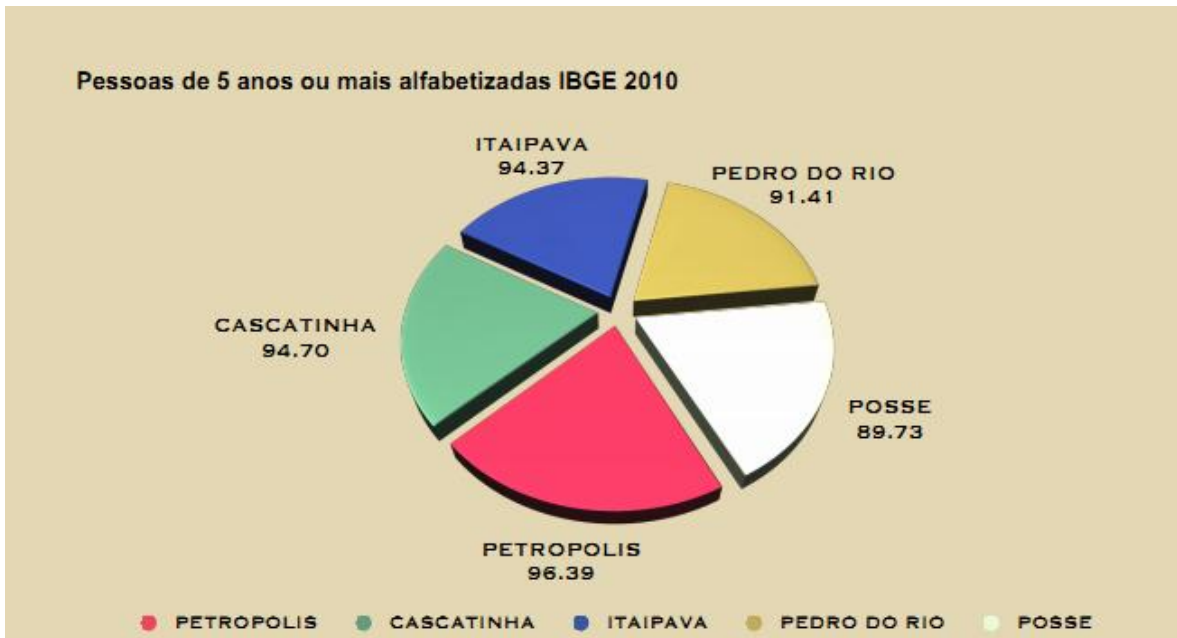
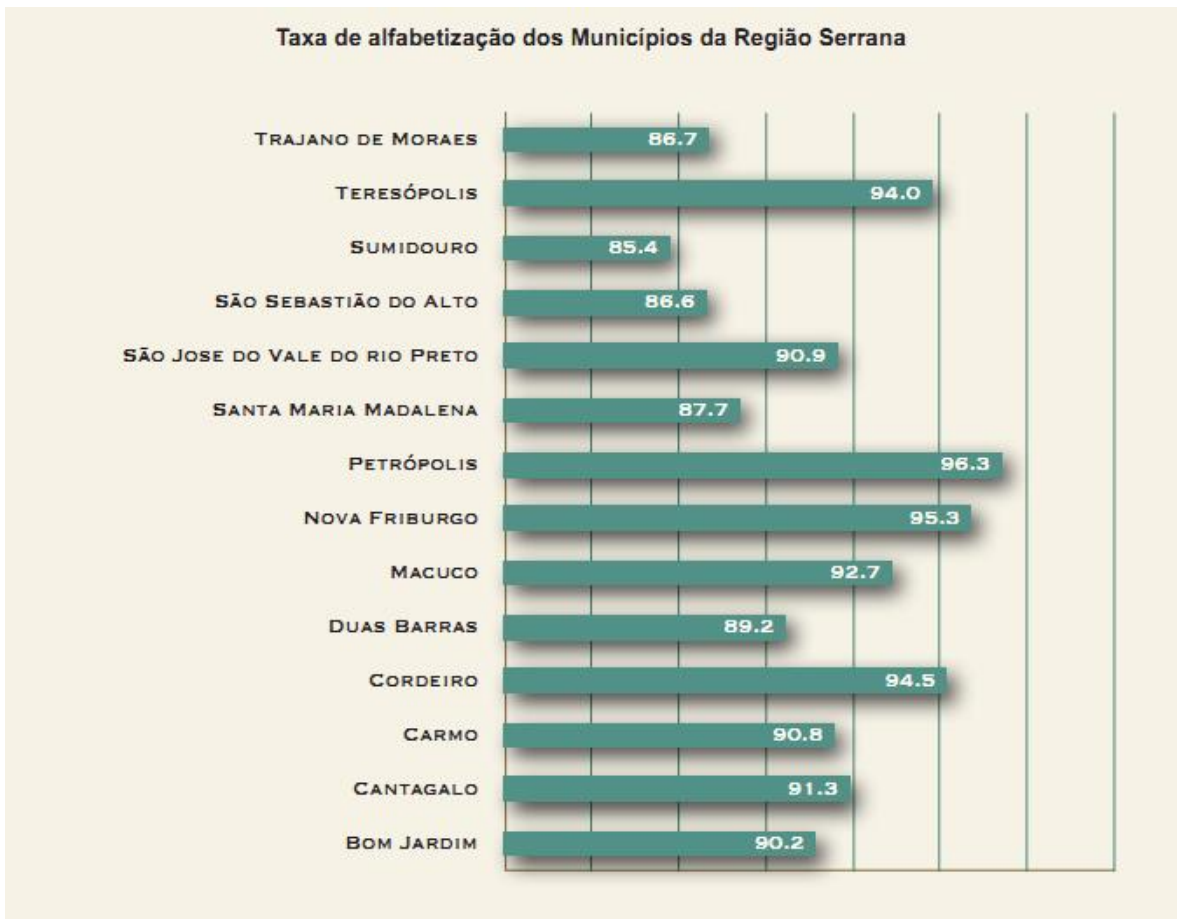


1.6.5.- EDUCAÇÃO

O quadro educacional de Petrópolis é satisfatório, se considerarmos que o Governo Local tem investido 25% de seu orçamento no setor, conforme as normas federais que regulamentam o assunto.

Igualmente, se observarmos as estatísticas do Censo do IBGE, comparativamente aos dados dos outros municípios da Região Serrana.





De um modo geral, o gráfico sobre distribuição distrital da população alfabetizada com idade igual ou superior a 5 anos mostra a situação relativamente boa do Município, no campo da educação básica, enquanto aponta pequenas discrepâncias entre os diversos Distritos, provavelmente pela rarefação da distribuição populacional, que redundava em dificuldades de acesso às escolas.

Quanto à avaliação de desempenho e taxas de aprovação relativa ao Ensino Fundamental, medido pelo IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, no ano de referência 2011, na rede municipal, Petrópolis atingiu a meta nos anos iniciais e conquistou um aumento de 5% na média dos anos finais.

Ainda para 2011, para as séries iniciais do Ensino Fundamental, Petrópolis projetava chegar ao índice de 4.9 e atingiu essa meta. Em 2009, o mesmo número registrado foi de 4.6. Com relação aos anos finais do Ensino Fundamental, o município tinha como meta o registro de 4.0 e alcançou 4.2, representando um acréscimo de 5% no número buscado.

Do ponto de vista do quantitativo de docentes, constam em folha 2.104 professores, para um total de 44.476 alunos distribuídos conforme mostra a tabela abaixo:

Tipo	Número de Alunos
Creche + Pré-escola : Creche (0 a 3 anos) e Ensino Infantil (4 e 5 anos)	6083
Ensino Fundamental	34984
Ensino Médio	816
Educação Especial	239
Educação de Jovens e Adultos	2354

Fonte: "Mapa Estatístico 2011 / Total de alunos por modalidades" - Secretaria de Educação.

A distribuição dos estabelecimentos de ensino sobre o território petropolitano é apresentada no mapa anexo (em processo de atualização)

[Ver Mapa - Escolas](#)

1.6.6.- SAÚDE

O Município conta hoje com a seguinte rede de atendimento para área de saúde:

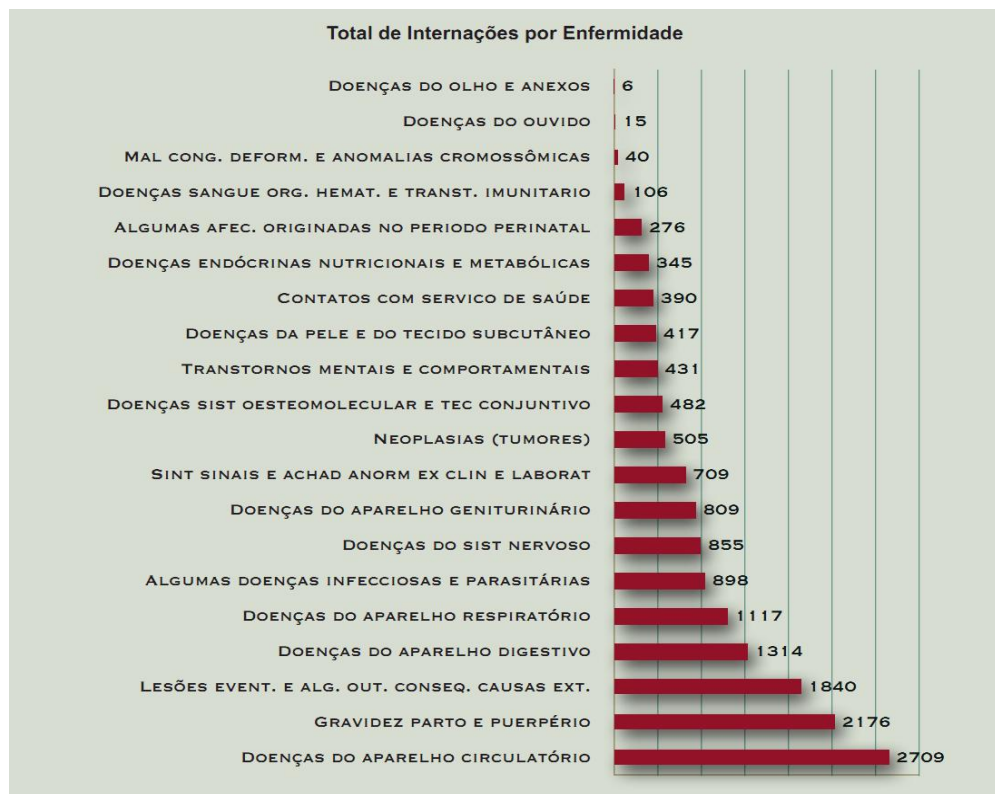
- Estratégia Saúde da Família: 37 Unidades com 44 equipes de Saúde da Família, sendo destas, 21 com Saúde Bucal.
- UBS Tradicionais: 08 Unidades Tradicionais Unidades com Atenção Básica (não tradicionais): (Centro de Saúde Coletiva Jose Manoel Ferreira, Centro se Saude Itamarati Dr. Jorge Fer.Machado (PACS), P.S. Jorge Chimelli – Pedro do Rio).
- Unidades Especialidades: 10 Unidades de Atendimento Especializado
- Unidades de Pronto Atendimento: 04 Unidades de Pronto Atendimento
- Hospitais: 02 Hospitais (Alcides Carneiro e Nelson de Sá Earp)

Além dos seguintes:

- Hospital Santa Teresa – Filantrópico Conveniado
- Hospital Casa da Providência – Filantrópico Conveniado
- Sanatório de Corrêas – Contratado
- Sanatório Oswaldo Cruz – Contratado
- Casa de Saúde Santa Mônica – Psiquiátrico – regulado pelo estado

Com relação ao número de profissionais atuando na rede Municipal, prestam atendimento, 665 médicos e 205 enfermeiros.

No quadro a seguir, podemos ter um panorama geral da relação entre tipos de enfermidades e as internações do SUS no Município:



Espera-se que na alimentação do Banco de Dados Georreferenciados, em fase de desenvolvimento, esses dados possam ser apresentados desagregadamente, por posto de atendimento. Essa forma de utilização das estatísticas permitirá identificar a espacialização das tipologias de moléstia e eventuais vetores, redundando em políticas públicas de prevenção.

A distribuição da rede de atendimento da saúde sobre o território do município é apresentada no mapa anexo (em processo de atualização).

A Secretaria de Trabalho e Assistência Social – SETRAC, para atendimento da população petropolitana, dispõe de uma rede de Unidades de Assistência Social que presta serviços diversificados, discriminados adiante., relacionados com os Departamentos aos quais estão subordinados.

A. Departamento de Proteção Social Especial

- Acompanhamento dos Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes que, em conjunto com o Sistema de Garantia dos Direitos, realiza o acompanhamento das famílias cujas crianças/adolescentes estejam em processo de reintegração familiar.
- CREAS - O Centro de Referência Especializada em Assistência é uma unidade pública, integrante do Sistema Único de Assistência Social – SUAS - de prestação de serviço especializado e contínuo a indivíduos e famílias que tiveram seus direitos violados, ou aos que encontrem-se em situação de risco pessoal. Presta assistência social, psicológica e jurídica à famílias e pessoas que: estejam em situação de ameaça e com direitos violados (violência física, psicológica, financeira/patrimonial, situações de preconceito, homofobia, bullying, etc.);

Vítimas de Violência Sexual: Abuso e/ou Exploração Sexual; adolescentes em cumprimento de medidas sócio educativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

- Casa de Acolhida - Serviço de acolhimento para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva, em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.
- Programa Família Acolhedora - Serviço de acolhimento familiar provisório de crianças e adolescentes, afastadas do convívio familiar por meio de medida protetiva, mediante compensação financeira no valor de meio salário mínimo nacional por criança acolhida (um salário mínimo no caso de criança/adolescente com deficiência) a ser repassado mensalmente à família acolhedora.
- NIS – Núcleo de Integração Social - Acolhimento institucional com estrutura para acolher pessoas em situação de rua. Acompanhamento psicossocial, reinserção familiar, oficinas pedagógicas e de cidadania, refeições, higienização, geração de trabalho e renda, capacitação e profissionalização.
- Centro POP - O Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua, abrangendo a – abordagem, acolhimento, sensibilização, atendimento psicossocial, atendimento eventuais: banhos, refeições, concessão de passagens / recâmbio à cidade de origem, pernoite casa de passagem), encaminhamentos para outros serviços e/ou políticas públicas, em especial vinculadas à área da saúde, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUS.

B. Departamento de Trabalho

A Casa do Trabalhador desenvolve as seguintes atividades:

- Operação do Sistema Nacional de Emprego – SINE, organizando e operando o Cadastro de Currículos (parceria com o SENAC); apoiando a emissão da primeira ou segunda vias da Carteira de Trabalho; apoiando a obtenção do Seguro Desemprego.
- Crédito Cidadão: Microcrédito - concessão de financiamento, qualificação e assistência a empreendedores e profissionais autônomos, com finalidade exclusiva de ampliação de negócios na cidade, beneficiando micro-negócios, trabalhadores autônomos ou profissionais liberais - fornecendo ferramentas que visem melhoria do negócio, por meio de financiamento e/ou prestando orientação técnica.
- Legalização de Ambulantes: formalização de atividades econômicas, mediante a concessão e enovação de licenças e fiscalização do comércio de rua.
- Serviço Social: Atendimentos sociais na Casa do Trabalhador, fazendo avaliação socioeconômica para concessão de licenças e legalização de ambulantes. Suporte a outros setores, tais como SINE, Crédito Cidadão e Economia Solidária.
- Economia Solidária: Organização de grupos em diversas áreas e estímulos à associar-se à associações ou cooperativas; organização e promoção de feiras de artesanato incluindo-os em eventos municipais e estaduais; busca de parcerias de cursos de capacitação e aprimoramento dos artesãos.
- Fundação Leão XIII: Fornecimento de atestado para obtenção de documentos pessoais gratuitamente.

C. Departamento de Proteção Social Básica (DEPSB)

As ações do DEPSB tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento das potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilizados de vínculos afetivos. Dentre as principais atribuições do DEPSB, destacam-se:

- O Cartão Imperial, que proporciona descontos nas contas de abastecimento de água, junto à Concessionária Águas do Imperador, além de permitir complementar alimentos da cesta básica garantindo segurança alimentar e nutricional sustentável à população.

1.6.7.- ASSISTENCIA SOCIAL

- Auxílio Aluguel – prestado pela Prefeitura, no valor de até R\$200,00, concedido às famílias que se encontram desabrigadas e sem possibilidade de residirem com parentes ou pagarem aluguel. Para fazer jus a esse benefício, as residências das famílias devem ter sido totalmente ou parcialmente destruídas, apresentarem problemas estruturais graves ou estarem em área de risco iminente de desabamento ou desmoronamento. A aceitação do benefício implica na permissão de demolição das residências, conforme avaliação da Defesa Civil.
- Programa Petrópolis Criança Cidadã – PCCC: desenvolvido nos espaços do 32º Batalhão de Infantaria Motorizado, mediante convênio entre a Prefeitura Municipal de Petrópolis (SETRAC), Secretarias de Educação e Secretaria de Saúde, Exército Brasileiro (Comando Militar do Leste), Vara da Infância e Juventude (Tribunal de Justiça), a Diocese de Petrópolis (Mitra Diocesana) e a Associação Beneficente Rio Criança Cidadã (ABRCC), tem por objetivo prestar assistência ao adolescente em situação de risco social, visando conquista da cidadania através da educação integral.
- Obtenção Gratuita de Cadeira de Rodas, de Banho, Órtese e Prótese (parceria com a AFR - Associação Fluminense de Reabilitação) – O Banco de Material Ortopédico é um serviço do Ministério da Saúde em parceria com a Prefeitura Municipal de Petrópolis, através do Departamento de Trabalho da SETRAC, que disponibiliza materiais como cadeiras de rodas, cadeiras de banho, muletas, ortóteses e próteses.
- Restaurante Popular – localizado no Centro da cidade, atua no preparo e oferecimento de refeição à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica e de insegurança alimentar, oferecendo até mil refeições diárias ao preço simbólico de R\$ 1,00.
- Cozinhas Comunitárias – atende pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e insegurança alimentar e nutricional. Produção e oferecimento de até 100 refeições diárias por cozinha comunitária, além de ser uma estratégia de inclusão social produtiva, e de fortalecimento da ação coletiva e da identidade comunitária. Funcionamento: M. Machado, Retiro e Duarte da Silveira.

D. Rede de Postos e Assistência Social

- Centro de Referência da Assistência Social - CRAS - é uma rede de unidades de atendimento sócio assistencial, com unidades localizadas em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social. Objetiva o primeiro acesso das famílias aos direitos assistenciais, materializando a política de assistência social do Município. Presta serviços continuados de proteção social básica e de assistência social para famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, caminhando para todos os outros programas da Secretaria.

1.6.8.- SEGURANÇA PÚBLICA

6ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal que fica na BR-040, Km 45,5 - Petrópolis-RJ.

EFETIVO:

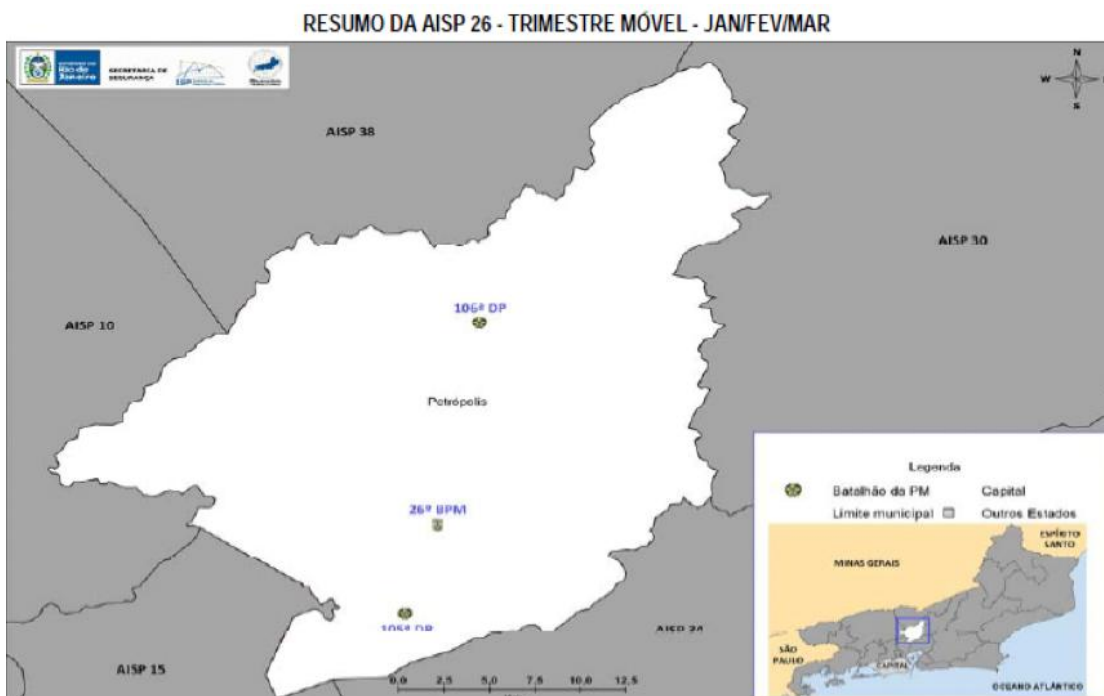
- 26º Batalhão de Polícia Militar: 390
- 105ª Delegacia de Polícia Civil: 35
- 106ª Delegacia de Polícia Civil: 31
- 6ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal: 43

O Município de Petrópolis conta com 02 (duas) delegacia de Polícia Civil: a 105ª Delegacia, que atua nos 1º e 2º Distritos e a 106ª Delegacia que atua nos demais, envolvendo um contingente de 66 (sessenta e seis) homens.

A Polícia Militar, conta com o 01 (um) Batalhão, localizado no bairro Quitandinha, com 290 (duzentos e noventa) homens. Existe ainda a Guarda Civil Municipal que conta com duas Inspetorias, uma no Quarteirão Ingelheim e outra em Itaipava, com os seguintes Grupamentos:

- Ronda Escolar;
- Proteção Ambiental;
- Proteção à atividades Municipais;
- Grupamento Ostensivo de Trânsito;
- Cavalaria;
- Destacamento de Operação com cães;
- Ronda Turística.

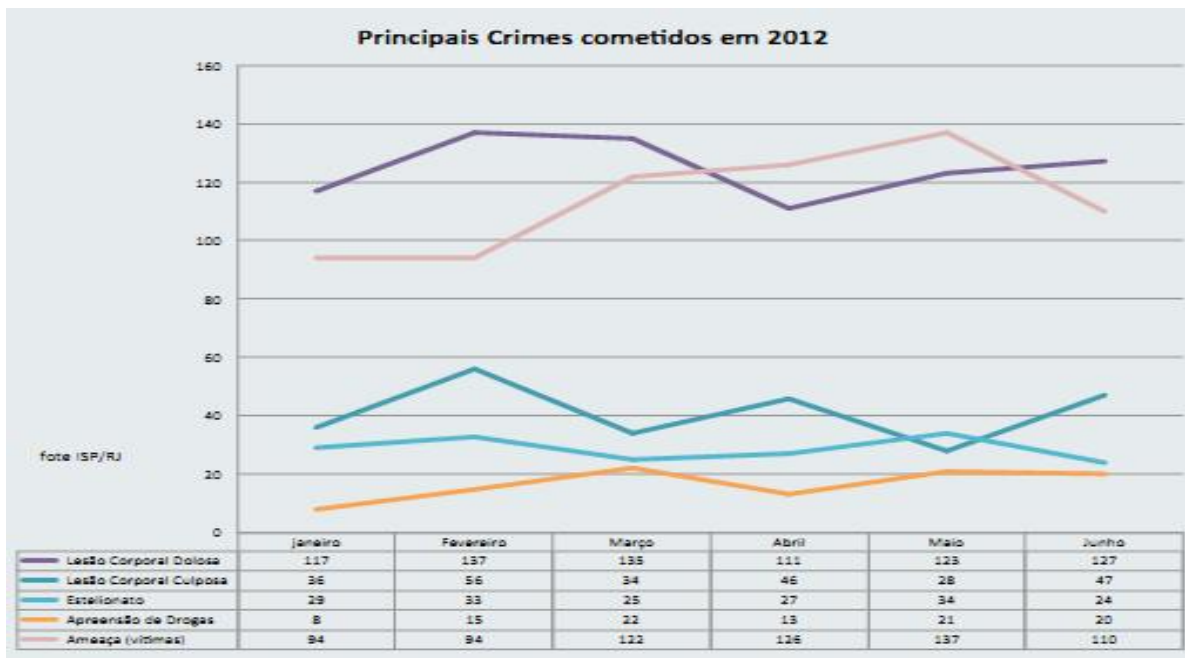
Petrópolis conta também com a 6ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal que fica na BR-040, Km 45,5 - Petrópolis-RJ, com efetivo de 43 (quarenta e três) homens. Mapa abaixo localiza as instalações mencionadas.



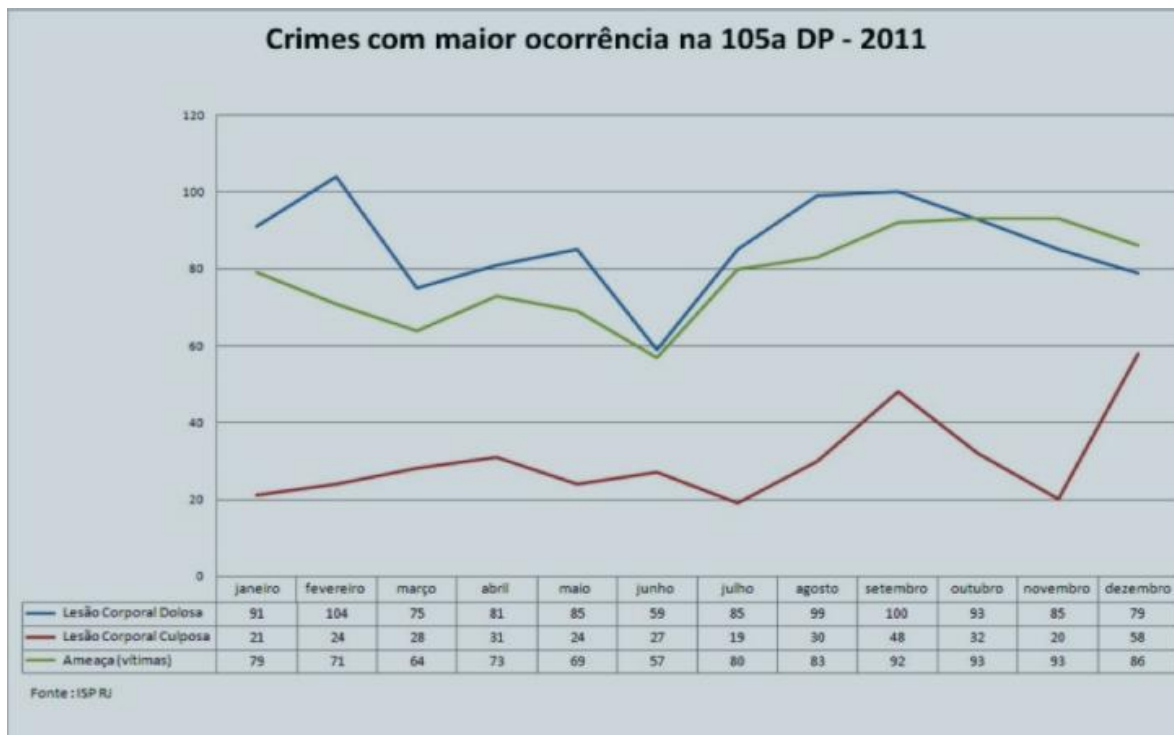
6ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal que fica na BR-040, Km 45,5 - Petrópolis-RJ.

EFETIVO:

- 26º Batalhão de Polícia Militar: 390
- 105ª Delegacia de Polícia Civil: 35
- 106ª Delegacia de Polícia Civil: 31
- 6ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal: 43

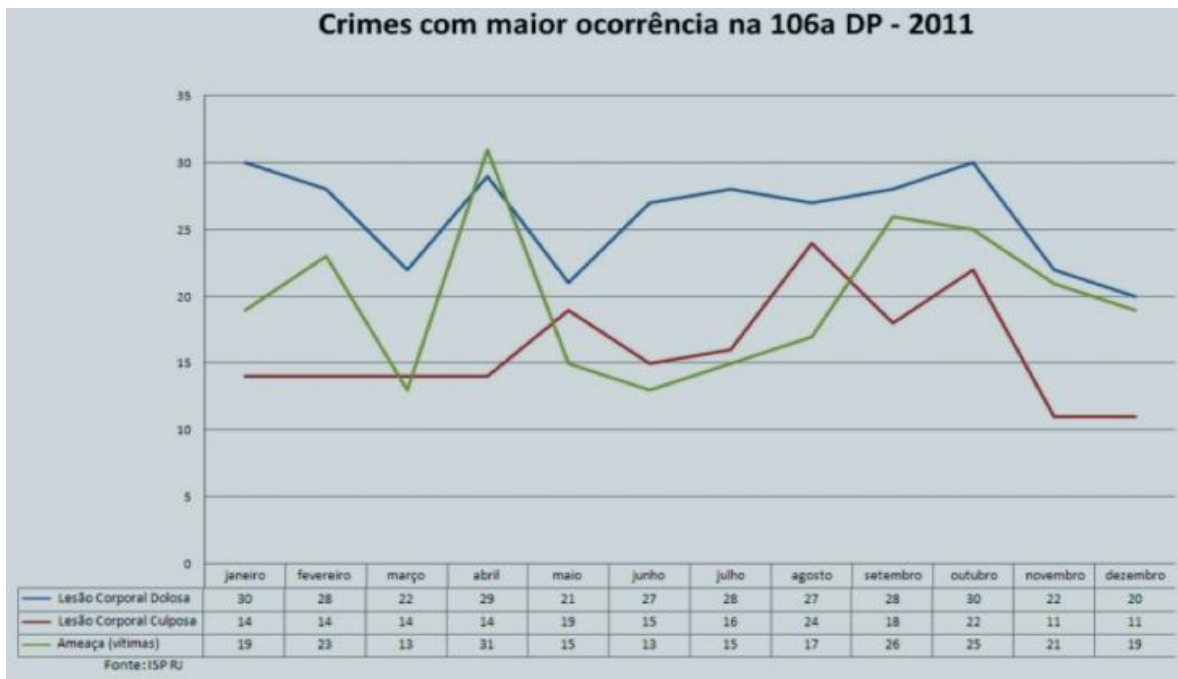


Abaixo vemos as estatísticas com as maiores ocorrências em 2011:



Na área de atuação da 105ª DP, Petrópolis e Cascatinha, os Distritos mais populosos, observamos que no primeiro semestre de 2011, os delitos que tiveram uma redução absoluta foram: lesão corporal dolosa (com menos 32 casos) e ameaças (com menos de 22 casos). A partir daí até o 3º trimestre há uma elevação (8 e 10 casos respectivamente) e voltam a diminuir até o fim do ano (14 e 7 casos a menos respectivamente).

O contrário acontece com o delito lesão corporal culposa que oscila sistematicamente entre os trimestres do ano, alcançando o número máximo de 58 casos no final de Dezembro.



Na área de atuação da 106ª DP, Itaipava, Pedro do Rio e Posse, observamos um panorama diferente. O número absoluto de ocorrências é menor, comparado ao da outra DP, pois são áreas menos adensadas.

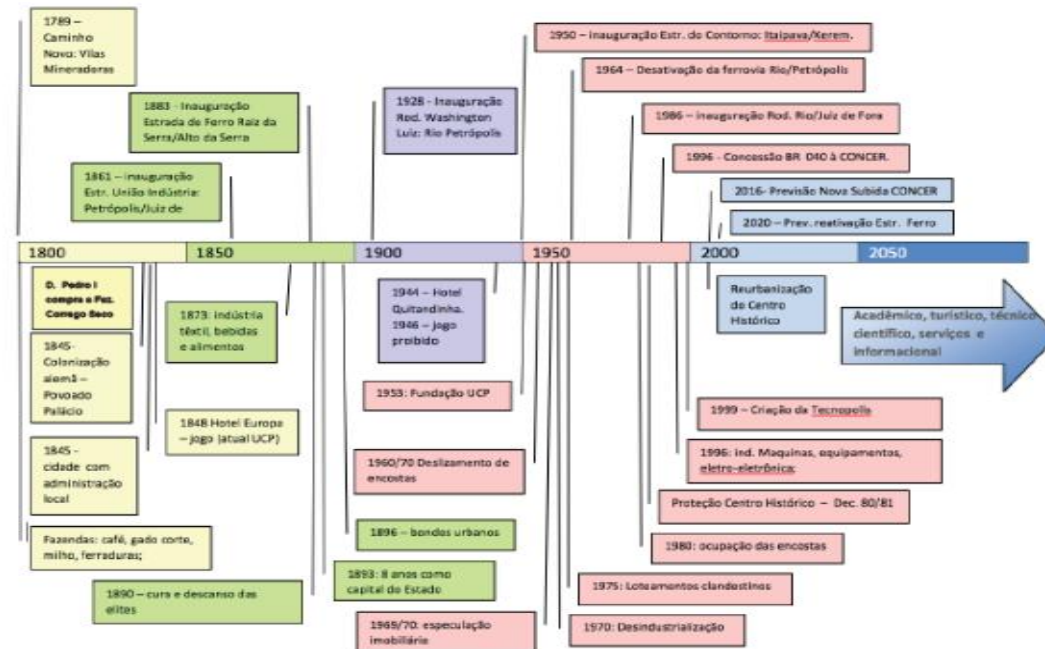
Procedendo a análise observamos que no primeiro trimestre, os delitos que tiveram uma redução absoluta foram: lesão corporal dolosa (com menos 8 casos) e ameaças (com menos 6 casos). Já o delito de lesão corporal dolosa manteve o mesmo número de ocorrência (14 casos).

No mês seguinte, abril, ameaças teve seu pico (31 casos), oscilando durante os meses, terminando o ano com 12 casos a menos, terminando o ano com 19 casos em Dezembro.

Os delitos de lesão corporal culposa e dolosa, tiveram seus picos de ocorrências em agosto (24 casos) e outubro (30 casos), respectivamente. A partir daí até voltam a diminuir até o fim do ano (13 e 10 casos respectivamente).

1.7. DINÂMICA HISTÓRICA

A ilustração abaixo classifica a história da vida municipal por períodos, relacionando a inserção do Município nos sistemas de acessibilidade regional com eventos econômicos, sociais e culturais. Tal opção metodológica enseja reconhecer heranças, intencionalidades e ocasionalidades, permitindo aventar novos sentidos ao futuro, superpostos ou acoplados aos pré-existentes



LINHA DO TEMPO: períodos econômicos e inserção nos sistemas de acessibilidade.

A delimitação da vida econômica municipal foi elaborada por períodos, relacionados a determinados contextos, no caso, a inserção de Petrópolis nos sistemas regionais de acessibilidade. Essa opção enseja reconhecer heranças, intencionalidades e ocasionalidades, permitindo aventar novos sentidos ao futuro, superpostos ou acoplados aos antigos.

Segundo os dados do INEP, vemos a presença das seguintes instituições de Ensino Superior no município: Faculdade Arthur Sá Earp Neto - FASE; Faculdade de Medicina de Petrópolis - FMP; Instituto Superior de Tecnologia em Ciência da Informação de Petrópolis - ISTCCP; Instituto Teológico Franciscano - ITF; e Universidade Católica de Petrópolis UCP. Além das instituições de ensino superior, o município conta também com instituições de nível técnico e profissionalizante. São elas: FAETEC (CETEP PETRÓPOLIS E IST PETRÓPOLIS) e o SENAI.

Retomando a história, desde o fim do sec. XVIII, verifica-se que a criação do atalho para a descida do ouro de Minas Gerais diretamente para o porto do Rio de Janeiro, passando pelas imediações do sítio onde atualmente encontra-se Petrópolis, valorizou as fazendas da região e permitiu o início da colonização alemã, em substituição ao trabalho escravo, já no fim da primeira metade desse século.

A melhoria desse caminho, antes somente trilhado por tropas de burros, transformando-o na Estrada Real, com um traçado aproximado da atual Estrada Velha da Estrela, deu nova acessibilidade às fazendas locais, criando novos mercados para sua produção, antes voltada para o consumo local e dos passantes (café, milho, gado e ferraduras).

Posteriormente, a inauguração da Estrada União Indústria veio reforçar essa acessibilidade e ensejar o aparecimento das primeiras tecelagens que foram ampliadas quando da inauguração, por iniciativa do Barão de Mauá, da ferrovia ligando a Raiz da Serra, na localidade de Mauá, próximo ao embarcadouro construído nas margens da Baía de Guanabara, até o Alto da Serra.

Já nessa época Petrópolis era sede de município, com administração própria, e atraía a elite carioca que queria ter residências de verão próximas ao palácio do Imperador.

Nesse período de ouro para Petrópolis, a cidade foi dotada de bondes e chegou a ser capital do Estado do Rio de Janeiro durante oito anos, como proteção do governo em ralação à Revolta da Armada”.

Meio século depois, já em 1928 com a abertura da Estrada Washington Luiz e, posteriormente, com a construção do Hotel Cassino Quitandinha (década de 1940), um vultoso e ousado empreendimento, Petrópolis entrou no cenário mundial, recebendo celebridades e aparecendo em filmes, musicais da Atlântica, em grande moda, na época”.

Com a proibição do jogo, a cidade entrou em relativa estagnação, que se estendeu pela década de 1950 e se agravou durante uma parte da década de 1960, quando se iniciou a esindustrialização e foi desativada a ferrovia que, já então, ligava a estação da Leopoldina, no Centro do Rio, até o Alto da Serra, onde hoje existe um conjunto habitacional financiado pelo BNH.

No fim desse período e nas décadas seguintes, começaram a se acelerar as ocupações das encostas e os loteamentos irregulares, muitas vezes por conta de enxurradas e desabamentos, ou como reflexo das frentes de obras da Rodovia do Contorno.

Durante a década de 1970 e início da década de 1980, a atividade imobiliária destacou-se uma dinâmica atividade econômica no Município. Esse “boom” imobiliário não se caracterizou como um fenômeno exclusivo de Petrópolis, reproduzindo-se nacionalmente, em função da baixa rentabilidade do mercado de capitais, que drenou os capitais especulativos para o setor.

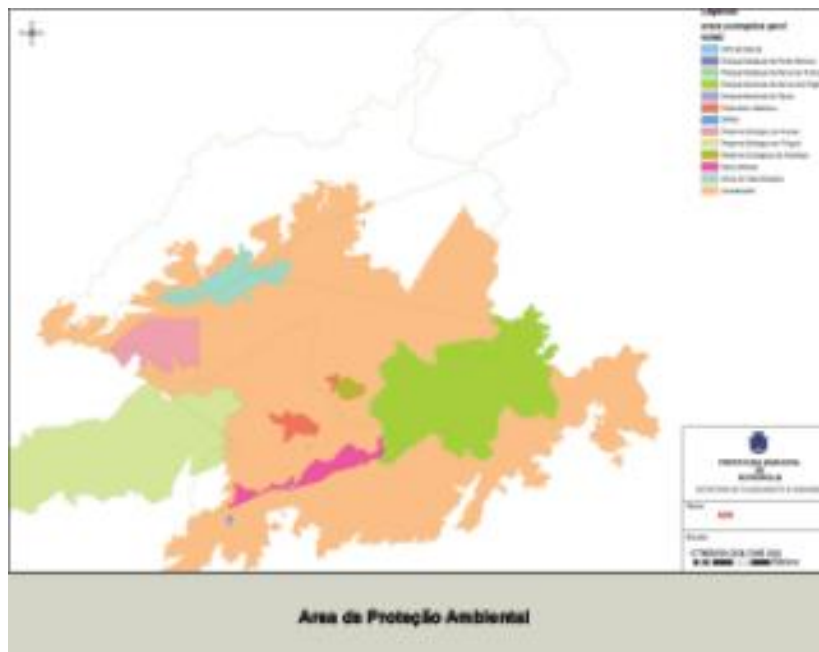
Essa tendência contribuiu para descaracterizar parte do extraordinário patrimônio histórico imobiliários da cidade e só foi estancada , no início da década de 1980 com o Decreto nº 90/81 que protegeu o Centro Histórico do processo de progressiva derrubada.

Em 1980, a construção da Rodovia Rio/Juiz de Fora, contornando Petrópolis a partir do Quitandinha e acessando diretamente o Bingen, embora facilitando o acesso ao município, não resultou, de imediato, em maiores contribuições à formação de uma nova base econômica para Petrópolis. Somente dez anos após, verificou-se a instalação de indústrias de máquinas e equipamentos e eletro- eletrônicos, dando novo impulso ao Município, reforçado pela criação da Tecnópolis, já em 1999.

Essa nova fase de prosperidade de Petrópolis foi sublinhada pela reforma urbanística do Centro Histórico, já no início de Século XXI, privilegiando locais de encontro e estar e o trânsito de pedestres.

A outra face dessa nova fase de prosperidade foi o crescimento urbano , que resultou em problemas de tráfego, e o acirramento da ocupação de encostas e margens de rios, bem como o desmatamento de morros visando futuras ocupações em áreas preservadas por Lei (APPs).

Em contrapartida aos problemas enfrentados por Petrópolis, destaca-se a sua exuberante natureza e o esforço de conservação representado pelos parques nacionais e reservas biológicas existentes nas vizinhanças de seus núcleos urbanos: Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Reserva Biológica de Araras, Reserva Biológica do Tinguá, Reserva Ecológica da Alcobaça, Zona de Vida Silvestre da Maria Comprida, Zona de Vida Silvestre de Araras e Unidade de Conservação “Parque da Serra da Estrela” - além de possuírem transpassando suas áreas urbanizadas , vastas extensões de Mata Atlântica, regulada pela União - a APA (Área de Proteção Ambiental) de Petrópolis.



De fato, parece ser esse o grande desafio da elaboração do Plano Diretor de Petrópolis: tratar de re- equilibrar, de modo sustentável, as relações entre a natureza extraordinária da região, o ambiente histórico construído e a atuação do mercado em resposta à demanda imobiliária.

2. VISÃO COMUNITÁRIA

Na elaboração de um Plano Diretor, que vai regular os aspectos físico-territoriais da vida Municipal, é imprescindível que se conjugue à visão técnica, a visão da população local, construída na vivência cotidiana e na interação entre diversas “vontades”.

Numa primeira etapa, foram pesquisados relatórios de reuniões comunitárias, de onde se extraíram indicações de carências e pontos fracos, que vieram ajudar a compor o presente diagnóstico.

Cabe ressaltar que parte das colocações constantes dos documentos citados referem-se a proposições e portanto serão retomados no capítulo correspondente.

Nessa abordagem, foram resumidas as colocações extraídas de documentos e registros de reuniões de caráter popular e da sociedade civil organizada, nomeadamente: atas dos Conselhos Municipais Temáticos; relatórios do Fórum de Desenvolvimento Econômico (2009); notas sobre as reuniões do Orçamento Participativo (2004); Relatórios de Demandas e Solicitações das Visitas do Governo Municipal (2011).

A seguir, são apresentados os resultados resumidos dos itens mais presentes nos relatórios, atas e documentos disponíveis, no que toca ao Diagnóstico:

- Ausência de definição de uma nova base econômica para Petrópolis, de acordo com suas potencialidades, em face das condições e oportunidades do mundo contemporâneo;
- Ausência de uma base cartográfica única, a ser utilizada pelos três níveis de governo e pelas concessionárias, de modo a viabilizar a montagem de um banco de dados georreferenciados, acessíveis aos órgãos públicos, concessionárias de serviços e cidadãos em geral;
- Necessidade de maior educação/consciência ambiental das populações do Município, com repercussões nos processos de ocupação, destinação de esgotos e lixo doméstico;
- Baixa participação popular nos Conselhos temáticos;
- Necessidade de efetiva atuação dos mecanismos de participação popular nas decisões de políticas públicas, programação de investimentos e no acompanhamento e fiscalização das respectivas implementações;
- Concentração de comércio e serviços, no Centro Histórico, em relação aos centros dos distritos;
- Inexistência ou insuficiência de equipamentos urbanos comunitários locais como áreas de lazer infantil, quadras, Centros de Informática, espaços de cultura;
- Necessidade de melhor estado de conservação/ manutenção de praças, locais de lazer e quadras esportivas existentes, assim como melhor distribuição pelos Distritos;
- Falta de adequação/manutenção das coletoras fixas de lixo nas vias públicas;
- Necessidade de acesso à recursos do PAC-Turístico e apoio financeiro do BID, para um programa de investimentos urbanísticos e de infraestrutura turística no Município;
- Inexistência na ligação viária Bingen/Quitandinha;
- Dificuldades de mobilidade de veículos no Centro Histórico, nos horários de pico;
- Ausência de uma rede de ciclovias que facilite a utilização desse meio de transporte;
- Demasiada ênfase na utilização de automóveis nos deslocamentos Distritos/Centro e nas áreas centrais;

- Desconforto e irregularidade na frequência dos transportes públicos urbanos;
- Dificuldades nos movimentos pendulares entre os Distritos e o Centro de Petrópolis;
- Inexistência de ligações de transporte público interbairros;
- Falta de instalações adequadas nos pontos finais de ônibus, para conforto de motoristas e cobradores;
- Necessidade de uma rede de estacionamentos nos limites da área central; visando diminuição do número de veículos na área central da cidade;
- Não universalização dos mecanismos de alerta às populações de áreas de risco, por ocasião de chuvas intensas;
- Moradias precárias localizadas em locais de risco de deslizamento ou enchentes;
- Recorrência de assentamentos habitacionais irregulares, do ponto de vista urbanístico e jurídico;
- Precariedade, desconforto, pouca acessibilidade e insegurança nos acessos aos assentamentos habitacionais localizados nas encostas;
- Inexistência de áreas de esporte/lazer e espaços de cultura nos assentamentos populares;
- Aparecimento de locais de concentração de usuários de drogas;
- Instalação de grupos criminosos em localidades populares;

A par dessa abordagem, e no mesmo sentido de colher a experiência vivencial dos petropolitanos, foram distribuídos questionários através de entidades representativas, ou que tivessem capacidade de mobilização popular, cujos resultados, devidamente tabulados, foram incorporados ao presente documento.

**SPU/PMP - COMCIDADE
PARTICIPAÇÃO POPULAR NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PETRÓPOLIS
MARÇO A JULHO DE 2012**

I- POR FAVOR, RESPONDA ÀS PERGUNTAS ABAIXO:

01. VOCÊ CONCORDA QUE PETRÓPOLIS TEM QUE CRESCER PARA OS DISTRITOS?

SIM NÃO

02. VOCÊ APROVA UM TIPO DE TREM OU BONDE ENTRE O CENTRO E OS DISTRITOS?

SIM NÃO

03. VOCÊ CONCORDA QUE PETRÓPOLIS TEM QUE CRESCER PARA OS DISTRITOS?

SIM NÃO

04. O TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS) DEVE SER PRIVILEGIADO EM RELAÇÃO AO TRANSPORTE INDIVIDUAL (CARRO)?

SIM NÃO

05. O PEDESTRE DEVE TER PRIORIDADE SOBRE OS AUTOMÓVEIS?

SIM NÃO

06. VOCÊ GOSTARIA DA VOLTA DO SISTEMA DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO?

SIM NÃO

II - ASSINALE COM UM "X" OS QUATRO PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES EXISTENTES EM SEU BAIRRO

- Esgoto Sanitário

- Abastecimento de água

- Transporte público

- Disponibilidade de educação pública

- Disponibilidade de saúde pública

- Deslizamento de encostas

- Enchentes

Nome:

Bairro e Rua onde mora:

Essa análise vem sendo realizada através de levantamento com base em formulários, distribuídos pelo COMCIDADE, onde até o momento da tabulação, já tinham sido consideradas 400 respostas, aproximadamente.

Verificamos que em Petrópolis, o 1º Distrito, as três maiores demandas vem sendo saúde, educação e transporte, por possuir a maior concentração populacional.

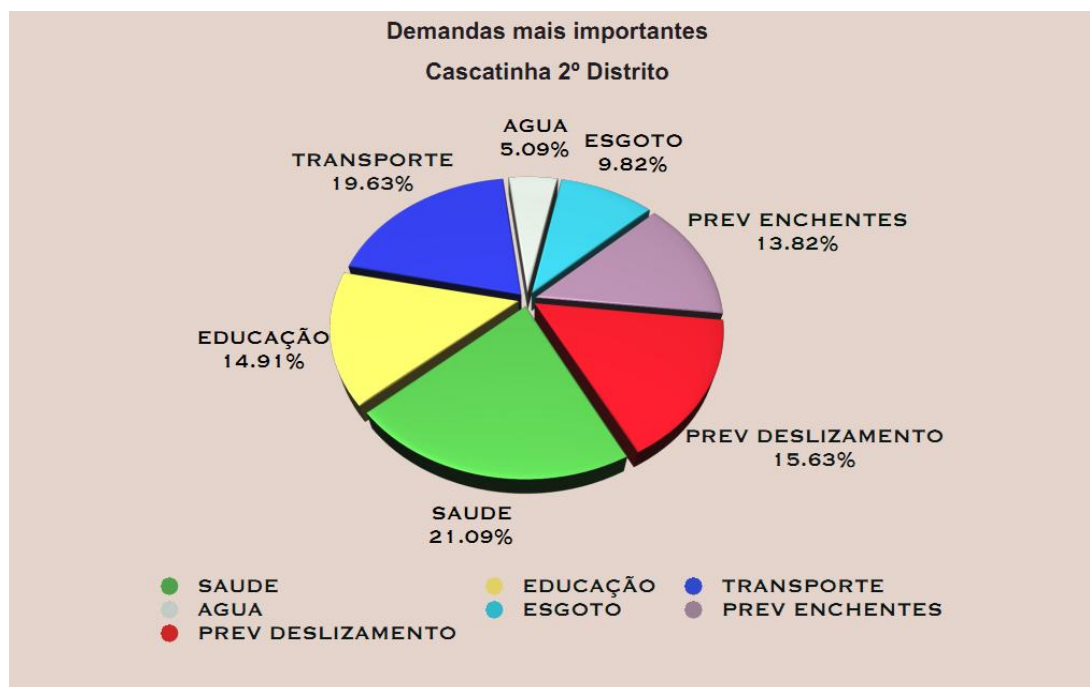
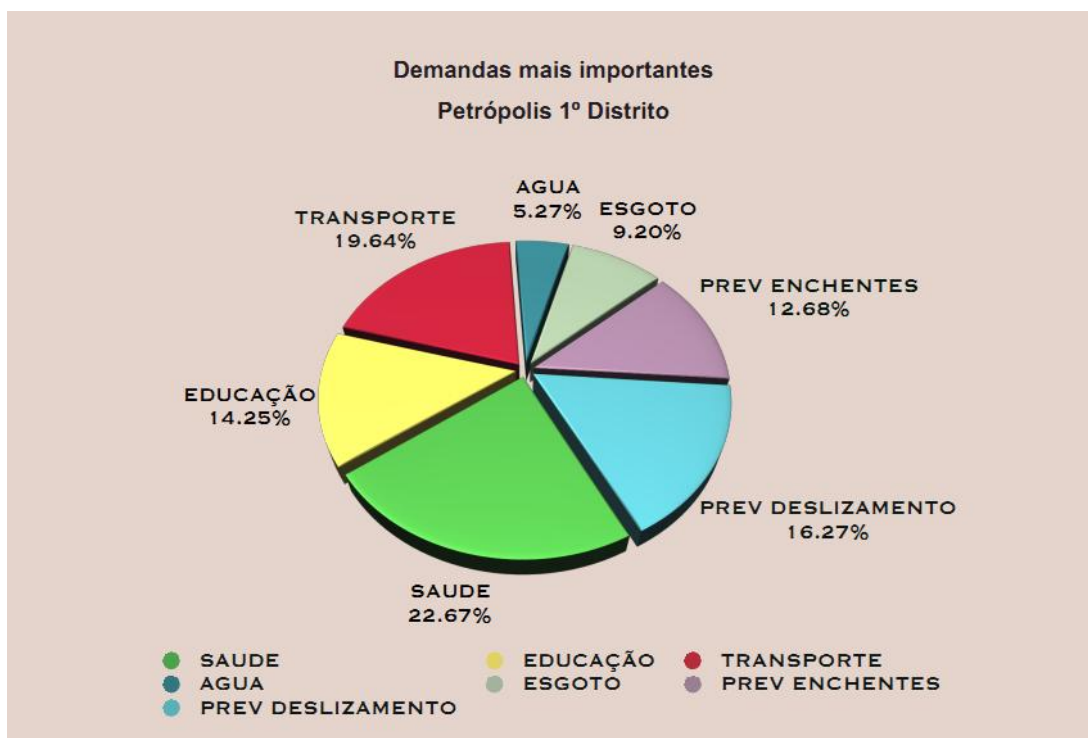
Cascatinha 2º Distrito, já tem como prioridades, saúde, transportes, prevenção contra enchentes e deslizamentos. É uma localidade que apresentou um crescimento populacional bem acentuado e desordenado nos últimos anos e por ter um relevo bem acidentado, apresenta um risco muito grande de ocorrência de acidentes naturais com vítimas.

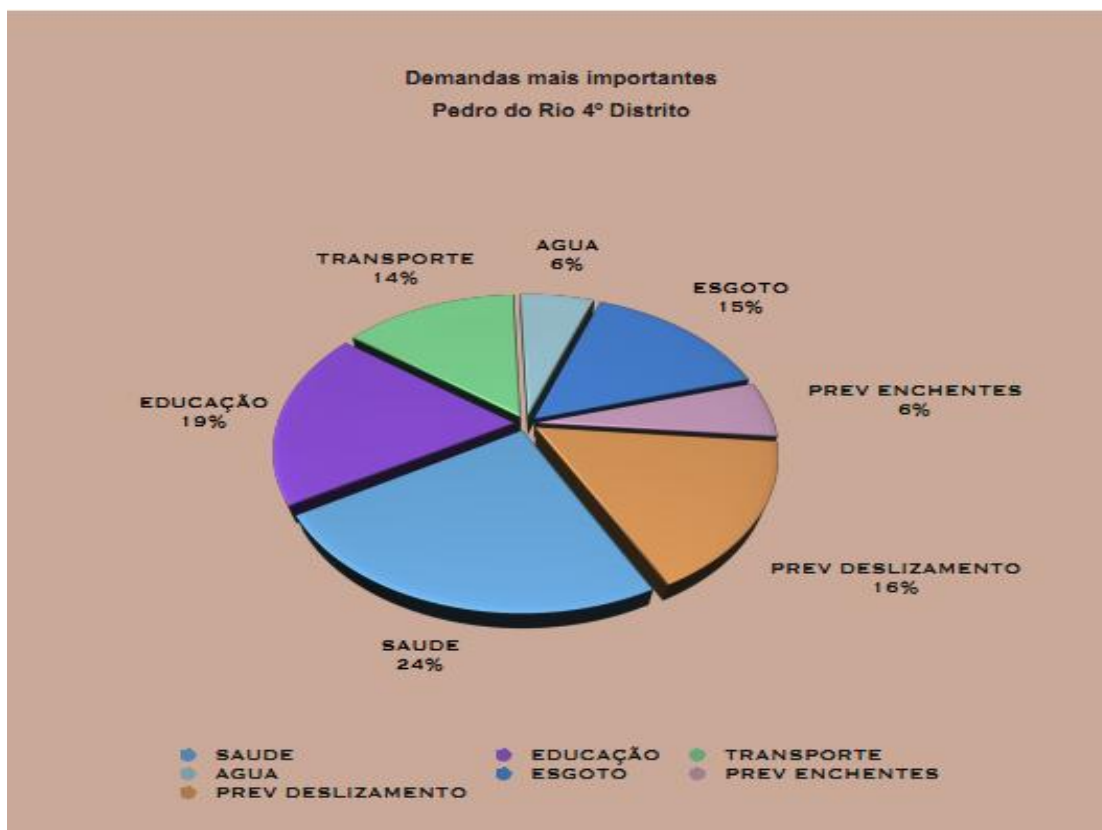
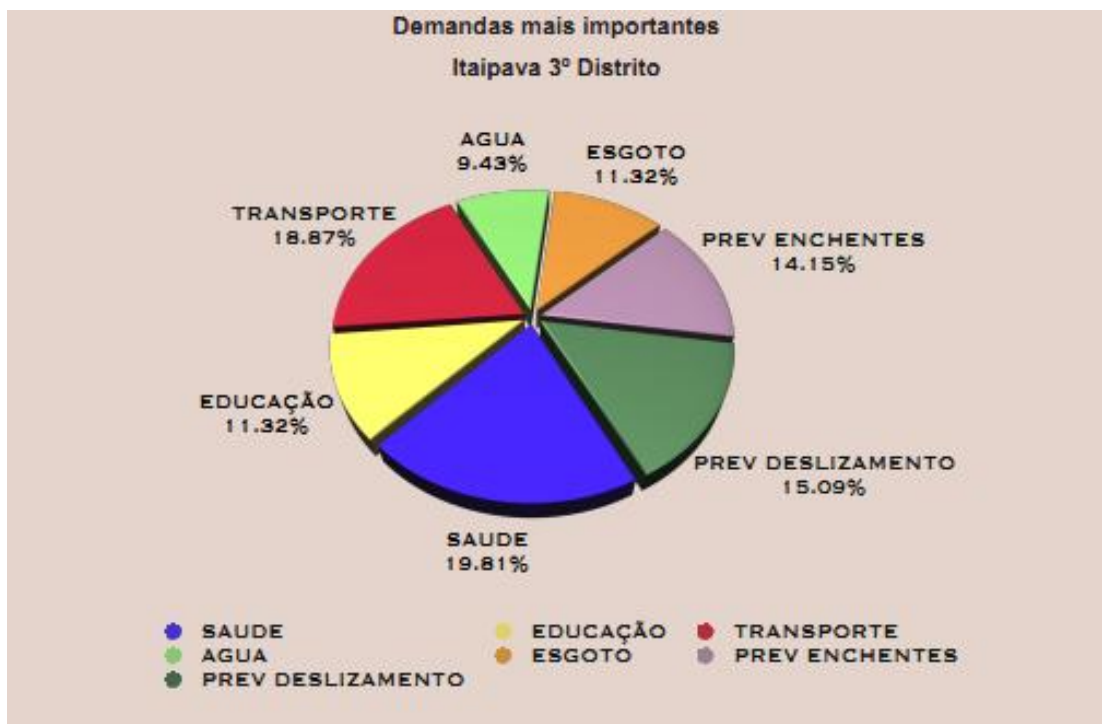
Itaipava, o 3º Distrito, vem se desenvolvendo nas últimas três décadas, onde a procura por veranistas e a necessidade de serviços de boa qualidade vem aumentando de maneira elevada.

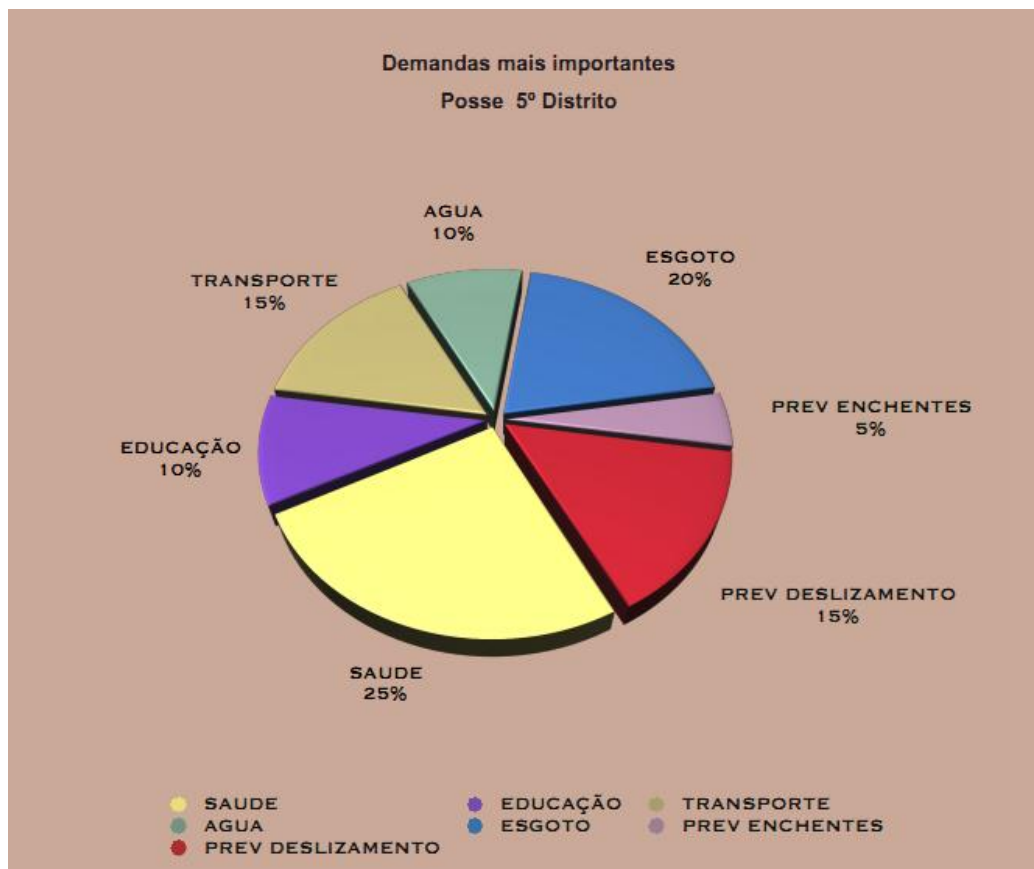
Verificamos que as maiores demandas são saúde, transporte e prevenção contra riscos de acidentes naturais.

Pedro do Rio e Posse, respectivamente os 4º e 5º Distritos, tem um padrão de demanda parecido, pois são localidades com características semelhantes, tanto sócio econômicas quanto geográficas, sendo saúde educação e transporte e prevenção de riscos suas principais demandas.

Pergunta	sim	%	não	%	total
1. Você concorda que Petrópolis tem que crescer para os Distritos?	386	93,46%	27	6,54%	413
2. Você aprova um tipo de trem ou bonde entre o Centro e os Distritos?	334	80,87%	79	19,13%	413
3. Em vez de ir ao Centro você prefere ter comércio e trabalho perto de casa?	371	89,61%	43	10,39%	414
4. O transporte coletivo (ônibus) deve ser privilegiado em relação ao transporte individual (carro)?	356	87,04%	53	12,96%	409
5. O pedestre deve ter prioridade sobre os automóveis?	361	88,05%	49	11,95%	410
6. Você gostaria da volta do sistema de orçamento participativo?	342	88,14%	46	11,86%	388







Mecanismos de Participação:

A participação popular na gestão pública do Município de Petrópolis se dá através de diversos mecanismos, a seguir descritos, alguns referentes à democracia representativa, outros à democracia direta.

A) Quanto aos Conselhos Municipais

Segundo a Lei nº 5823/01, foi regulamentada a participação popular, atribuindo aos diversos Conselhos Municipais papéis relevantes nos setores ambiental, urbanístico, cultural, habitacional e econômico, conforme a seguir exposto.

I - Da Política Setorial de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural e da Política Setorial de Habitação:

- a) Conselho Municipal de Preservação, Urbanismo e Meio Ambiente - COMPUMA; (Substituído pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, COMDEMA
- b) Conselho Municipal da Cultura e de Tombamento Histórico, Cultural e Artístico - CMCTHCA;
- c) Conselho Municipal de Política Agrícola e Fundiária - COMPAF.

II - Da Política Setorial de Transportes:

- a) Conselho Municipal de Trânsito e Transportes - COMUTRAN.

III - Da Política Setorial de Serviços e Equipamentos Públicos:

- a) Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente - CMDCA;
- b) Conselho Municipal de Educação - COMED;
- c) Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE;
- d) Conselho Municipal de Saúde - COMSAÚDE;
- e) Conselho Municipal de Preservação, Urbanismo e Meio Ambiente - COMPUMA (EXTINTO);
- f) Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;
- g) Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDDPI;
- h) Conselho Comunitário Municipal de Defesa Social.

IV - Da Política Setorial de Desenvolvimento Econômico:

- a) Conselho para o Desenvolvimento Sustentável do Município de Petrópolis;
- b) Comissão Municipal de Emprego - CME;
- c) Conselho Municipal de Turismo - COMTUR;
- d) Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável - CODESP

B) Quanto à Lei de Uso, Parcelamento e Ocupação do Solo

A Lei Municipal nº 5426 de 21 de outubro de 1998 regulamentou a Comissão Permanente da Análise de Projetos Especiais, casos omissos e avaliação da LUPOS, COPERLUPOS, de caráter consultivo, com as seguintes atribuições, estipuladas em seu Art. 2º:

- I. Análise dos projetos especiais;
- II. Análise dos casos omissos;
- III. Análise dos projetos de características inovadora;
- IV. Adequação do texto da Lei à experiência granjeada;
- V. Definição e proposição das AEIS, AEIU, AEIE e AEIP;
- VI. Definição e proposição das AEIS, AEIU, AEIE e AEIP;
- VII. Revisão dos tombamentos municipais;
- VIII. Análise das construções não tombadas no Setor Histórico (nos casos omissos na LUPOS)
- IX. Outras atividades semelhantes que necessitem de parecer consultivo, a critério do Chefe do Executivo Municipal.

Para desempenho dessas atribuições, a Lei, em seu Art. 3º, define a seguinte composição, com direito à voz e voto:

- a) Secretaria de Planejamento e Controle;
- b) Secretaria de Obras;
- c) Coordenadoria de Defesa Civil e Proteção Ambiental;
- d) Três representantes da Câmara Municipal, membros da Comissão Permanente de Defesa do Meio Ambiente e de Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo;
- e) Um representante do Conselho Municipal de Preservação, Urbanismo e Meio Ambiente;
- f) Um representante do Conselho Municipal da Cultura e do Tombamento, Histórico Cultural e Artístico;
- g) Um representante do Conselho Municipal de Turismo.

No mesmo artigo, é prevista a participação de representantes dos Órgãos do Governo Federal e Estadual, a seguir listados, com assento permanente, voz e sem direito a voto:

- a) Um representante do IPHAN - Instituto Brasileiro do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- b) Um representante do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis;
- c) Um representante da FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente;
- d) Um representante do INEPAC - Instituto Estadual de Patrimônio Artístico e Cultural.

Essa Comissão emite juízo, mediante consulta encaminhada pelos interessados, que deve passar anteriormente pelos setores competentes, para avaliação da capacidade de potencializar que o novo projeto tem sobre o aprovável, conforme mencionado no artigo 117 da LUPOS: “Fica garantido o direito de propostas de Uso e/ou Ocupação do Solo, diferentes ao estabelecido no corpo da presente Lei, devendo a nova proposta detalhar e potencializar os projetos pretendidos e o aprovável de acordo com a presente Lei.”

C) Quanto ao Plano Diretor e suas Leis Complementares:

No que toca ao instrumento maior do planejamento Municipal o PLANO DIRETOR, a Lei Nº 5823 de 09 de novembro de 2001 regulamentou a participação popular, com os objetivos de referendar ou revisar tal instrumento e suas Leis Complementares (Lei de Uso, Parcelamento e Ocupação do Solo; Código de Obras; Código de Obras, Código de Posturas), criando o Conselho Municipal de Revisão do Plano Diretor e de suas Leis Complementares CRPD, também de caráter consultivo, com composição paritária entre o Poder Público e a Sociedade Civil, com a seguinte composição:

I - 09 (nove) representantes do Poder Executivo, a serem designados pelo Prefeito Municipal;

II -09 (nove) representantes da Sociedade Civil, eleitos por seus respectivos segmentos, a saber:

- a) 01 representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- b) 02 representantes das entidades de classe dos engenheiros e arquitetos;
- c) 02 representantes das Associações de Moradores;
- d) 01 representante das entidades de classe dos empresários;
- e) 01 representante dos Sindicatos dos Trabalhadores
- f) 02 representantes das ONGs que atuam em defesa da cidadania e do meio ambiente.

Tal conselho foi recentemente reativado. Segundo recomendações expressas do Ministério Público, é imprescindível a alteração de seu caráter consultivo para deliberativo. Já no Parecer Conclusivo e Final da Comissão Especial de Estudo e Revisão do Plano Diretor de Petrópolis, criada através do Ato ME LEG 003/2009, em suas conclusões, era sugerido: "... que o Conselho de Revisão do Plano Diretor seja reativado, atualizado e modificado, se necessário, mas principalmente transformado em um Conselho de Caráter Deliberativo, com a manutenção do seu caráter permanente, possibilitando assim a continuidade das ações de planejamento de Política Pública independente do Governo ou governante que esteja ocupando a PMP."

É atribuição do CRPD a responsabilidade pela criação e operacionalização da Câmara de Harmonização, agora de diálogo ininterrupto para a qual são permanentemente convidados:

- a) Prefeitura;
- b) Órgãos do Governo Federal e Estadual pertinentes;
- c) Representantes da Procuradoria da República e do Ministério Público Estadual;
- d) Órgãos da sociedade civil organizada convidados pelo CRPD em função do temário.

O objetivo maior da Câmara de Harmonização, através do livre diálogo e do simples mútuo conhecimento, aproximar pontos de vista e preocupações, na esperança de gerar ações sempre mais consensuais, e estabelecer clima perene de compreensão e respeito entre todas as autoridades e segmentos sociais atuantes no município de Petrópolis, no benefício geral da população.

D) Quanto à Participação Comunitária Direta

Como rotina de coleta das visões comunitárias, diversos mecanismos mantêm atividades dentro da sociedade petropolitana. Dentre tais mecanismos, destacamos os abaixo descritos.

- a) Dentre os mecanismos que viabilizam a participação comunitária, destaca-se o Portal Dados municipais, que disponibiliza informações de diversas naturezas sobre Petrópolis e sua gestão. Integram o Portal: APEA, Ass. Fluminense de Preservação Ferroviária, Casa da Cidadania, Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, FAMPE, FIRJAN, Fórum Popular, Grupo Solstício, IPHAN, IPHS, Lions Clube de Itaipava, Lions Clube de Quitandinha, Movimento Sindical, Ordem dos Ministros Evangélicos no Brasil e no Exterior/OMEBE, Universidade Católica de Petrópolis/UCP . Seu endereço de acesso.

b) No campo da participação direta, a FRENTE PRÓ-PETRÓPOLIS, criada em 10 de julho de 2011, tem por objetivos gerais unificar o maior contingente possível de entidades de Petrópolis, para legitimar a prática da gestão participativa em pé de absoluta igualdade da população com as autoridades dos poderes da União, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Petrópolis, nos termos do Estatuto das Cidades, Lei federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001. São membros fundadores da FPP: As entidades integrantes do Comitê Gestor do Portal Dados municipais, a fração representativa da Sociedade Civil no Conselho Municipal da Cidade de Petrópolis/COMCIDADE e os integrantes das suas Comissões de Trabalho; a Mitra Diocesana e o Conselho de Ministros Evangélicos do Município de Petrópolis - RJ. (Comempe).

c) Criada pela Sociedade Civil na Comissão Especial de Organização (CEO) da Conferência da Cidade, o ComCidade tem por finalidade geral:

Coordenar e acompanhar as atividades das diversas formas de gestão democrática participativa, determinadas pelo Estatuto das Cidades e pela legislação municipal na elaboração do planejamento a longo, médio e curto prazo, que poderá ser indicado no sistema orçamentário, e o controle da execução e avaliação permanente das políticas públicas municipais, nos campos do desenvolvimento urbano e das ações setoriais do Poder Público Municipal nas diversas áreas de sua competência. O COMCIDADE é composto por: 7+7 integrantes do Governo, incluindo o Prefeito e o titular da Secretaria de Planejamento e Urbanismo - SPU; 3+3 Vereadores; 29+29 dos Conselhos da Cidade (Comsaude, 3; ComSep, 1; CMAS, 3; CMDPPI, 2; CMDCA, 2; CMTCHA, 1; Comutran, 2; Compaf, 1; CAE, 1; Comdema, 3; CMC, 2; Comdim, 2; Copir, 1; Comed, 2; Comtur, 2; FMHIS, 1).

3. CONCLUSÕES

Como introdução ao capítulo das Conclusões do Diagnóstico, cabem algumas considerações de cunho teórico-metodológico.

Em primeiro lugar, no esforço de se analisar os aspectos físico-territoriais do Município de Petrópolis é preciso considerar que o espaço geográfico como categoria histórica, só tem significado se observado concomitantemente ao seu uso, tornando-o “território utilizado”.

Assim, sobre o espaço natural, ele pode revelar ações passadas e presentes, constituídas pelos objetos físicos ali colocados pela ação humana e pelos fluxos de diversas naturezas, de pessoas, produtos, informações e capitais.

As ações passadas acabam por integrar a “paisagem construída” e as presentes, juntamente com os fluxos, trazem vida àqueles espaços, dando-lhe atualidade e significado real.

Como consequência desse entendimento, uma simples listagem das tipologias ou padrões de ocupação verificáveis sobre a paisagem natural perde interesse se não compreendermos o dinamismo ou os processos que os geraram individualmente, e sua relação com o dinamismo mais geral do território, no passado e no presente.

Já as análises dão ênfase aos dados demográficos do município como um todo, comparativamente à região onde está inserido, procurando também observar o dinamismo de cada parcela que o constitui, no caso os seus Distritos. Abstraindo-se dos limites da Região de Planejamento definida pelo Estado - Região Serrana – territórios mais amplos foram considerados, sobretudo a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em sua porção norte, onde importantes investimentos estão sendo realizados.

Numa observação mais acurada outras densidades são trazidas à baila, como a densidade florestal, a densidade dos campos cultivados, a densidade das ocupações, a densidade dos negócios nos diversos setores econômicos e seus respectivos processos evolutivos.

Nesse enfoque, não se pode ignorar processos mais gerais, como por exemplo a importância que as cidades médias vêm adquirindo nas últimas décadas, algumas vezes independentemente das taxas de seu crescimento populacional. Essa importância é relativa ao papel regional de Petrópolis como pólo difusor de conhecimento e tecnologia e como centro de comércio e serviços.

No campo ambiental, que atua transversalmente em todos os outros aspectos abordados, identificou-se riscos de diversas naturezas e causas, agravados pela tendência à recorrência de chuvas fora dos padrões.

Destacam-se, de um lado, as densidades florestais danificadas por incêndios ou desmatamentos históricos em função de processos de exploração agrícola, demandando uma atenção especial, quanto a restrições aos processos de ocupação habitacional e necessidade de programas de reflorestamento. Nesse mesmo aspecto, apresentam risco potencial as áreas com afloramento rochosos à montante de áreas florestadas ou não, ou ocupadas por assentamentos informais.

Por outro lado, as faixas marginais de rios, paulatinamente ocupadas e aterradas, eliminando as várzeas de espraiamento das águas em momentos de chuvas torrenciais, estreitaram as calhas dos rios, nos fundos dos vales, redundando nas cheias sistemáticas nos Distritos.

No caso dos alagamentos, a metodologia a ser seguida deverá observar o cálculo de contribuição das bacias de cada curso de água, a capacidade de suas respectivas calhas e a velocidade das suas águas, de modo a se estabelecer o nível de alagamento para a recorrência de chuvas em diversos períodos. A simples aplicação dos parâmetros estabelecidos pelo Código Florestal para a proteção das margens dos rios, na será suficiente para uma fidedigna delimitação das áreas de risco de cheias.

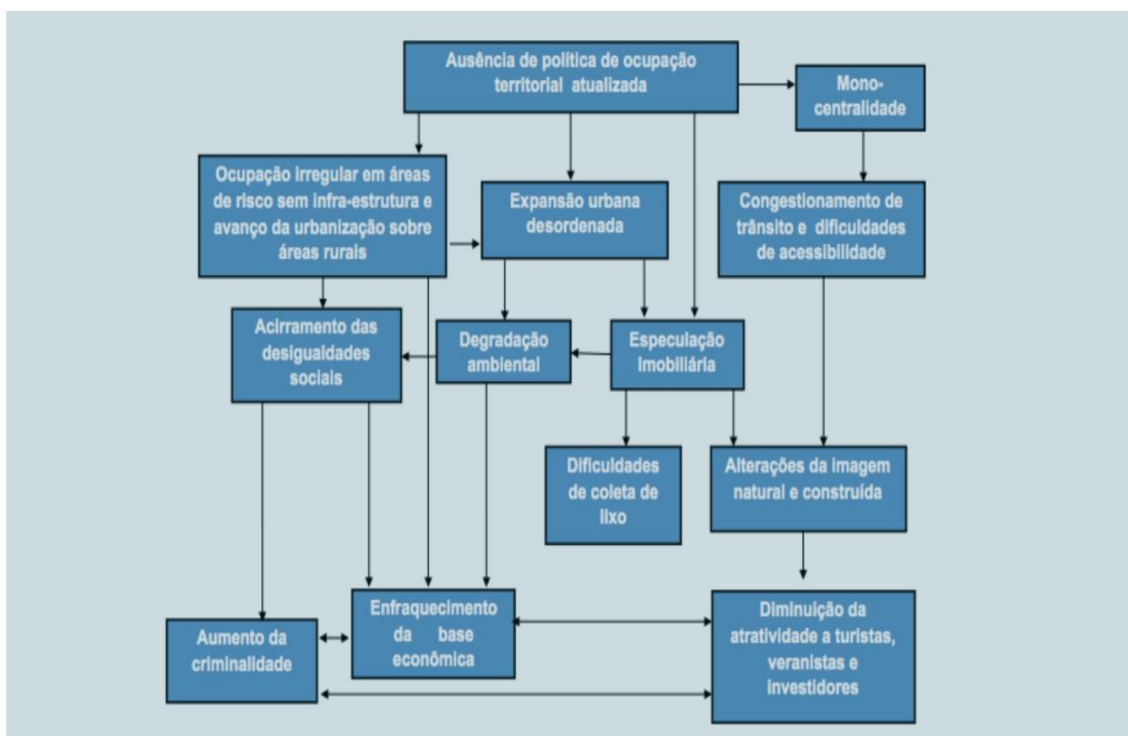
Ambos os casos devem ser tratados articuladamente num Plano de Gestão de Riscos, em fase de elaboração fragmentada: o aspecto dos deslizamentos, no âmbito de Secretaria de Habitação e da Defesa Civil do Município; o aspecto das faixas de risco de alagamento, sob responsabilidade do INEA.

Quanto à gestão dos recursos hídricos, será preciso identificar e georreferenciar nascentes e mananciais e criar áreas de proteção em seu entorno, a serem estabelecidas/mapeadas no bojo do Plano de Saneamento, à cargo da Concessionária Águas do Imperador, conforme estipulado na Lei nº 11.445/2007. Nele “deverão constar os objetivos e metas da universalização do abastecimento de água e de esgotamento sanitário, no Município de Petrópolis, observadas as diretrizes do Plano Diretor de Petrópolis e de maneira compatibilizada com os demais planos setoriais e Leis Complementares”.

Na implementação do Código Florestal Municipal, ressalta a necessidade de se criar normas legais que inclua nos procedimentos de licenciamento a obrigação de monitoramento ambiental, para as empresas potencialmente poluentes, definidas conforme Resolução CONAMA 237/97, modificada pela Res. 401/08.

Quanto às questões urbanísticas, uma cadeia de causas e efeitos foi identificada e representada no esquema a seguir, denominado “árvore de problemas”.

A infraestrutura, equipamentos públicos e aspectos paisagísticos que devem compor a atratividade de Petrópolis e contribuir para dar resposta a interesses de outras localidades, certamente darão mais conforto e segurança a seus moradores permanentes, dos diversos níveis sociais, e satisfazer a demandas de veranistas, consumidores de comércio e serviços, visitantes e investidores externos.



No setor agrícola, ainda que o Município não tenha uma produção significativa, em função de sua rede regional de municípios dependentes, pode vir a ser requisitado a fornecer serviços de informação, instituições de ensino especializado, centros de pesquisa e espaços de comercialização e exposição, tornando-se nesse caso em um centro de intermediação da região, com mercados mais amplos. As iniciativas de agricultura orgânica podem representar um embrião dessa vocação potencial.

No setor secundário, em função das novas estruturas logísticas e arranjos industriais em curso nas franjas da região Metropolitana do Rio de Janeiro, abrem-se novas e importantes oportunidades de fortalecimento da atual base industrial petropolitana.

As facilidades de acesso criados pelo Arco Metropolitano, desde o Porto de Itaguaí e das indústrias localizadas no retro-porto, passando por Duque de Caxias e a Refinaria da Petrobras, até Itaboraí com a COMPERJ em fase de implantação, desde que apoiadas por estratégias adequadas, certamente irão ampliar os mercados de mecânica fina e plásticos injetados em instaladas em Petrópolis. Igualmente, as questões de formação técnica e pesquisas tecnológicas podem ocupar um papel destacado em face dos aspectos apontados, bem como por conta da melhor acessibilidade ensejada pela duplicação projetada da BR 040 e das amenidades que a cidade oferece, tais como, faculdades; centro de pesquisas; áreas de preservação, ambiência urbana, gastronomia, museus etc.

O cenário aventado depende fundamentalmente da importância que se dê à questões logísticas e informacionais, incluindo redes de fibra ótica, atribuindo ao Município o papel de intermediação, cada vez mais requisitado no âmbito das relações regionais, nacionais e até globais.

No caso de Petrópolis, “Linha do Tempo” apresentada aponta parte da dinâmica que se estabelece entre ações externas, no campo da acessibilidade regional, com investimentos locais que visem o desenvolvimento. Nos comentários decorrentes, são buscados reflexos de outros fenômenos mais gerais, que também repercutiram no território municipal.

Quanto aos levantamentos estatísticos, procurou-se relacionar números municipais e regionais, bem como aqueles que expressem diferenças inter-distritais.

Nesse aspecto Petrópolis destaca-se no quadro regional quer seja por sua população, PIB, índices de atendimento infra-estrutural urbano e educação. Por outro lado, também apresenta significativo montante de ocupações irregulares e de segmentos populacionais de baixa renda.

Nos aspectos materiais, as peculiaridades apontadas acabam por fazer do “território usado” uma sucessão de divisões do trabalho superpostas ou justapostas, produzindo um tecido diferenciado, uma colcha de retalhos formado por diferentes tipologias de ocupação e oportunidades, históricas e contemporâneas. Populações de diversas faixas de renda, remanescentes industriais, novas indústrias, os serviços (cada vez mais sofisticados) e o comércio, em especial os pólos consagrados.

Nesse aspecto (território usado), os levantamentos dos padrões de ocupação desenvolvidos em diversas etapas da ocupação urbana foram identificados, analisados, definidos os pontos fortes e fracos de cada um e especulado sobre as respectivas possibilidades de replique em outros locais a serem identificados na fase de Proposições do Plano Diretor.

1. OCUPAÇÃO: CAXAMBÚ, BREJAL E BONFIM

- **Pontos fracos:** Avanço sobre áreas de preservação, nas cotas mais altas, acompanhada pela ocupação residencial irregular, tende a diminuir progressivamente a produção e aumentar as áreas habitacionais.
- **Pontos fortes:** Potencial de cultivo de produtos orgânicos, de maior valor agregado e proximidade do mercado consumidor.
- **Replicabilidade:** Deve ser evitada a reprodução do processo. Favorecer os pontos fortes.

2. ESTRADA VELHA DA ESTRELA

- **Pontos Fracos:** Ocupações irregulares dentro da APA Petrópolis e lançamento de esgoto “in natura” nos rios que cortam a área.
- **Pontos Fortes:** O pitoresco da antiga vila operária; ruínas tombadas da fábrica de tecidos; estar à margem do leito da via férrea a ser recuperada; envolvido pela mata atlântica com potencial para pesquisas voltadas à bio-tecnologia.
- **Replicabilidade:** Deve ser revertido o processo. Favorecer os pontos fortes.

3. FABRICA SÃO PEDRO

- **Pontos Fracos:** Propriedade de alto valor, constante de espólio com dificuldades de negociação.
- **Pontos Fortes:** Imóvel de interesse histórico, em excelente localização, com dois acessos e potencial de utilização turística e cultural.
- **Replicabilidade:** Caso específico

4. VERTICALIZAÇÃO HABITACIONAL NO CENTRO HISTÓRICO

- **Pontos Fracos:** Perspectiva de destruição de imóveis que compõem a paisagem construída da cidade, que lhe atribui atratividade.
- **Pontos Fortes:** Indicação da existência de uma demanda reprimida que deverá ser solvida em outros locais.
- **Replicabilidade:** Já evitada à continuidade por legislação específica.

5. “PLANO AGACHE” NA RUA DO IMPERADOR E CIRCUNVIZINHANÇAS

- **Pontos Fracos:** Para ganhar continuidade, pressupõe a derrubada dos prédios históricos da Rua do Imperador e adjacências.
- **Pontos Fortes:** Criação de espaços protegidos do sol e da chuva, para trânsito de pedestres e ensejou o aparecimento de galerias de comércio ligando ruas paralelas.
- **Replicabilidade:** Já evitada a continuidade por legislação específica.

6. OCUPAÇÃO DE ENCOSTAS:

6.1) com servidão para pedestres

- **Pontos Fracos:** Escadarias com degraus irregulares; ausência de corrimãos de apoio, de canaletas de drenagem e iluminação pública adequada; dificuldades de acesso a portadores de deficiência; potencialmente avança sobre matas preservadas.
- **Pontos Fortes:** Solução habitacional barateadora do preço da terra e que rentabiliza a infraestrutura instalada.
- **Replicabilidade:** Modelo adotável desde que devidamente regulado por especificações adequadas.

6.2) com subida de veículos

- **Pontos Fracos:** Subidas íngremes, estreitas e com curvas muito fechadas; ausência de canaletas de drenagem e deficiências de iluminação pública.
- **Pontos Fortes:** Solução habitacional barateadora do preço da terra e que rentabiliza a infraestrutura instalada.
- **Replicabilidade:** Modelo adotável desde que devidamente regulado por especificações adequadas.

7. BEIRA DE RIOS: SOBRE AS MARGENS E ATERROS DAS VÁRZEAS INUNDÁVEIS

- **Pontos Fracos:** Ocupa áreas alagáveis; obstaculiza a vista do rio, lança águas servidas e esgoto no curso d'água.
- **Pontos Fortes:** Não apresenta pontos fortes.
- **Replicabilidade:** Esse tipo de ocupação deve ser reprimido.

8. CONDOMÍNIOS FECHADOS NOS DISTRITOS

- **Pontos fracos:** Produz descontinuidades no sistema viário urbano; cria territórios exclusivos prejudicando a sociabilidade.
- **Pontos Fortes:** Responde à uma demanda por segurança.
- **Replicabilidade:** Adotável em áreas não urbanas, mediante análises específicas.

9. CAPELA: ADENSAMENTO E ESTACIONAMENTO POR TRÁS DOS SUB-CENTROS

- **Pontos Fracos:** Não apresenta pontos fracos.
- **Pontos Fortes:** Fortalece o sub-centro, concentrando a demanda e atraindo estabelecimentos comerciais e de serviços; oferece oportunidades de estacionamento e estimula caminhadas em frente às lojas.
- **Replicabilidade:** Recomendável, onde a topografia seja adequada.

10. PASSAGEM PONTE POR BAIXO DE PRÉDIOS NAS TRONCAIS

- **Pontos Fracos:** Não oferece pontos fracos.
- **Pontos Fortes:** Oferece estacionamento por trás dos prédios e pode reproduzir modelo da Bairro Capela.
- **Replicabilidade:** Recomendável, onde a topografia seja adequada.

11. MUDANÇAS DE USO NOS CASARÕES DO CENTRO HISTÓRICO

- **Pontos Fracos:** Concentra a oferta de serviços; colégios aumentam os problemas de tráfego, nos horários de pico.
- **Pontos Fortes:** Viabiliza a conservação dos casarões.
- **Replicabilidade:** Admissível, mediante análises específicas.

12. INSERÇÃO DE CONSTRUÇÕES CONTEMPORÂNEAS NOS FUNDOS DOS CASARÕES DO CENTRO HISTÓRICO DE EDIFÍCIOS COM PILOTIS + 3 ANDARES.

- **Pontos fracos:** Concentra a oferta de serviços.
- **Pontos Fortes:** contribui para conservação da paisagem construída.
- **Replicabilidade:** Admissível, mediante análises específicas.

13. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS COM PILOTIS MAIS 3 ANDARES NOS FUNDOS DAS Pousadas LOCALIZADAS NO CENTRO HISTÓRICO

- **Pontos Fracos:** Enseja as pressões para mudanças legais de modo a permitir transformar esses anexos em habitações permanente criando novas pressões sobre infraestrutura.
- **Pontos Fortes:** Viabiliza economicamente a atividade hoteleira; aumenta o número de leitos ofertados.
- **Replicabilidade:** Admissível, mediante análises específicas.

14. REUTILIZAÇÃO DE GALPÕES INDUSTRIAIS

- **Pontos Fracos:** Dificuldades de organizar os “condomínios”; diluição das responsabilidades de conservação.
- **Pontos Fortes:** Dá utilidade e recupera essas estruturas; abre espaço para novas atividades, nos galpões melhor localizados.
- **Replicabilidade:** Recomendável, apoiado por assistência técnica.

15. EDIFÍCIOS COM PILOTIS + 3 ANDARES NAS ÁREAS PRÓXIMAS AO CENTRO EM IMÓVEIS NÃO PROTEGIDOS.

- **Pontos Fracos:** Agrava o problema da mono-centralidade, concentrando população e o tráfego de veículos particulares.
- **Pontos Fortes:** Responde ao crescimento da demanda habitacional; não esconde o arvoredo dos fundos dos lotes.
- **Replicabilidade:** Admissível, mediante análises específicas.

16. CONJUNTOS TEMÁTICOS NAS ÁREA CENTRAIS EM IMÓVEIS NÃO PROTEGIDOS.

- **Pontos Fracos:** Carece de estudos de disponibilidade de infraestrutura.
- **Pontos Fortes:** Aumenta a oferta de moradias em padrões pitorescos.
- **Replicabilidade:** Recomendável mediante análises específicas.

Esse conjunto de considerações resume os principais pontos que orientarão a etapa de prognose, constituída pelas colocações volume II Proposições, deste PDP de Petrópolis.

Referencias Bibliográficas

GUIA DO INVESTIDOR. Petrópolis, Secretaria de Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Agricultura Prefeitura Municipal de Petrópolis, 2012, 67p.; Disponível em: <http://www.petropolis.rj.gov.br/> Acesso: maio 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010, Censo 2010 - dados referentes ao Município de Petrópolis Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/> Acesso: jun. 2012.

LORDEIRO, Manoel de Souza - Petrópolis: Rios e Montanhas -Ed. Vozes - Sumaúma, Petrópolis, 2005.

Portal de Dados Municipais -"Gestão Participativa e Transparência / Conselhos -Atas / FDE". Disponível em: <http://www.dadosmunicipais.org.br/>. Acesso em abr. 2012,

"Calendário de Eventos" disponível em: <http://www.destinopetropolis.com.br/eventos/>"Matrícula, coeficientes de distribuição de recursos e receita anual prevista por Estado e Município - 2012 (com base na Portaria Interministerial nº 1.809, de 28/12/2011)". Disponível em <http://www.fnde.gov.br/index.php/fundeb-dadosestatisticos>. Acesso em 06 de agosto de 2012

LIMA, F.R.N. Localização de Aterros Sanitários utilizando Lógica Nebulosa– O Caso Petrópolis. 2005. 108p. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharia Civil). Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2005.

http://www.comdep.com.br/site/crbst_24.html

portal.inep.gov.br - <http://www.portalideb.com.br>

"IDEB das escolas municipais de Petrópolis é destaque no Estado" em 15 Agosto 2012. Disponível em <<http://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/noticias/item/512-ideb-das-escolas-municipais-de-petr%C3%B3polis%C3%A9-destaque-no-estado.html>>

Lei Municipal nº 6.717 de 23/12/09 (Consórcio Público de Gestão Associada e Integrada de Manejo de Resíduos Sólidos (publicada no D.O. de 24/12/09)

Disponível em: <<http://ceaam.net/ptp/legislacao/leis/2009/L6717.htm>>

"Governo propõe consórcios para tratar lixo em 41 cidades do Rio"; Jornal O Globo 05/10/12 Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/governo-propoe-consorcios-para-tratar-lixo-em-41-cidades-do-rio-6294982>> Acesso em Nov./12

Relatório sobre "Visita de inspeção ao Aterro Municipal de Pedro do Rio (organizada pelo COMDEMA) em 16 de junho de 2012" pelo Prof. Cleveland M. Jones – Faculdade de Geologia / UERJ; retirado de Ata de reunião do FPP de 06/11/12.

www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=150. Acesso em out/2012

Ministério da Saúde - Sistema de informações hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Tabelas e gráficos produzidos a partir de dados do CENSO 2010 / IBGE

Fotos: Manoel Ribeiro

Anexos

[Mapa - Abairramento Informal](#)

[Mapa - Sistema Viário Estruturante Local](#)

[Mapa - Tombamentos](#)

[Mapa - Mananciais de Abastecimento](#)

[Mapa - Distribuição de Energia](#)

[Mapa - ETE's](#)

[Mapa - Escolas](#)

[Mapa - \(CRAS\) Assistência Social](#)

[Mapa - Segurança Pública \(Postos Policiais\)](#)

[Mapa - Áreas Rurais e Urbanas \(IBGE\)](#)

[Mapa - Dinâmica de Ocupação](#)

[Mapa - Áreas De Preservação](#)